



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 072

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 15 DE SETEMBRO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Waldir Leite
PSB	Doutor Luciano

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 072ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
15 DE SETEMBRO DE 2003**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Delegado Braddock e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Nishimori, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicações:

INDICAÇÃO Nº 089/2003

Exmo. Sr. secretário de Estado da Administração e Previdência:

O deputado Cleiton Kielse dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - a doação de veículo marca Kombi, placas AKH-4046, ano de fabricação 2002, chassi 9BWGB07X32PO12199, de propriedade do Instituto de Ação Social do Paraná - IASP, para a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, de Ortigueira.

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se tal proposição pelo grande trabalho daquela entidade frente à sociedade, uma vez que visa a promoção da criança e do adolescente; programa de combate às carências nutricionais - PCCN; programa de aleitamento materno; programa de amparo a gestantes e programa de amparo sócio-econômico.

É bom ressaltar que durante o ano em curso será implantado no município de Ortigueira, o programa de redistribuição de pão através da padaria recém-adquirida pela instituição que será beneficiada com a presente doação, já que o veículo acima caracterizado será utilizado na distribuição de pães.

Assim sendo, conclamo aos meus eminentes pares a aprovarem a presente proposição, tendo em vista os inúmeros benefícios que terá a comunidade do município de Ortigueira.

INDICAÇÃO Nº 090/2003

Exmo. Sr. secretário de Estado da Administração e Previdência:

O deputado Cleiton Kielse dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - a doação de veículo marca Kombi, placas AKH-3991, ano de fabricação 2002, chassi 9BWGB07X33PO00118, cor branca, de propriedade do Instituto de Ação Social do Paraná - IASP, para a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, de Farol.

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se tal proposição pelo grande trabalho desta entidade frente à sociedade, uma vez que visa a promoção da criança e do adolescente.

Assim sendo, conclamo aos meus eminentes pares a aprovarem a presente proposição, tendo em vista os inúmeros benefícios que terá a comunidade do município de Farol.

INDICAÇÃO Nº 091/2003

Exmo. Sr. secretário de Estado da Administração e Previdência:

O deputado Cleiton Kielse dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - a doação de veículo marca Kombi, placas AKH-4065, ano de fabricação 2002, chassi 9BWGB07X22PO12503, cor branca, de propriedade do Instituto de Ação Social do Paraná - IASP, para a Associ-

ação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, de Jaguariaíva.

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se tal proposição pelo grande trabalho desta entidade frente à sociedade, uma vez que visa a promoção da criança e do adolescente.

Assim sendo, conclamo aos meus eminentes pares a aprovarem a presente proposição, tendo em vista os inúmeros benefícios que terá a comunidade do município de Jaguariaíva.

INDICAÇÃO Nº 092/2003

Exmo. Sr. secretário da Segurança Pública:

O deputado Nelson Justus dirige-se a V. Exa. para propor e reivindicar o seguinte:

1 - A criação da Ciretran de Piraí do Sul, tendo como área de abrangência o município de Piraí do Sul e o município de Tibagi.

2 - A proposição se justifica tendo em vista que os municípios de Piraí do Sul e Tibagi, atualmente, fazem parte da Ciretran de Castro, dificultando o acesso da população de Piraí do Sul e Tibagi aos serviços oferecidos pela Ciretran.

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO Nº 093/2003

Exmo. Sr. governador do Estado do Paraná:

O deputado José Maria Ferreira dirige-se a V. Exa. para expor e propor o seguinte:

1º - A relação da população do município de Santo Antônio do Paraíso é mais intensa com o município de Nova Fátima que está vinculado a Cornélio Procópio.

2º - A distância é menor entre os municípios de Santo Antônio do Paraíso e Nova Fátima, município que possui atendimento de auto-escola, em comparação com Santo Antônio do Paraíso e Assaí.

3º - Diante disto, venho propor a transferência da jurisdição do município de Santo Antônio do Paraíso, atualmente vinculada à Ciretran de Assaí para a Ciretran de Cornélio Procópio, pois desta forma estaríamos atendendo aos interesses manifestados da comunidade, administrativamente.

4º - Tanto as lideranças quanto a população, entendem que seriam melhores atendidos mudando a circunscrição da Ciretran de Assaí para Cornélio Procópio, pois já buscam esta cidade para atendimento de saúde, bancos e outros serviços.

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1982

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER que seja retirado

da pauta da Ordem do Dia o item 12 - Projeto de Lei nº 307/2003, de autoria do deputado André Vargas e outros (Bancada do PT), que veda o plantio, a semeadura, o cultivo, a importação, o transporte e a comercialização de Organismos Geneticamente Modificados (OGM's) no Estado do Paraná, indica ao Poder Executivo Estadual a criação, no âmbito da Governadoria do Estado, do Conselho Técnico Estadual de Biosseguranças - CTEBio e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 2030

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 (dez) Sessões, da votação do Projeto de Lei nº 307/2003, item 08, constante na Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) ELIO RUSCH

Apoiamento:

Ademar Traiano, Durval Amaral e Fernando Ribas Carli.

REQUERIMENTO Nº 2003

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que o Relatório Final da CPI do Pedágio seja transformado em Projeto de Resolução e enviado ao Plenário da Casa, para que o mesmo seja discutido e votado, objetivando dar legitimidade aos trabalhos realizado pela CPI, facultando, assim, que a votação represente a vontade da maioria absoluta dos senhores deputados com assento nesta Assembléia Legislativa e não na opinião de um número restrito de parlamentares.

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 1991

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 271/2003, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2002

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121, do Regimento Interno, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei nºs 220/2003 e 269/2003 ao Projeto de Lei nº 156/2003, de minha autoria, que dispõe que os alunos da rede estadual e municipal de ensino fundamental terão

acesso direto às universidades estaduais, sem a necessidade de prestarem concurso vestibular.

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 1973

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER, após ouvido o douto Plenário, a autorização desta Casa de Leis, para ausentar-se entre os dias 14 e 24 de setembro de 2003 para participar da missão paranaense à Espanha e Portugal.

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 2013

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a criação de Comissão Especial, composta por 05 (cinco) membros, para que no prazo de 60 (sessenta) dias, investigue as denúncias, enviadas à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sobre a atual administração do município de Matinhos.

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 1981

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER seja destinado o tempo do Grande Expediente ao diretor-geral do Cefet/PR, Sr. Eden Januário Neto, para dia 17 de setembro do corrente mês, para que possa fazer uso da tribuna desta Casa de Leis para expor os motivos sobre a transformação do Cefet/PR em Universidade Federal Tecnológica do Paraná.

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) ELTON CARLOS WELTER

REQUERIMENTO Nº 1995

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento do senhor Dari Martins Araújo, ocorrido no dia 06/09, deixando viúva a senhora Beny Silva Araújo, com quem teve quatro filhos, Dari Araújo Filho, Tânia Mara Araújo Rocha e Dario Silva Araújo. Justifica-se o presente requerimento por ter sido Dari Martins Araújo, liderança do mundo agropecuarista da região do Centro Oeste.

Desta forma, o parlamentar abaixo-assinado Requer sejam enviadas as mais sinceras condolências deste Poder Legislativo à família enlutada.

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) FERNADO RIBAS CARLI

REQUERIMENTO Nº 1998

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de profundo pesar, pelo falecimento da senhora Rosalina Carletto, ocorrido em 02.09.2003, sendo a mesma, esposa do senhor Félix Carletto, presidente de honra do MDB do município de Marechal Cândido Rondon.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos familiares; esposo: Félix Carletto, e aos filhos: Lucila, Augustinho, Ivone, Angela, João e Paulo, no seguinte endereço: Rua Duque de Caxias, 247 - Distrito de Margarida, município de Marechal Cândido Rondon - CEP 85974-000.

Sala das Sessões, 15.09.2003.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 2005

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos anais desta egrégia Casa de Leis, voto de profundo pesar à família Dalmolin, pelo falecimento do Dr. Dirceu Sérgio Dalmolin, ocorrido no dia 13 do corrente, e Realeza.

Do aprovado, requer ainda, seja encaminhado cópia à família enlutada, no endereço à sra. Creuza Dalmolin, Rua Itália, 2349 - CEP 85.770-000 PR.

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

O Dr. Dirceu Sérgio Dalmolin, faleceu vítima de enfarto ao 50 anos de idade, deixa esposa a sra. Creuza Dalmolin e quatro filhos.

Natural de Erechim- RS, diplomado cirurgião-dentista, veio para o Paraná onde passou a residir no município de Realeza, exercendo a profissão de odontólogo, e também com participação ativa na vida pública, sendo eleito vereador na gestão de 89 a 92.

O Dr. Dirceu realizou grande trabalho, conquistando muitas amizades, por sua competência, carisma e dedicação com que sempre tratou suas atividades profissionais e parlamentares.

Nossa homenagem ao Dr. Dirceu, pessoa muito querida no município, onde por sua conduta deixa o exemplo de pai, esposo e cidadão, a todos aqueles que tiveram a oportunidade de conhecê-lo.

REQUERIMENTO Nº 1970

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações à Comunidade do município de Mamborê, pelas comemorações alusivas aos 43 anos de emancipação político-administrativa do município, em 10 de setembro do corrente ano.

Requer, ainda, que da aprovação deste, seja dado ciência à Prefeitura Municipal de Mamborê, na pessoa de seu prefeito, Lair Pedro Maggioni (Rua Guadalajara, 645 - CEP 87340-000-Mamborê- PR), e à Câmara Municipal, por seu presidente, Claudinei Calori de Souza (Rua Guadalajara, 645 - CEP 87340-000- Mamborê-PR).

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 1980

Senhor Presidente:

O deputado estadual que firma o presente expediente, vem REQUERER regimentalmente ao Plenário desta Casa Legislativa a aprovação para que sejam consignadas na Ata da Sessão de hoje, as congratulações às autoridades e à população de Quatro Pontes pelo transcurso do 11º aniversário de emancipação, cuja comemoração festiva nos dias 5, 6 e 7 de setembro últimos.

Nesses onze anos, o retrospecto nos dá a solidez de o quanto os quatro pontenses estavam certos em sua idéia e pretensão de emancipação. Não existe nenhum fato que condene aquela iniciativa, ao contrário, com segurança, existe uma gama de resultados sobremaneira alvissareiros.

As mudanças, o crescimento e o progresso verificados após a instalação do novo município, atestam como foi acertada também a disposição deste Parlamento e do governo do Estado em criar a nova unidade municipal.

Em palavras simples: Quatro Pontes só ganhou com a emancipação.

O atual perfil qualitativo do município e as perspectivas de sua continuidade, com condições de atingir níveis ainda melhores, é resultado do exemplar empenho de suas autoridades constituídas e de suas lideranças ao longo de sua existência, devendo-se a eles, com muita honra e justiça, os melhores aplausos e os votos de estímulo para que perseverem nesse caminho.

Na condição de representante do povo quatro pontense neste Parlamento, quero uma vez mais parabenizá-lo por esse significativo aniversário, nas pessoas do prefeito municipal, Silvestre Kuhn, do vice-prefeito Rudi Kunz, do presidente da Câmara Municipal, vereador Silvestre Rohden e demais vereadores, secretários municipais e demais funcionários.

Do aprovado, requer também, que seja dado ciência, ao senhor prefeito municipal e ao senhor vice-prefeito, via correspondência a ser encaminhada à Rua G. Martins, 560 e ao presidente da Câmara Municipal, à rua G. Martins-610 CEP 85940-000 Quatro Pontes- PR.

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2000

Senhor Presidente:

O deputado estadual que subscreve o presente instrumento, facultado pelas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário, a aprovação para serem con-

signadas nos anais da Plenária do dia de hoje, as congratulações deste Poder à nova diretoria da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Marechal Cândido Rondon - Acimacar, na pessoa da empresária senhora Úrsula Keyser, empossada solenemente no último dia 11 de setembro, em ato festivo da comunidade empresarial rondonense.

A Assembléia Legislativa do Paraná, se esta assim entender, por este parlamentar, ao cumprimentar a diretoria antecedente pelo bom trabalho desenvolvido, manifesta a cada integrante que tomou posse, uma gestão profícua, e que na função do cargo cada um colha grande satisfação pessoal e um resultado final muito produtivo, pois, para isso, não lhes faltam talento e potencialidade.

A convicção dessa antevisão alvissareira, se forma na segura capacidade de liderança da empresária Úrsula Keyser, virtude vista tão proeminente em seu primeiro mandato na presidência da Acimacar que haverá, com certeza, de superá-la nesse segundo mandato.

Caso aprovada a presente proposição, o deputado requer seja dado ciência do seu conteúdo à Sra. Úrsula Keyser, a rua Sergipe, 625 - CEP 85960-000 Marechal Cândido Rondon- PR.

(a) Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2006

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Francisco Aparecido Chaves Modesto e Ana Dias Modesto, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho.

Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente essa aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta Casa de Leis, os nossos cumprimentos

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2008

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito

aplauso ao casal Dirceu Aggio e Lucília Aggio, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho.

Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente essa aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta Casa de Leis, os nossos cumprimentos

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2009

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Domingos Ferreira Cardoso e Adélia de Oliveira Carneiro Cardoso que completou 25 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho.

Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente essa aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta Casa de Leis, os nossos cumprimentos

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2023

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem pelo presente REQUERER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa voto de congratulações ao juiz, Dr. Clayton Camargo, presidente do Tribunal de Alçada, pela sua indicação para o cargo de desembargador pelo Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Dr. Clayton Camargo, é natural de Curitiba, filho do desembargador Heliantho Guimarães Camargo e dona Maria José Coutinho Camargo.

Foi funcionário público do Tribunal de Justiça do Paraná durante dez anos, ocupando os cargos de assessor

jurídico, assessor de gabinete da Presidência e chefe de gabinete da vice-presidência do mesmo Tribunal.

Em 1988 foi nomeado coordenador geral da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, cargo exercido durante oito anos.

Em 1990 foi promovido ao cargo de procurador de Justiça. Foi eleito para integrar o Conselho Superior do Ministério Público, no biênio de 1991/92.

Foi na sua gestão no Tribunal de Alçada do Paraná que foi inaugurada a nova e moderna sede da Rua Mauá.

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 2026

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado que este subscreve, pede a inserção nos anais desta Casa de votos de congratulações à renomada instituição de ensino, que há 100 anos dedica-se à formação integral de crianças, jovens e adultos, sempre alicerçados no amor providente e em sólidos princípios cristãos, éticos e morais, transformando-se em cidadãos responsáveis, críticos, num ambiente seguro e protegido, onde novas tecnologias são instrumentos para educação moderna e efetiva.

Seja este voto encaminhado ao Colégio da Divina Providência, extensivo a todas as Irmãs da Congregação da Divina Providência, a todo corpo docente, discente, técnicos e funcionários, na pessoa da Irmã diretora, professora Helena Maria Salum, Rua do Rosário, 147 - 80020-1110, ao diretor adjunto, professor Nilson Izaias Pegorini, Rua Leônidas Vicente de Castro, 81 - CEP 80540-350 e também ao vereador Jônatas Pirkiel, na Câmara Municipal de Curitiba, Rua Barão do Rio Branco s/nº - CEP 80010-902 - Centro.

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Inicialmente Escola Paroquial, fundada em 1896, para filhos de católicos alemães. Está sob a responsabilidade das Irmãs da Divina providência desde 1903.

Em 1905, a instituição foi transferida para o castelo Hauer, no Largo da Ordem (Rua do Rosário).

Desde essa época o Colégio da Divina Providência vem escrevendo sua história junto à sociedade curitibana, hoje, considerado um dos mais tradicionais do Paraná e do sul do Brasil.

Em 1958, foi adquirido o prédio onde funcionava o antigo Cassino Ahu.

Hoje o Divina atua em duas sedes. O Divina Providência atende desde a educação infantil até o ensino médio, com ênfase à formação integral.

São cem anos de atuação na educação, antes, só meninas e moças. Cem anos disseminando conhecimento e cultura, elevando corações e mentes, cultivando valores humanos e cristão, dignificando pessoas, construindo cidadania. Cem anos de sintonia e parceria com a Igreja e com toda comunidade curitibana e paranaense.

Cem anos de relevante serviço à comunidade, oferecendo o mais alto nível de educação à criança, adolescentes e jovens que hoje são e futuramente serão cidadãos mais conscientes de seus direitos e deveres, capacitados a contribuir para o progresso e bem-estar da comunidade.

O Colégio da Divina Providência é personagem protagonista na história da nossa querida Curitiba, formando cidadãos e cidadãs que ajudaram a construir o Paraná e o Brasil de hoje.

Solicito que seja marcada a data de 06 de novembro do corrente ano, às 10 horas, para a realização da Sessão Solene em homenagem aos 100 anos do Colégio da Divina Providência. Essa instituição centenária merece, também, ser reverenciada e homenageada por esta Casa de Leis.

REQUERIMENTO Nº 2028

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado que este subscreve, pede a inserção nos anais de votos de congratulações à Associação Cultural Chinesa no Paraná, pela sua mobilização no apoio ao Museu Oscar Niemeyer, quando da realização da recente mostra fotográfica “Tesouros do Patrimônio Cultural da Humanidade na China”.

Seja este voto encaminhado ao senhor Willian Man, presidente executivo da Associação Cultural Chinesa do Paraná (ACCPAR), à Rua Pretextato Taborda Ribas, 1813, Santa Quitéria, CEP 80330-090, em Curitiba, ao senhor embaixador da República Popular da China no Brasil, bem como ao Ministério da Cultura da China, por terem propiciado este evento cultural de relevante importância. Afinal, mestre Lao Tsé já nos ensinou: “O agradecimento é a memória do coração”.

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A magnífica mostra, coleção de 58 fotografias coloridas realizadas por artistas chineses, sobre os grandes sítios culturais, naturais e arqueológicos da milenar e belíssima Nação amarela, enriquece a primavera cultural do Paraná, nos seus 150 anos de criação política.

Foi emocionante a adesão da comunidade chinesa local ao empenho do Museu Oscar Niemeyer - MON, através da senhora Maristela Quarengui Requião de Mello e Silva, em revelar aos paranaenses e aos que nos visitam o outro lado do mundo.

Na ocasião da abertura, os jovens somaram-se aos patriarcas, para saudar a memória de seus ancestrais veneráveis.

Este deputado, andando pela Rua Voluntários da Pátria, no centro popular de Curitiba, testemunhou o entusiasmo da colônia chinesa, vendo que as pastelarias estampavam em suas vitrines, os cartazes referindo a mostra cultural.

Confúcio, Lao Tsé, os gênios tutelares “Filhos do Céu” - protetores das dinastias Ming, Qing - e os líderes da modernidade amarela, qual Mao Tsé Tung, compa-

nheiros da humanidade na resolução de sua angústia existencial, também estão os ambientes revelados pela mostra, que mereceu tradução primorosa para o português da jornalista Margarita Sansone, uma das primeiras paranaenses da nossa geração a entrar na China, em 1978, após a abertura para o Ocidente.

Felizmente, o MON está aberto, não é uma “Cidade Proibida”, vive para a cultura, a reverenciar a memória dos que já se foram, e a alegria criativa dos que estão vivos.

REQUERIMENTO Nº 1974

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação nos Anais desta Casa Legislativa de felicitações especiais pela passagem do 70º aniversário do pioneiro e cidadão honorário de Toledo, Rui Zeni.

Nascido em 13 de setembro de 1933, fixou residência em Toledo em agosto de 1950. São 70 anos de vida e 53 anos de dedicação à cidade de Toledo, participando até hoje ativamente da sociedade e trabalhando comunitariamente em favor da gente toledana e o desenvolvimento do município, pelo que merecidamente já foi homenageado com o título de Cidadão Honorário.

É merecedor da homenagem da Assembléia Legislativa do Paraná, pelo que solicitamos aprovação dos nobres deputados e que a Mesa Executiva dê ciência ao mesmo, no endereço: Avenida Parigot de Souza, 2500 - 85905-380 - Toledo - Paraná.

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 2004

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao radialista e jornalista Flávio Campos.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços que este comunicador, através da difusão da informação, prestou à nossa sociedade.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2007

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão Legislativa, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao “Sicop - Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação no Estado do Paraná”, - por completar 25 anos de serviços prestados à comuni-

dade no dia 09 de junho próximo passado. Exatamente nesse dia, no ano de 1978, foi lavrada a primeira ata de registro da Associação Profissional das Empresas de Agentes Autônomos do Comércio e em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Paraná, com a participação das empresas de limpeza do Estado do Paraná. O fundador foi o Sr. Francisco A. de Paola.

A partir de então, a trajetória do Sicop seguiu com sucesso e marcada por inúmeras vitórias, dentre as quais destacam-se: 1º de julho de 1978 - Fundação da Associação Profissional das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Paraná e eleição do presidente, Sr. Luiz Fernando Cardoso; 28 de novembro de 1978 - Expedição do "Certificado de Associação Profissional" pelo Ministério do Trabalho; 07 de fevereiro de 1979 - Existência Oficial da Associação; 1º de janeiro de 1981 - reconhecimento como entidade sindical representativa de classe, através da "Carta Sindical" expedida pelo Ministério do Trabalho; 07 de maio de 1981 - Alteração de Associação para Sindicato; Fevereiro de 1992 - Publicação e distribuição do 1º trabalho sobre a "Formação dos preços para serviços de limpeza e asseio e conservação" e "Encargos Sociais", de autoria do economista Paulo Roberto Germiano de Oliveira, com repercussão nacional; 10 de março de 1995- conquista definitiva da sede própria.

O Sicop representa as empresas do Estado do Paraná nas áreas administrativas, jurídica e política, objetivando elevar e melhorar a imagem da atividade de terceirização de serviços. Disponibiliza toda uma estrutura de apoio nas negociações salariais, acordos e convenções coletivas de trabalho, com voz e voto nas decisões deliberadas em Assembléias democráticas. As empresas representadas pelo Sindicato totalizam cerca de 45.000 empregos. As mesmas são as maiores empregadoras de mão-de-obra feminina com pouca escolaridade, oportunidade de trabalho para essa classe de trabalhadores.

Todos os associados dispõem de orientação jurídica, trabalhista e tributária, acesso às licitações de tomadas de preços, instruções normativas, portarias, leis, decretos, medidas provisórias, palestras, cursos, além de um amplo auditório, devidamente equipado, para a realização de eventos.

Muito nos tranquiliza que o Sicop, num trabalho conjunto com as empresas que representa, busca a qualificação e dignidade para o nosso trabalhador, visando atender as expectativas de desenvolvimento e progresso de nosso Estado. Sentimo-nos orgulhosos em prestar esta homenagem através deste voto de louvor que se faz meritório.

Registramos nossos melhores cumprimentos ao presidente, Adonai Aires de Arruda, diretores, Constantino das Neves, Ernani Luiz de Miranda, Eduardo N. Procopiak, José Antonio Simões e Sra. Ione Mari Veiga, extensivo às ex-diretorias, bem como aos demais funcionários e colaboradores.

Em nome desta colenda Casa de Leis, que se torna instrumento da comunidade paranaense, auguramos-lhes votos de muitas realizações e sucesso!

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2027

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado que este subscreve, pede a inserção nos anais de voto de congratulações à comunidade escolar, professores, direção, pais e alunos da Escola Municipal Papa João XXIII, na Capital do Estado, bem como ao prefeito de Curitiba que a fundou, Engenheiro Ivo Arzua Pereira.

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Os 40 anos da Escola Papa João XXIII marcam a história da nossa cidade de Curitiba com a alegria da gratidão.

E coincidem com a auspiciosa data dos 150 anos da criação política do Paraná, pela Lei nº 704, de 29 de agosto de 1853, sancionada por Dom Pedro II.

Viver frutuosamente, não é para quem tem entranhas de posse.

Viver frutuosamente é para aqueles que cultivam a essência de dádiva.

Nesta escola municipal admirável, a Educação - enquanto doação dos que ensinam - foi exercida à altura dos ideais do Santo Padre João XXIII, também ele um defensor do ideal da "igualdade de oportunidades para todas as pessoas", luminoso reformador do mundo, Papa do Concílio Ecumênico, Papa da encíclica "*Mater et Magistra*", Papa da Justiça e da Paz.

Quanto ao meu tempo de prefeito, quando fui tão feliz em servir aos curitibanos, tenho orgulho em recordar que acrescentei à obra do meu antecessor prefeito Ivo Arzua Pereira (fundador da escola Papa João XXIII) - obras de reparação - e o belo Farol do Saber Rocha Pombo.

Desde então, sou testemunha da dedicada atuação das professoras e funcionários em favor das nossas crianças nesta escola municipal.

Desejo a todos, alunos e alunas, professores e professoras, à direção de ensino e da Associação de Pais e Mestres, que o festejo dos 40 anos represente partida para nova trilha de realizações luminosas.

Curitiba merece. O Brasil precisa. O Paraná agradece.

Afinal vale acima de tudo, nossa crença socrática:

"As cidades não precisam ser governadas... as cidades precisam ser educadas."

REQUERIMENTO Nº 1972

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Ple-

nário, respeitosamente REQUER moção de aplauso em homenagem aos 31 anos de criação do Instituto Agrônômico do Paraná-Iapar.

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Iapar foi criado em 29 de julho de 1972, e é uma entidade de administração indireta, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento. Tem sua sede em Londrina e como órgão de coordenação e execução da pesquisa agropecuária executada pelo governo do Estado, é responsável pela geração e adaptação de novas tecnologias, visando a uma melhoria no processo de produção agropecuário do Paraná. Como órgãos de pesquisa agropecuária a missão do Iapar é “gerar tecnologia agropecuária adaptada às condições dos agricultores e às exigências dos consumidores e das agroindústrias, de forma a promover o desenvolvimento sócio-econômico e o bem-estar da população paranaense, servindo como referência técnico-científica nacional e internacional.”

O Iapar conta com uma infra-estrutura composta de uma Sede, em Londrina, Norte do Paraná, dois pólos regionais de pesquisa, um localizado em Ponta Grossa (direcionado para a região dos Campos Gerais) e outro em Curitiba (voltado para a região Sul do Estado), e 17 Estações Experimentais.

O Iapar como órgão oficial do Estado e tem participação crescente em atividades acadêmicas de formação de pesquisadores e técnicos, por meio de inserção de seus quadros científicos no corpo docente de diversos cursos de graduação e de pós-graduação de universidades públicas. Atualmente pesquisadores orientam alunos de mestrado das áreas de Agronomia e de Ciências Biológicas da UEL e da UEM. Desde 1992, já orientou 285 estagiários do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq.

Como órgão público atuante na área de Ciência e Tecnologia, o Iapar vem cumprindo seu papel social através da participação em processos de desenvolvimento que garantam a ampliação do nível de bem-estar da sociedade, especialmente em seu componente rural.

REQUERIMENTO Nº 2016

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, encaminhamento de moção de apoio ao diretor-presidente da Rede Paranaense de Comunicação - RPC, Francisco Cunha Pereira Filho e à Central de Jornalismo daquela instituição, em face da ofensiva e injuriosa reação do governador Roberto Requião, divulgada através da Rádio e Televisão Educativa do Paraná - TVE, através de sua central de jornalismo a qual vem sendo indevidamente utilizada para divulgação de atos institucionais do atual governo e, recentemente, para atacar reportagem da Rede Paranaense de Comunicação - RPC, que balizada no profissio-

nalismo e na imparcialidade que deve nortear a atividade jornalística, apresentou matéria completa sobre os bingos no Estado do Paraná.

Inclusive, valeu-se o governador do Estado, de linha telefônica para chamadas gratuitas (0800...), custeadas pela TVE, para promover pesquisa em todo o território brasileiro quanto aos bingos, logo após fazer apologia do seu posicionamento pessoal, elevado à condição de “bandeira” política de uma pretensa defesa da moralidade e da família paranaense, simploriamente ignorado os demais aspectos sociais que envolvem a questão e que foram com isenção e amplamente divulgados na matéria jornalística objeto do furioso ataque.

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoioamento:

Elio Rusch, Durval Amaral, Ademar Traiano e Barbosa Neto.

REQUERIMENTO Nº 1990

Senhor Presidente:

O deputado estadual delegado Bradock, dirige-se a V. Exa., com fulcro no artigo 75, inciso III, última parte, da Constituição do Estado do Paraná, para REQUER que:

1) seja efetuado o registro da aposentadoria dos servidores públicos do Estado com fulcro na Lei Complementar nº 93/2002;

2) aguarde a decisão do mérito do ADIN nº 2904/2003, *sub judice*, impetrado pelo Exmo. governador do Estado junto ao Supremo Tribunal Federal.

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

Cabe ao Tribunal de Contas do Estado apreciar, para fins de registros, a legalidade das concessões de aposentadorias, conforme previsão do artigo 71, inciso III da CF, não cuidando de “julgamento”, vale dizer que o Tribunal de Contas realiza tão somente uma verificação simples se os aspectos jurídicos dos atos administrativos estão de acordo com a legislação, mesmo porque o julgamento dos referidos atos será feito, na grande maioria das vezes na Assembléia Legislativa (Estados) e no Congresso Nacional (União), e eventualmente pelo Poder Judiciário.

Ademais, a Lei Complementar nº 93/2002 ainda que seja declarada inconstitucional pelo STF, poderá na sentença, restringir os efeitos da declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir do trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado, não se podendo vislumbrar de outra forma, que a lei perca sua eficácia antes de tal momento, cabendo esclarecer que de acordo com a LICC - Dec. nº 4657/42, artigo 2º, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

A fim de preservar a devida aplicação da Lei nº 93/2002, até que seja apreciado a constitucionalidade na ADIN 2904/2003, e por questão de justiça e respeito com

os servidores públicos do Estado, justifica-se o presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1971

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. governador do Estado, Roberto Requião, lembrando promessa feita em sua campanha ao governo, de distribuir leite a todas as crianças carentes, sendo que sua gestão já completou nove meses e ainda não existe tal programa.

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1992

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. governador do Estado, Roberto Requião, solicitando as seguintes informações e documentos, com base no Decreto 253 de 29/01/2003:

- Qual a origem (estadual, federal, etc.) dos recursos liberados para as obras do Centro Internacional de Convenções de Foz do Iguaçu;
- Qual foi o montante de recursos repassado e para que finalidade;
- Qual foi a forma de efetivação do repasse. Se a forma foi cheque, cópia do documento.

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1993

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. governador do Estado, Roberto Requião, lembrando promessa de campanha de distribuição de leite às crianças carentes, tendo em vista o atual governo estar completando seu nono mês de gestão e ainda não existir tal programa.

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1994

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, REQUER, na forma regimental, envio de expediente ao Sr. Rogério Tizzot, diretor do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, solicitando as seguintes informações:

- a) se há possibilidade de construção de acostamento e ciclovia na rodovia PR-412 entre os balneários de Praia de Leste e Pontal do Sul, no município de Pontal do Paraná, num trecho de 19 quilômetros;

- b) havendo a possibilidade, quando poderiam as obras ser iniciadas e qual o prazo de conclusão?

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

Este deputado, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, requer informações sobre o trecho de rodovia citado, visto que, há muitos anos, atropelamentos e acidentes são registrados principalmente pela falta do citado acostamento de veículos e pela falta de ciclovia para que ciclistas deixem de utilizar a rodovia em seus deslocamentos.

REQUERIMENTO Nº 1983

Senhor Presidente:

Vimos através deste, mui respeitosamente, tendo em vista o Ofício de nº 090/2003, da Câmara Municipal de Domingos Soares, solicitar informações à Secretaria de Estado da Segurança, sobre o estado de conservação da Delegacia da cidade de Coronel Domingos Soares, já que nos fora informado pelos vereadores dessa cidade que esta não possui nenhuma condição de segurança e de funcionalidade.

Neste contexto, depreca-se ainda a especial atenção no sentido de viabilizar recursos para a construção de uma sede própria da delegacia de polícia, para que assim a população de Coronel Domingos Soares possa ter mais segurança. Deve-se aclarar ainda que o município já dispõe de um terreno para a construção desta obra.

Aproveitando ainda esta oportunidade desejamos as mais sinceras felicitações e o nosso voto de mais alta estima.

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 2010

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER, no sentido de atender o pedido do Sr. Osvaldo Meldola, residente à Travessa Rufino Gonçalves, nº 60 - Moradias Paraná, Bairro Tatuquara, que pede a revitalização dos viadutos que servem de acesso, um para o Moradias da Ordem - Bairro Tatuquara e o outro para a Vila Pompéia - Bairro Tatuquara. Os mesmos necessitam de iluminação e pinturas de sinalização para facilitar a visibilidade dos motoristas e pedestres.

Pedimos urgência no atendimento do presente, tendo em vista tratar-se de dois viadutos de intenso tráfego de veículos e que estão constantemente propícios aos acidentes. Se necessário informações complementares, recomendamos contato com o requerente pelo telefone 265-5989.

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2015

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais e considerando os fatos a seguir narrados, REQUER, ao final:

- a Copel reportou lucro de R\$266.144 mil, na demonstração de resultado de 30 de junho último;

- a Copel decidiu não mais provisionar, nas demonstrações financeiras, os valores de compra de potência da UEG Araucária Ltda.;

- a Copel decidiu reverter, em 30 de junho de 2003, a provisão já realizada, no balancete do primeiro trimestre, de R\$70.400.000,00 (setenta milhões e quatrocentos mil reais);

- o resultado do semestre ficou impactado por essa decisão;

- no item “Acordo CIEN”, da seção “Principais Eventos”, houve declaração de valor de R\$63 milhões referentes a “...encargo contratual de renegociação e caução para futura prorrogação de contrato...”;

- no referido item anterior, consta comprometimento da Copel, segundo o disposto em “h) ...em outubro de 2005, as partes voltam a reavaliar a continuidade de acordo...”;

após ouvido o douto Plenário, ao senhor governador do Estado que determine à presidência da Copel, encaminhar informação detalhada, bem como cópia dos documentos, versando sobre:

1) cópia do parecer jurídico externo, emitido pelo Instituto de Direito Civil - IDC, cujos termos serviram de base para a decisão de reverter e descontinuar as provisões contábeis das compras de Potência da UEG Araucária;

2) o conteúdo de renegociação de Acordo CIEN e o encargo contratual de R\$63 milhões de renegociação e caução para futura prorrogação do contrato;

3) as razões do compromisso de reavaliação da continuidade desse acordo em outubro de 2005, em conexão com a caução declarada e suas conseqüências para a Copel.

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2017

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo conhecimento da existência de contrato de compra de energia celebrado entre a Copel, ou uma de suas subsidiárias, e a Usina Dona Francisca S.A. - DFESA, e também a Usina Itiquira, vem REQUERER, após ouvido o douto Plenário, ao governador do Estado que determine providenciar o diretor-presidente da Copel, Paulo Cruz Pimentel, as seguintes informações:

1) data de assinatura dos contratos, partes contratantes, volumes e preços da energia adquirida, data de início e de término do fornecimento e do período de

vigência dos contratos e eventuais condições especiais estipuladas nos contratos;

2) justificativa detalhada quanto à necessidade de aquisição por essa Companhia, ou por sua subsidiária, da respectiva energia, bem como dos preços a serem pagos;

3) informações detalhadas quanto aos processos de licitação que sustentaram a celebração dos citados contratos ou, inexistindo, as devidas justificativas para a sua não realização.

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2018

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e face no disposto na Resolução 91, de 27 de fevereiro de 2003 da ANEEL, e tendo em vista o interesse público que reveste o assunto perante os consumidores paranaenses de energia elétrica, vem REQUERER, após ouvido o douto Plenário, que o senhor governador do Estado, Roberto Requião, determine ao diretor-presidente da Copel, Dr. Paulo Cruz Pimentel, que encaminhe a esta Casa de Leis cópia do demonstrativo detalhado da energia garantida pela Copel para atendimento ao seu mercado, especificando as respectivas fontes (geração própria ou quais contratos de compra de energia com prazo de duração igual ou superior a seis meses), bem como por qual prazo está assegurada a observância dos limites mínimos impostos pelo ente regulador.

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2022

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao governador do Estado, senhor Roberto Requião, solicitando que informe qual o custo de transmissão da programação da TVE - Paraná para todo o território nacional.

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2024

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, encaminhamento de expediente ao Exmo. secretário de Estado dos Transportes, Waldyr Pugliesi, solicitando, em nome da Câmara Municipal de Jaguariaíva, dos produtores e de toda comunidade daquela região, que se providencie o asfaltamento da PR-092 e, mais urgentemente, do trecho entre Jaguariaíva e Cerro Azul.

O pedido tem por fundamento, viabilizar esta rodovia como opção para o escoamento da produção do

Norte do Estado, do Mato Grosso do Sul e também dos países do Mercosul, pelo nosso Estado através do porto de Paranaguá, além do que, também importaria no encurtamento da distância dessa região até a capital do Estado, representando economia de tempo e dinheiro e, conseqüentemente, para o seu crescimento.

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) VALDIR ROSSONI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 533/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - A presente lei especifica normas para a realização de grandes eventos em todo o território do Estado do Paraná.

Art. 2º - Entender-se-á por festas ou eventos, aqueles que reúnam uma concentração de pessoas em locais que possam oferecer risco de segurança, tais como: shows e/ou festas de quaisquer natureza, mesmo que sejam eles de caráter meramente social, onde haja a cobrança de ingressos.

Art. 3º - Tais eventos deverão sempre ter muito claro os nomes dos responsáveis pela sua organização, sejam eles de natureza física ou jurídica, os quais serão responsabilizados em todos os aspectos legais em casos de tumulto, lesões corporais - fatais ou não - prejuízos materiais e/ou financeiros ou qualquer outro de ordem social e moral.

Art. 4º - A presente lei exige que o concedente da autorização para o funcionamento do evento exija e mantenha em seu poder os seguintes documentos:

- a) autorização expressa do órgão competente da Prefeitura Municipal a cuja jurisdição pertencer o território em que se encontra o local do evento;
- b) comprovante do recolhimento do ECAD;
- c) autorização expressa das Polícias Militar e Civil - incluindo-se o laudo do Corpo de Bombeiros;
- d) comprovante de cadastro e recolhimento dos tributos cabíveis ao fisco estadual e municipal.

Art. 5º - Ficam ressalvados na presente lei os eventos em clubes ou associações, cujas promoções sejam exclusivamente para associados.

Art. 6º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

Em um passado bem recente, de triste memória, tomamos conhecimento de uma catástrofe acontecida

durante a realização de um show levado à efeito nas dependências do Jockey Club de Curitiba, onde um adolescente perdeu a vida de forma chocante. O acontecimento se deu quando um tumulto fez com que centenas de assistentes tentassem sair do local que não era apropriado e não oferecia as saídas de emergências que o momento exigia.

Aconteceu o pior, uma vida foi ceifada de forma triste e desumana, pisoteada. Vítima de multidão que na ânsia de se proteger, fez prevalecer a lei do mais forte.

E, o pior de tudo, não se encontrou até o momento uma forma de punir os pretensos responsáveis, por falta de uma regulamentação convincente.

Na expectativa de auferir lucros cada vez maiores, os promotores de eventos buscam alternativas menos caras para se conseguir os locais, sem se preocupar, um mínimo sequer, com a segurança do público espectador, que apesar de pagar para ver seus artistas preferidos, não tem a responsabilidade de saber se o local reúne condições de segurança ou não.

Hoje, estão sendo realizadas festas sob a égide de reuniões sociais, em vários locais do território paranaense, tanto na zona urbana como na rural, sem que as autoridades competentes tenham conhecimento. E, estes eventos estão se tornando cada vez mais concorridos e freqüentes, podendo se tornar num risco social de grande porte.

O objetivo deste projeto de lei é exigir o cumprimento de um mínimo de normas para a realização dessas festas ou eventos e oferecer, também, um mínimo de segurança para o participante em defesa do seu bolso e da sua integridade física.

Para tanto, solicito aos meus dignos pares desta Casa, o devido apoio para a sua aprovação e transformação em lei, o que oferecerá uma enorme contribuição com a sociedade paranaense. Dito e justificado, contamos com a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 534/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Rurais da Água da Laranja Azeda, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Produtores Rurais da Água da Laranja Azeda, com sede e foro no município de Londrina, tem por finalidades: representar os produtores em suas reivindicações junto aos poderes constituídos; viabilizar a compra coletiva de insumos, bens, equipamentos, veículos,

visando dar infra-estrutura à comunidade, para melhorar a produção, o processamento e a comercialização de seu produto; contatar com técnicos de Instituições públicas e/ou privadas, buscando informações atualizadas inerentes à cultura de seus associados; reivindicar junto ao Sistema Financeiro, recurso para suas atividades; buscar integração junto dos demais grupos comunitários, objetivando levantar as soluções de forma comum; estudar e identificar os problemas comuns que envolvem os produtores rurais e suas famílias e levantar alternativas de ação que visem a melhoria da qualidade de vida, de renda e de capacitação.

PROJETO DE LEI Nº 535/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterada a denominação da entidade declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 13.719, de 09 de julho de 2002, de Associação da Comunidade dos Sagrados Corações para Centro de Educação Infantil Boa Esperança, com sede e foro no município de Londrina, conforme alteração estatutária averbada sob nº 1569/2002 do Livro A2 de Pessoas Jurídicas do 1º Ofício de Títulos e Documentos de Londrina, Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

A Associação da comunidade dos Sagrados Corações foi declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 13.719, de 09 de julho de 2002. Posteriormente, passou a denominar-se às novas exigências da Lei Nacional de Diretrizes e Bases da Educação.

O presente projeto, portanto, tem por finalidade alterar a denominação que ficou consignada na referida lei, a fim de que a entidade possa obter nova Certidão de Utilidade Pública Estadual com a denominação correta, conforme alteração estatutária em anexo.

PROJETO DE LEI Nº 536/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Instituto São José, com sede e foro no município de Jaguapitã.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

O Instituto São José, fundado em 1999, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos e está localizado no município de Jaguapitã - Estado do Paraná.

Tem por objetivo prestar serviços de Utilidade Pública, no campo educacional, assistencial, cultural, social e esportivo.

A entidade atende cerca de 40 crianças de 0 a 6 anos, e ainda, é mantenedora da Casa Sagrada Família, casa-lar que atende cerca de 23 idosos.

Pela importância de seu trabalho, indicado nos documentos em anexo, solicitamos a Declaração de Utilidade Pública da Instituição.

PROJETO DE LEI Nº 537/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação das Senhoras Voluntárias, com sede e foro na cidade de Ibiporã.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Associação das Senhoras Voluntárias foi fundada em 19 de novembro de 1998, com o intuito de atender às necessidades básicas e espirituais dos moradores carentes do Jardim rosa de Ouro, no município de Ibiporã.

Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, assistencial e promocional, e depende de doações para manter o atendimento.

No ano de 2002 foram atendidas aproximadamente 4350 pessoas, que de terça à sexta-feira recebem sopas. Foram doadas 22 cestas básicas e consertos de roupas doadas e repassadas às famílias carentes. Além dessas atividades são ministrados gratuitamente cursos de pintura e manicure.

Por não receber recursos do governo estadual e federal, a entidade depende apenas de doações para continuar atendendo às famílias necessitadas.

PROJETO DE LEI Nº 538/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam os hotéis, restaurantes e similares, que possuam cardápios como meios informativos de seus produtos aos clientes, obrigados a produzir e dispor exemplar na linguagem em braile, para atendimento às necessidades dos deficientes visuais.

Parágrafo Único - Para efeitos desta lei, considera-se cardápio como sendo o encarte que contenha o rol de produtos oferecidos normalmente aos clientes desses estabelecimentos.

Art. 2º - As empresas relacionadas pela obrigação imposta por esta lei terão o prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias para adequação ao preceito nela contido.

Art. 3º - O Procon/PR atuará como órgão fiscalizador para cumprimento dos preceitos desta lei, aplicando as sanções e penalidades constantes do Código de Defesa do Consumidor e demais legislações pertinentes.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

Muito tem-se falado sobre a importância da valorização do deficiente e formas de garantir igualdade de direitos para estes. Infelizmente, na prática, estamos longe de propiciar condições de independência e vida digna para quem a natureza impôs limitações. Diariamente, ouvimos as queixas e protestos de quem é impedido de entrar numa repartição pública ou instituição bancária, porque o prédio não possui elevador ou nem mesmo rampas de acesso. Isso sem falar na questão profissional, onde o acesso ao ensino já é um drama para quem goza da plenitude física.

Mas podemos também, abordar questões de fundo, que se não recebem enfoque da mídia, acarretam o mesmo nível de dificuldade e impossibilidade de acesso para a pessoa portadora de deficiência.

Nessa linha, a presente proposta busca oferecer ao deficiente visual o direito de acesso à informação, no caso, daquele que ao ir a um restaurante ou hospedar-se em um hotel não encontre maiores dificuldades, podendo ter acesso a um cardápio em linguagem braile.

Solicito apoio dos nobres pares desta Casa de Leis, para a aprovação do projeto de lei que ora apresentamos.

PROJETO DE LEI Nº 539/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Transfere o município de Três Barras do Paraná o trecho da rodovia PR-471, que liga a sede do município até o Rio Iguaçu.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei, com o objetivo de transferir ao município de Três Barras do Paraná o trecho da Rodovia PR-471, que liga a sede do município até o Rio Iguaçu.

O município de Três Barras do Paraná tem feito, regularmente, a manutenção de parte do referido trecho,

com pavimentação de pedras irregulares. Essa municipalização torna-se necessária tendo em vista que existe a possibilidade de realização de convênio entre o município e o Estado do Paraná, para a pavimentação total do trecho rodoviário, uma extensão aproximada de 23 quilômetros.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 540/2003

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam reservadas aos afro-descendentes, 10% (dez por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos, efetuados pelo Poder Público Estadual, para provimento de cargos efetivos.

§ 1º - A fixação do número de vagas reservadas aos afro-descendentes e respectivo percentual, far-se-á pelo total de vagas no edital de abertura do concurso público e se efetivará no processo de nomeação.

§ 2º - Preenchido o percentual estabelecido no edital de abertura, a Administração fica desobrigada a abrir nova reserva de vagas durante a vigência do concurso em questão.

§ 3º - Quando o número de vagas reservadas aos afro-descendentes resultar em fração, arredondar-se-á para o número inteiro imediatamente superior, em caso de fração igual ou maior a 0,5 (zero vírgula cinco), ou para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (zero vírgula cinco).

§ 4º - A observância do percentual de vagas reservadas aos afro-descendentes dar-se-á durante todo o período de validade do concurso e aplicar-se-á a todos os cargos oferecidos.

Art. 2º - O acesso dos candidatos à reserva de vagas obedecerá o pressuposto do procedimento único de seleção.

Art. 3º - Na hipótese de não preenchimento da quota prevista no artigo 1º, as vagas remanescentes serão revertidas para os demais candidatos qualificados no certame, observada a respectiva ordem de classificação.

Art. 4º - Para efeitos desta lei, considerar-se-á afro-descendente aquele que assim se declare expressamente, indentificando-se como de cor preta ou parda, a raça etnia negra.

Parágrafo Único - Tal informação integrarão os registros cadastrais de ingresso de servidores.

Art. 5º - Detectada a falsidade na declaração a que se refere o artigo anterior, sujeitar-se-á o infrator às penas da lei, sujeitando-se, ainda:

I - se já nomeado no cargo efetivo para o qual concorreu na reserva de vagas aludidas no artigo 1º, utilizando-se da declaração inverídica, à pena disciplinar de demissão.

II - se candidato, à anulação da inscrição no concurso público e de todos os atos daí decorrentes.

Parágrafo Único - Em qualquer hipótese, ser-lhes-á assegurada ampla defesa.

Art. 6º - As disposições desta lei não se aplicam àqueles concursos públicos cujos editais de abertura foram publicados anteriormente à sua vigência.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A Constituição da República inscreve a justiça social como princípio norteador e dispõe, também, que é da competência do Estado legislar sobre assuntos de interesse estadual e, de forma concorrente com a União e o Município, combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos (preâmbulo, artigos 23, inciso X, 30, inciso I, e 193).

A matéria objeto da proposição, consoante permitem inferir-se os comandos normativos antes indicados, se insere no âmbito de competência estadual.

Isto posto, estamos apresentando o presente projeto de lei que procura amparar os afro-descendentes, com o objetivo de reparar as injustiças históricas praticadas contra os mesmos.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 541/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Capítulo I

Do Programa Estadual de Crédito Educativo

Art. 1º - Fica instituído, no Estado do Paraná, o Programa de Crédito Educativo para estudantes do ensino médio profissionalizante e do ensino superior de graduação com recursos insuficientes, próprio ou familiares, para o custeio de seus estudos.

Art. 2º - Poderá ser titular do benefício de que trata a presente lei o estudante matriculado em instituição de ensino médio profissionalizante ou de ensino superior, comprovadamente carente e com bom desempenho acadêmico, desde que atenda à regulamentação do programa, na forma desta lei.

§ 1º - A seleção dos candidatos ao Crédito Educativo será feita na instituição em que se encontram matriculados, por comissão constituída pela direção da instituição e por representantes escolhidos democraticamente, do corpo docente e discente do estabelecimento de ensino.

§ 2º - O Crédito Educativo abrange o financiamento os encargos educacionais até cinquenta por cento (50%) do valor da mensalidade ou da semestralidade, depositado pelo órgão competente, mediante recursos do Fundo Estadual de Financiamento ao estudante do Ensino Médio e do Ensino Superior (Femes-PR), na conta da instituição de ensino superior participante do programa;

Art. 3º - A Secretaria de Estado da Educação fixará, num prazo de noventa dias, as diretrizes gerais do Programa e será o responsável pela sua supervisão.

Art. 4º - A Secretaria de Estado da Educação será a executora da presente lei, consoante regulamentação do Banco Central do Brasil, no que tange às normas operacionais e creditícias, podendo partilhar seu Programa de Crédito Educativo com outros bancos ou entidades, mediante convênios.

Art. 5º - Os recursos do Programa de Crédito Educativo terão origem:

I - no orçamento da Secretaria de Estado da Educação e da Secretaria de Estado da Ciência e da Tecnologia, especialmente destinados ao Programa e ao Fundo Estadual de Financiamento ao Estudante do Ensino Médio e do Ensino Superior (Femes-PR), cujo montante anual não poderá ser inferior a 1% (um por cento) do orçamento destinado à SEED-PR e à Secretaria de Estado da Ciência e da Tecnologia;

II - na destinação dos recursos arrecadados com multas aos estabelecimentos de ensino particulares;

III - na destinação de 30% (trinta por cento) da renda líquida dos concursos de prognósticos administrados pela Secretaria de Estado da Educação e pela Secretaria de Estado da Ciência e da Tecnologia, bem como dos recursos da premiação não procurados pelos contemplados dentro do prazo de prescrição;

IV - na reversão dos financiamentos concedidos; e
V - em outras fontes.

§ 1º - Nos próximos dez anos, os recursos orçamentários destinados ao Programa de Crédito Educativo, não poderão ser inferiores ao correspondente à 1% (um por cento) do orçamento destinado à Secretaria de Estado da Educação e a Secretaria de Estado da Ciência e da Tecnologia, corrigidos na mesma proporção do índice de crescimento do Orçamento do Estado.

§ 2º - Na distribuição das vagas para o financiamento dos encargos educacionais, de que trata o inciso I do parágrafo 2º do artigo 2º desta lei, será dada prioridade para as instituições de ensino superior que mante-

nham programa de crédito educativo com recursos próprios.

Art. 6º - Os financiamentos serão concedidos mediante contrato de abertura de crédito, nas seguintes condições:

I - liberação em parcelas mensais ou semestrais, por prazo não superior à duração média do curso, estabelecida pela Secretaria de Estado da Educação e pela Secretaria de Estado da Ciência e da Tecnologia;

II - um ano de carência, contando a partir do término ou da interrupção do curso;

III - autorização em pagamentos mensais em prazo máximo equivalente a uma vez e meia o período de utilização de crédito, a contar do término no prazo de carência, ou ainda em prestação de serviços, cujo valor, para a amortização, será o corrente de mercado para o exercício da profissão do benefício.

Art. 7º - O contrato de que trata esta lei estabelecerá as condições de transferência dos recursos por parte da Secretaria de Estado da Educação e da Secretaria de Estado da Ciência e da Tecnologia e as garantias relativas em casos de atrasos dos repasses, estando, em função deste último aspecto, as instituições de ensino impedidas de:

I - suspender a matrícula do estudante;

II - cobrar mensalidades do estudante, mesmo como adiantamento.

Parágrafo Único - Havendo atrasos superiores a trinta dias nos repasses dos valores devidos os pagamentos serão efetuados com correção nos mesmos índices cobrados dos beneficiados pelo Programa.

Capítulo II

Do Fundo Estadual de Financiamento
ao Estudante do Ensino Médio Profissionalizante
e do Ensino Superior - (Femes-PR)

Art. 8º - Fica instituído, nos termos desta lei, um Fundo Estadual de Financiamento ao Estudante do Ensino Médio e do Ensino Superior (Femes-PR), de natureza contábil, destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos médios profissionalizantes e cursos superiores, não gratuitos e com avaliação positiva, de acordo com a regulamentação própria, nos processos conduzidos pela Secretaria de Estado da Educação (SSED-PR) e pela Secretaria de Estado da ciência e da Tecnologia.

Parágrafo Único - A participação do Estado do Paraná no financiamento ao estudante de ensino médio profissionalizante e de ensino superior, não gratuito, dar-se-á, exclusivamente, mediante contribuições ao fundo instituído por esta lei, ressalvado o disposto no inciso I, do artigo 5º desta lei.

Seção I

Das receitas do Femes-PR

Art. 9º - Constituem receitas do Femes:

I - dotações orçamentárias expressamente consignada à rubrica específica do Femes-PR junto à Secretaria de Estado da Educação e junto à Secretaria de Estado da Ciência e da Tecnologia, ressalvando o disposto no inciso I do artigo 5º desta lei;

II - trinta por cento da renda líquida dos cargos de prognósticos administrados pela Secretaria de Estado da Educação e pela Secretaria de Estado da Ciência e da Tecnologia, bem como a totalidade dos recursos de premiação não procurados pelos contemplados dentro do prazo de prescrição;

III - encargos e sanções contratualmente cobrados nos financiamentos concedidos ao amparo desta lei;

IV - taxas e emolumentos cobrados dos participantes dos processos de seleção para o financiamento;

V - encargos e sanções contratualmente cobrados nos financiamentos concedidos no âmbito do Programa e Crédito Educativo, de que trata esta lei;

VI - rendimento de aplicações financeiras sobre suas disponibilidades; e

VII - receitas patrimoniais.

§ 1º - Fica autorizada:

I - a contratação, pelo agente operador do Femes-PR, de operações de crédito interno e externo na forma disciplinada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN);

II - a transferência ao Femes-PR dos saldos devedores dos financiamentos concedidos no âmbito do Programa de Crédito Educativo de que trata esta lei;

III - a alienação, total ou parcial, à instituições financeiras credenciadas para esse fim pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e pelo Banco Central do Brasil, dos ativos de que trata o inciso anterior e dos ativos representados por financiamentos concedidos ao amparo desta lei.

§ 2º - As disponibilidades de caixa do Femes-PR, deverão ser mantidas em depósito na conta do Tesouro Estadual.

§ 3º - As despesas administrativas do Femes-PR, conforme regulamentação do Conselho Monetário Nacional - CMN, corresponderão a:

I - até zero vírgula dois por cento ao ano ao agente operador, pela gestão do Fundo, calculado sobre suas disponibilidades;

II - até zero vírgula três por cento ao ano ao agente operador pela gestão do Fundo, calculado sobre o saldo devedor dos repasses às instituições financeiras;

III - até um vírgula cinco por cento ao ano aos agentes financeiros, calculado sobre o saldo devedor, pela administração dos créditos concedidos e absorção do risco de crédito efetivamente caracterizado, no percentual estabelecido no inciso V do artigo 5º.

§ 4º - O pagamento das obrigações decorrentes das operações de que trata o inciso I do parágrafo 1º terá precedência sobre todas as demais despesas.

§ 5º - Os saldos devedores alienados ao amparo do inciso III do parágrafo 1º deste artigo poderão ser renegociados entre a instituição financeira adquirente e o devedor, segundo condições que estabelecerem, relativas à atualização de débitos constituídos, saldos devedores, prazos, taxas de juros, garantias, valores de prestações e eventuais descontos, observado o seguinte:

I - eventuais condições de renegociação e quitação estabelecida pela instituição financeira adquirente deverão contemplar, no mínimo, a recuperação dos valores nominais desembolsados;

II - as instituições adquirentes deverão apresentar à Secretaria de Estado da Educação e à Secretaria de Estado da Ciência e da Tecnologia, até o dia 10 de cada mês, relatório referente aos contratos renegociados e liquidados no mês anterior, contendo o número do contrato, nome do devedor, saldo devedor, valor renegociado ou liquidado, quantidade e valor de prestações, taxa de juros, além de outras informações julgadas necessárias pelos órgãos gerenciadores.

Seção III

Da gestão do Femes-PR

Art. 10 - A gestão do Femes-PR caberá à SEED-PR e a Secretaria de Estado da Ciência e da Tecnologia, na qualidade de formuladores da política de oferta de financiamento e de supervisores da execução das operações do Fundo.

§ - A SEED-PR e a Secretaria de Estado da Ciência e da Tecnologia editarão regulamento conjunto que disporá, inclusive, sobre:

I - as regras da seleção de estudantes a serem financiados pelo Femes-PR;

II - os casos de suspensão temporária e encerramento dos contratos de financiamento;

III - as exigências de desempenho acadêmico para a manutenção do financiamento.

§ 2º - A Secretaria de Estado da Educação e a Secretaria de Estado da Ciência e da Tecnologia deverão contar com o assessoramento de conselho, de natureza consultiva, cujos integrantes serão designados pelo respectivo secretário de Estado, na forma do regulamento.

§ 3º - De acordo com os limites de crédito estabelecidos pela agente operador, as instituições financeiras que se cadastrem poderão, na qualidade de agente financeiro, conceder financiamentos com recursos do Femes-PR.

Capítulo III

Das Operações

Art. 11 - São passíveis de financiamento pelo Femes-PR até cinquenta por cento dos encargos educa-

cionais cobrados dos estudantes por parte das instituições de ensino médio profissionalizante e superior devidamente cadastradas para esse fim pela SEED-PR, em contraprestação aos cursos de graduação em que estejam regularmente matriculados.

§ 1º - O cadastramento de que trata o *caput* deste artigo far-se-á por curso oferecido, sendo vedada a concessão de financiamento nos cursos com avaliação negativa nos processos conduzidos pela SEED-PR e pela Secretaria de Estado da Ciência e da Tecnologia.

§ 2º - Poderão a Secretaria de Estado da Educação e a Secretaria de Estado da Ciência e da Tecnologia, em caráter excepcional, cadastrar, para fins do financiamento de que trata esta lei, cursos para os quais não haja processo de avaliação concluído.

§ 3º - Cada estudante poderá habilitar-se a apenas um financiamento, destinado à cobertura de despesas relativas a um único curso de graduação, sendo vedada a concessão a estudante que haja participado do Programa de Crédito Educativo de que trata esta lei.

Art. 12º - Os financiamentos concedidos com recursos do Femes-PR deverão observar o seguinte:

I - prazo: não poderá ser superior à duração regular do curso;

II - juros: a serem estipulados pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, para cada semestre letivo, aplicando-se desde a data da celebração até o final da participação do estudante no financiamento;

III - oferecimento de garantias adequadas pelo estudante financiado;

IV - amortização: poderá ser realizada através de pagamento pecuniário ou através da prestação de serviços em órgãos públicos ou em programas de atendimento à população de competência e iniciativa do Estado do Paraná e dos municípios, e terá início no mês imediatamente subsequente ao da conclusão do curso, ou antecipadamente, por iniciativa do estudante financiado, calculando-se as prestações, em qualquer caso:

a) nos doze primeiros meses de amortização, em valor igual ao da parcela paga diretamente pelo estudante financiado à instituição de ensino superior no semestre imediatamente anterior;

b) parcelando-se o saldo devedor restante em período equivalente a até uma vez e meia o prazo de permanência na condição de estudante financiado;

V - risco: os agentes financeiros e as instituições de ensino profissionalizante e de ensino superior participarão do risco do financiamento nos percentuais de vinte por cento e cinco por cento, respectivamente, sendo considerados devedores solidários nos limites especificados;

VI - comprovação de idoneidade cadastral do estudante e do(s) fiador(es) na assinatura dos contratos.

§ 1º - Ao longo do período de utilização do financiamento, o estudante financiado fica obrigado a pagar, trimestralmente, os juros incidentes sobre o financia-

mento, limitados ao montante de R\$50,00 (cinquenta reais).

§ 2º - É permitido ao estudante financiado, a qualquer tempo, observada a regulamentação do Conselho Monetário Nacional - CMN, realizar amortizações extraordinárias do financiamento.

§ 3º - Excepcionalmente, por iniciativa da instituição de ensino médio profissionalizante e de ensino superior à qual esteja vinculado, poderá o estudante dilatar em até um ano o prazo de que trata o inciso I do *caput* deste artigo, hipótese na qual as condições permanecerão aquelas definidas no inciso IV e suas alíneas.

§ 4º Na hipótese de verificação de idoneidade cadastral do estudante ou de seu(s) fiador(es) após a assinatura do contrato, ficará sobrestado o adiamento do mesmo até a comprovação da restauração da respectiva idoneidade, ou a substituição do fiador inidôneo.

Art. 13 - Em caso de inadimplemento das prestações devidas pelo estudante financiado, a instituição promoverá a execução das garantias contratuais, conforme estabelecido pela instituição de que trata o inciso II do *caput* do mesmo artigo, repassando ao Femes-PR e à instituição de ensino superior a parte concernente ao seu risco.

Capítulo IV

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 14 - No exercício de 2004, das receitas referidas nos incisos I, II e V do artigo 11 serão deduzidos os recursos necessários ao pagamento dos encargos educacionais contratados no âmbito do Programa de Crédito Educativo de que trata esta lei.

Art. 15 - A seleção dos alunos a serem beneficiados nos termos do *caput* será realizada em cada instituição por uma comissão constituída paritariamente por representantes da direção, do corpo docente e da entidade de representação discente.

Art. 16 - Nas instituições que não ministrem ensino superior caberão aos pais dos alunos regularmente matriculados os assentos reservados à representação discente na comissão de que trata o parágrafo anterior.

Art. 17 - Nas instituições de ensino em que não houver representação estudantil ou de pais organizada, caberá ao dirigente da instituição proceder à eleição dos representantes na comissão de que trata o parágrafo 1º.

Art. 18 - Após a conclusão do processo de seleção, a instituição de ensino deverá encaminhar à SEED-PR e à Secretaria de Estado da Ciência e da Tecnologia a relação de todos os alunos, com endereço e dados pessoais, que receberam bolsas de estudo.

Art. 19 - As instituições de ensino substituirão os alunos beneficiados que não efetivarem suas matrículas no prazo regulamentar, observados os critérios de seleção dispostos neste artigo.

Art. 20 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário, sendo que contará com plena eficácia em 01 de janeiro de 2004, com a estipulação, pelo Poder Executivo Estadual, das dotações financeiras e/ou incentivos fiscais necessários à plena execução do disposto nesta lei.

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa estruturar e possibilitar ao Estado do Paraná o atendimento aos estudantes carentes matriculados em estabelecimentos privados de ensino médio e superior, que, pela sua situação de carência econômica, não possam financiar seus estudos. Neste sentido, o presente projeto cria um programa Estadual de Auxílio ao Estudante do Ensino Médio Profissionalizante e do Ensino Superior, através de um programa de crédito educativo, mediante a criação do Fundo Estadual de Financiamento ao Estudante do Ensino Médio Profissionalizante e do Ensino Superior - Femes-PR. Neste sentido, a principal vantagem do presente projeto de lei, que permite que o processo de administração e concessão de crédito administrativo seja transparente, além de propiciar um regime aos estudantes carentes complementar aos programas de crédito educativo do Governo Federal.

Assim, sob o aspecto da necessidade e do atendimento ao interesse público em amplo sentido¹, o presente projeto visa atender um contingente de alunos carentes que, ao mesmo tempo impossibilitados de estudar em universidades e instituições de ensino médio públicas,

1. Para tanto entende, veja-se a lição do Professor Celso Antônio Bandeira de Mello, no seu consagrado Curso de Direito Administrativo (14ª ed. Malheiros Editores: São Paulo 2002), ao depurar tal distinção no âmago da doutrina italiana: "Tendo em vista este caráter de assujeitamento do poder a uma finalidade instituída no interesse de todos - e não da pessoa exercente do poder -, as prerrogativas da Administração não devem ser vistas ou denominadas como 'poderes' ou como 'deveres-poderes', pois nisto se ressalta sua índole própria e se atrai atenção para aspecto subordinado do poder em relação ao dever, sobressaindo, então, o aspecto finalístico que as informa, do que decorrerão suas inerentes limitações. Também assim melhor se compreenderá a distinção corrente da doutrina italiana entre interesses públicos ou interesses primários - que não os interesses da coletividade como um todo - e interesses secundários, que o Estado (pelo só fato de ser sujeito de direitos) poderia ter como qualquer outra pessoa, isto é, independentemente de sua qualidade de servidor de interesse de terceiros: os da coletividade".

também não possuem condições de financiar seus estudos, em face de pertencerem a população de baixa renda. Como a responsabilidade pela educação em nível médio também é do Estado, é evidente que o Estado do Paraná não pode se furtar de intervir e exercer sua competência nesse setor. E este projeto de lei visa, assim, dotar de plena eficácia essa atividade do Poder Público Estadual.

No que pertine à competência, o presente projeto insere-se no aspecto técnico-jurídico, no exercício das competências comuns entre União, Estados e Municípios, a forma dos inc. IX do artigo 24 da Constituição Federal¹. Não obstante, inexistente reserva de iniciativa do Executivo no projeto em exame, eis que a hipótese não se enquadra em nenhum dos incisos do artigo 66 da Constituição do Estado do Paraná, restando expressa tal possibilidade de iniciativa em face dos hialinos termos do inciso XVII do artigo 53 da nossa Constituição Regional, que dispõe:

“Art. 53 - Cabe à Assembléia Legislativa, com sanção do governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

(...)

XVII - matéria de legislação concorrente de que trata o artigo 24 da Constituição Federal”;

Assim, e a toda evidência, evidentemente afirmada a competência para a proposição do presente projeto.

Por fim, tampouco há que se opor qualquer óbice de natureza orçamento e financeira ao presente projeto. De início, verifica-se que a presente lei, ainda que possa ter vigência e plena eficácia com sua promulgação, só exercerá seus efeitos financeiros sobre as Finanças Estaduais - mediante prévia dotação orçamentária para fins de repasse dos recursos ao Femes-PR e concessão de crédito educativo - no próximo exercício, atendido, com isto, o exigido pelos incisos I e II do artigo 167 da Constituição Federal². E, de todo modo, só poder-se-á realizar tal despesa mediante o prévio estudo de impacto orçamentário e financeiro previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar 101/2000.

Em conclusão, a lei ora proposta, completando os elementos fundamentais de resguardo e afirmação da cidadania universal dos paranaenses, merecerá, certamente, desta Casa de Leis, não só apoio, como aprovação, em face do inescusável compromisso dos deputados

1. “Art. 24 - Compete a União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: (...)

IX - educação, cultura, ensino e desporto”;

2. “Art. 167 - São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;”

paranaenses com as necessidades mais prementes da população do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 542/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam estendidos os benefícios da Lei Estadual nº 11.722, de 20 de maio de 1997, aos Hospitais Universitários mantidos por entidades filantrópicas de ensino superior, desde que mantenham serviços de atendimento público de pronto-socorro e que disponibilizem mais de 70% dos seus leitos totais a pacientes do SUS - Sistema Único de Saúde.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, sendo que contará com plena eficácia em 01 de janeiro de 2004, com a estipulação, pelo Poder Executivo Estadual, das dotações financeiras e/ou incentivos fiscais necessários à plena execução do disposto nesta lei.

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

O governo estadual, a exemplo do governo federal e dos municípios, tem obrigação de apoiar a área da saúde, destinando para isso, parcelas de seus orçamentos.

Neste sentido, o custeio de tarifas de energia elétrica de água e esgoto (objeto desta proposição) cuja arrecadação é realizada por órgãos do próprio Estado, representa uma forma de auxílio, sem o desembolso direto de recursos a cada instituição de saúde em particular.

A longa crise financeira instalada no setor hospitalar filantrópico, ocasionada pelas altas tarifas dos serviços necessários ao seu funcionamento; pela baixa remuneração do SUS - Sistema Único de Saúde aos serviços prestados pelos hospitais; pelo aumento de atendimento de usuário do SUS, ocasionado pelo alto custo dos planos de saúde, aumentando as filas do SUS, entre outros, são motivos que justificam ao auxílio do Estado para essas instituições.

As estimativas feitas pela Federação dos Hospitais do Paraná indicam que o setor chegou ao ponto crítico de uma situação que se estende a anos, com repercussões no atendimento à população, especialmente a mais carente.

Pela característica de atendimento de alta especialização as entidades hospitalares universitárias com atendimento SUS são procuradas, não só por pacientes locais mas também de outros municípios e até de outros Estados.

Essa situação é demonstrada pela superlotação dos leitos disponíveis nessas entidades que se encontram em estado pré-falimentar e constantemente deixam de honrar seus compromissos, com fornecedores, com funcionários, médicos e outros credores, comprometendo a quali-

dade e o próprio atendimento, criando o caos que pode ser constatado na mídia.

O acatamento dessa proposição trará grandes benefícios ao setor, proporcionando investimentos em outras áreas desses hospitais que permitam ampliar o atendimento aos usuários dos serviços, notadamente às pessoas carentes.

PROJETO DE LEI Nº 543/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Altera a Lei nº 8852, de 27 de julho de 1988, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica proibido fumar nos recintos e edificações abaixo relacionados:

I - hospitais, maternidades, clínicas, consultórios médicos, consultórios odontológicos e laboratórios;

II - cinemas, teatros, auditórios, museus, bibliotecas, salas de aula públicas e particulares, salas de conferência e de convenções;

III - elevadores de prédios públicos, residenciais, comerciais e industriais;

IV - veículos de transporte coletivo intermunicipal e ambulâncias;

V - restaurantes, bares e assemelhados.

Art. 2º - Nos estabelecimentos acima mencionados poderá ser permitido fumar em salas especiais dotadas de proteção adequada, nas quais serão utilizados somente materiais de construção de revestimento e acabamento incombustíveis ou auto-extingüíveis.

Art. 3º - Em todos os estabelecimentos deverão ser colocados cartazes ou avisos com os dizeres PROIBIDO FUMAR, bem como a utilização do sinal internacional de proibição de fumar nos locais públicos onde for comum a presença de estrangeiros ou analfabetos.

Parágrafo Único - Em recinto com área superior a 50m² (cinquenta metros quadrados), os cartazes ou avisos a que se refere este artigo deverão repetir-se na proporção de 01 (um) para cada 50m² (cinquenta metros quadrados), ou fração excedente.

Art. 4º - A efetivação da proibição e a colocação dos cartazes ou avisos mencionados no artigo 3º desta lei deverão ser feitas no prazo de 90 (noventa) dias da sua vigência.

Art. 5º - Fica proibida a comercialização de fumo ou tabaco em órgãos públicos e estabelecimentos de ensino da rede pública e privada.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei e suas penalidades no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de sua publicação.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) VANDERLEI IENSEN

JUSTIFICATIVA:

Muitos fumantes não agüentam mais ouvir as advertências do Ministério da Saúde: fumar causa câncer

de pulmão, câncer de boca, infarto do coração, etc. Mas não tem jeito; quem quiser falar seriamente sobre cigarro vai ter que transmitir todas as informações, por um motivo simples: elas são verdadeiras.

O cigarro é fator de risco para diversas doenças, isso significa que uma pessoa que fuma tem mais chances de contrair uma série de males, alguns estão diretamente ligados ao tabaco. De cada dez casos de câncer de pulmão, por exemplo, nove são consequência do fumo, assim como 85% das mortes de enfisemas.

No Brasil, estima-se que 80 mil pessoas morram precocemente a cada ano devido ao tabagismo. Mas por que o fumo faz tanto mal? Quando uma pessoa traga a fumaça de um cigarro, está inalando mais de 4700 substâncias tóxicas. Muitas delas vêm do processo de plantio de tabaco, os agrotóxicos utilizados na plantação acabam sendo inalados, por tabela, pelos fumantes.

O alcatrão é, na verdade, um composto de mais de 40 substâncias comprovadamente cancerígenas. Assim, 30% das mortes por câncer se devem ao fumo. O tabagismo pode causar tumores não apenas nos pulmões, mas também na boca, laringe, faringe, esôfago, pâncreas, rins, bexiga e colo de útero.

Mas um dos maiores vilões é mesmo a nicotina, responsável pelo prazer e pela dependência. Ela acelera a frequência cardíaca e contribui para o surgimento de doenças cardio-vasculares. Basta dizer que 45% dos infartos agudos do miocárdio em pessoas abaixo dos 65 anos são causados pelo tabagismo. A nicotina também estimula a produção de ácido clorídrico, causando azia, podendo levar a uma úlcera e também a um câncer de estômago.

Em Nova Iorque, há anos as tragadas são proibidas no saguão dos prédios, nos elevadores, nos escritórios, nas lojas, nos restaurantes, nos metrô, nos ônibus e nos aeroportos. Há cinco meses está em vigor uma lei que prevê multas que vão de 200 a 1000 dólares, proibindo que se fume em todo e qualquer local público fechado por um teto ou quatro paredes, e para quem infringir a regra mais de três vezes em um trimestre, há a perda do alvará de funcionamento.

O fumo matou cerca de 5 milhões de pessoas no mundo no ano de 2000, com quase os mesmos índices nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, disseram os pesquisadores da Escola de Saúde Pública de Harvard em Boston, Massachusetts e da Universidade de Queensland, na Austrália, em artigo publicado na revista Lancet, o que prevêem um futuro pouco animador.

As principais causas de mortes relacionadas ao tabagismo foram doenças pulmonares e cardíacas, afirmaram os pesquisadores. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que as mortes decorrentes do tabagismo vão, pelo menos, dobrar até 2030, já que vêm aumentando nos países em desenvolvimento e cada vez há mais mulheres fumantes.

Solicito o apoio dos nobres pares desta augusta Casa de Leis, para a aprovação do projeto de lei que

altera a Lei nº 8852/88, que proíbe fumar em recintos que menciona e dá outras providências.

PROJETO DE LEI Nº 544/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Poder Executivo implantará e manterá pelo menos uma Delegacia Especializada em Assuntos da Mulher - DEAM, em cidades com mais de 15.000 (quinze mil) domicílios.

§ 1º - As cidades com 30.000 (trinta mil) domicílios terão pelo menos 02 (duas) Delegacias Especializadas em Assuntos da Mulher, dispostas de modo a que cada qual atenda número assemelhado de domicílios;

§ 2º - As cidades com número de domicílios inferior ao do *caput* ficarão subordinadas à Circunscrição da Delegacia de Assuntos da Mulher da cidade mais próxima;

§ 3º - A cidade de Curitiba terá pelo menos 03 (três) Delegacias Especializadas em Assuntos da Mulher, uma sediada na região central, outra na região sul e ainda outra destinada ao atendimento dos municípios da Região Metropolitana que não disponham de DEAM.

Art. 2º - O número de Delegacias Especializadas em Assuntos da Mulher previsto neste artigo deverá ser majorado a cada vez que os índices de crimes contra a mulher assim recomendarem.

Art. 3º - Cada DEAM contará com número telefônico para ligação gratuita, destinado ao recebimento de denúncias e ao oferecimento de orientação ao público.

Parágrafo Único - O número telefônico referido no *caput* deverá receber a mais ampla publicidade no âmbito da circunscrição da DEAM.

Art. 4º - Cada DEAM contará com um cadastro de casas de apoio, públicas ou privadas, para as quais possa encaminhar mulheres vítimas de violência doméstica, quando for o caso, acompanhadas ou não de filhos menores.

Parágrafo Único - As casas de apoio deverão contar com psicólogas e assistentes sociais habilitadas ao atendimento de vítimas de violência doméstica.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente projeto de lei responder à crescente onda de violência contra a mulher, implantando delegacias especializadas de acordo com o número de domicílios das cidades e regiões do Estado do Paraná, a fim de garantir a proteção, aparelhar o programa Violência Zero,

impondo o perdimento de armas de fogo e de outros bens definidos como meio ou produto de crime, em favor do patrimônio público estadual.

O artigo 25, parágrafo 1º, da Constituição Federal prescreve que “são reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição”. Trata-se da chamada “competência remanescente ou reservada” em que os Estados poderão legislar sobre todas as matérias que não estejam enumeradas para a União ou para os municípios.

Como explica o constitucionalista José Afonso da Silva, a competência reservada ou remanescente “compreende toda matéria não expressamente incluída numa enumeração, reputando-se sinônimas as expressões reservada e remanescente com o significado de competência que sobra a uma entidade após a enumeração da competência de outra (artigo 25, parágrafo 1º, cabem aos Estados as competências não vedadas pela Constituição).”¹ Da mesma forma, o mestre Alexandre de Moraes ensina que “os Estados-Membros poderão legislar sobre todas as matérias que não lhes estiverem vedadas implícita ou explicitamente.”²

Não há previsão constitucional de competência privativa da união para legislar sobre matéria relacionada à atuação do Poder Judiciário estadual.³ Tratando-se de serviço público de titularidade estadual, é o Estado-Membro quem dispõe de competência para legislar sobre aspectos específicos que digam respeito à sua prestação.

No aspecto material, o projeto de lei vai de encontro à implementação de um dos princípios que disciplinam a prestação dos serviços públicos - a sua adequação às necessidades dos usuários. Acentua Celso Antônio Bandeira de Mello, que a “adaptabilidade” - ou seja, a atualização e modernização dos serviços públicos dentro das possibilidades econômicas do Poder Público - constitui-se num dos princípios informadores do regime jurídico do serviço público,⁴ mormente em hipótese que tais,

1. SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 20 ed. São Paulo: Malheiros, 2002. p.478.

2. MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2003. p.299.

3. Comentando o art. 21, inciso XII, letra e, da Constituição Federal, que atribui à União competência exclusiva para explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, ensina Celso Antônio Bandeira de Mello, renomado administrativista, que “simetricamente, o transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros é serviço público estadual e o transporte municipal é da alçada do Município”, conforme previsão no art. 30, V, da Constituição Federal. BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de direito administrativo. 13. ed. São Paulo: Malheiros, 2001. p. 607.

4. BANDEIRA DE MELLO, op. cit., p. 601.

cujas tônicas se encontram na desmotivação patrimonial da prática do crime.

Como acentua Adilson de Abreu Dallari, “a primeira nota do serviço público é o seu caráter de responder a uma necessidade essencial da população”¹. Como o serviço público é destinado a todos, a generalidade - universalidade na oferta do serviço - é uma característica que não pode dele ser afastada. Pois, como salienta o jurista Marçal Justen Filho, “se o serviço não se destina a ser ofertado a um número indeterminado de usuários, sequer se caracteriza como público.”² Daí a necessidade premente de garantir a segurança dos usuários, reconhecida expressamente em diplomas legislativos como o artigo 6º, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 8987/95 que define o serviço público adequado como “o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas”. Da mesma forma, o artigo 22, *caput*, do Código de Defesa do Consumidor dispõe que “os órgãos públicos, por si ou por suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes e seguros, e quanto aos essenciais, contínuos.”

Sendo a segurança direito fundamental insculpido no artigo 5º, *caput*, da nossa Carta Magna, o presente projeto de lei pretende dar um passo definitivo na tarefa de efetivá-lo na órbita dos serviços públicos estaduais, aparelhando as polícias civil e militar e, de outro lado, desincentivando patrimonialmente a prática de crime.

PROJETO DE LEI Nº 545/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado o 19º Batalhão da Polícia Militar do Paraná.

Art. 2º - A formação do batalhão do referido *caput* deste artigo será constituída do desmembramento parcial do 13º Batalhão da Polícia Militar e do Regimento da Polícia Montada, ficando assim constituída:

- a) pela totalidade da área correspondente à circunscrição do 13º Distrito Policial, abrangendo os bairros Caximba, Campo de Santana e parte do Tatuquara;
- b) pela totalidade da área correspondente à circunscrição do 10º Distrito Policial, abrangendo os bairros

1. DALLARI, Adilson de Abreu. Transporte coletivo: concessão de serviço público: impossibilidade de prorrogação. Revista de Direito Público, São Paulo, n. 88, out./dez. 1998, p. 79.

2. JUSTEN FILHO, Marçal. Concessões de serviços públicos. São Paulo. Dialética, 1997, p. 127.

Umbará, Ganchinho, Sítio Cercado, Alto Boqueirão, e Pinheirinho;

c) pela parte da área correspondente à circunscrição do 7º Distrito Policial, abrangendo os bairros do Boqueirão e Xaxim.

Art. 3º - O Regimento da Polícia Montada e 13º Batalhão da Polícia Militar deixam de ter a circunscrição na área descrita no artigo 2º desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.09.2003.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de decreto, tem como escopo proporcionar maior segurança à população através da melhor divisão de responsabilidades entre os batalhões da Polícia Militar. Sendo a cidade de Curitiba, policiada somente por três batalhões, que acumulam para si um vasto território e um grande número de população sobre sua responsabilidade, faz-se necessário a formação de um novo batalhão. Assim, com áreas menores a serem policiadas, o serviço prestado será mais célere e eficiente.

É de competência do governador do Estado regular a organização da segurança pública estadual, nos termos do artigo 114, parágrafo 6º que dispõe: “As Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as Polícias Civis, aos governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

Ademais, o mesmo artigo, no parágrafo 7º, determina qual o meio pelo qual disciplinar-se-á as matérias referentes à organização dos órgãos de segurança pública: “A lei disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.”

Assim, o presente decreto do executivo é amparado constitucionalmente, tendo, nos ditames da Lei Maior, o condão de lei reguladora dos órgãos de segurança deste Estado, mais especificamente, a Polícia Militar, objeto deste ato.

Ademais, a Constituição federal não elenca a matéria em questão como de competência legislativa privativa da União. O que faz, conforme dita o artigo 22, inciso XXI, da Carta Magna, é determinar que compete à União estabelecer normas gerais de organização das Polícias Militares. Há que se analisar essa matéria à luz do artigo 24, parágrafo 2º da mesma lei fundamental, que dispõe: “A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.”

Ainda sobre repartição de competência eminente José Afonso da Silva dizendo que:

“a nossa Constituição adota esse sistema complexo que busca realizar o equilíbrio federativo, por meio de uma repartição de competência que se fundamenta na

técnica de enumeração dos poderes da União (artigos 21 e 22), com poderes remanescentes para os Estados (artigo 25, parágrafo 1º), e poderes indicativamente para os municípios (artigo 30), mas, combina, com essa reserva de campos específicos (nem sempre, exclusivos, mas apenas privativos), possibilidades de delegação (artigo 22, parágrafo único), áreas comuns em que se prevêem atuações paralelas da União, Estados, Distrito Federal e Municipal (artigo 23) e setores concorrentes entre União e Estados em que a competência para estabelecer políticas gerais, diretrizes gerais cabe à União, enquanto se defere aos Estados e até mesmo aos municípios competência complementar”¹

Destarte, estando dentro da seara de competência estadual legislar sobre os aspectos específicos da organização da Polícia Militar e, estando, essa última subordinada ao governador do Estado, o pretendido decreto apresenta-se como meio legal cabível ao caso em análise.

Em suma, o presente decreto tem como fim, em seu aspecto material, possibilitar a melhor distribuição de responsabilidades na Polícia Militar, atualmente sobrecarregada de serviço, e, assim fazendo, proporcionar à população da cidade de Curitiba, a proteção adequada às suas necessidades.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero alertar aos senhores parlamentares, que o Grande Expediente de hoje será ocupado pelo Sr. Antônio Cezar Quevedo Gular, da Eletrosul.

Horário das Lideranças, conforme o entendimento dos Partidos, será ocupado pelo Sr. Maurício Lopes, pesquisador da Embrapa.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Um dia um tanto quanto importante para a Assembleia Legislativa do Paraná, aonde nós temos em votação o Projeto de Lei nº 307/2003 que diz relação aos transgênicos, um projeto de lei encaminhado pela Bancada do PT, aonde proíbe, como um todo, as questões relacionadas aos transgênicos - o plantio, a comercialização e outras questões mais relacionadas.

Quero aqui, senhores deputados, ler uma posição da Ocepar, o Sindicato das Organizações das Cooperativas do Estado do Paraná, que foi encaminhado a nós e acredito que a todos os gabinetes desta Casa, explicando aqui, deixando clara uma posição dessa entidade que representa a maior parte dos produtores do nosso Estado, que é a Ocepar, que é o órgão que engloba todas as cooperativas do nosso Estado.

Ouçam, por favor, que aqui vai explicar em muito toda esta questão polêmica que são os transgênicos, que há muito tempo está sendo discutido em Brasília e agora está na Justiça por ser lá deliberado.

A Ocepar diz o seguinte:

(Lê):

“Os organismos geneticamente modificados (OGM) são aqueles que contém, no seu código genético (DNA), genes introduzidos de outras espécies ou próprio com modificações.

Os primeiros produtos resultantes de modificações genéticas foram os de aplicação farmacêutica, tais como a insulina humana no início da década de 80. Entretanto, a primeira liberação de um OGM no ambiente ocorreu em 1986 na Inglaterra. Atualmente são cultivados no mundo mais de 50 milhões de hectares com sementes geneticamente modificadas, dentre elas: soja, milho, canola, batata e algodão.

No caso da soja, a semente geneticamente modificada é idêntica à convencional, mas consegue sobreviver à ação do herbicida glifosato, que age por inibição de uma enzima essencial ao desenvolvimento das plantas, que não existe em outro ser vivo. A biotecnologia viabilizou através de um gene a produção de maior quantidade dessa enzima, o que permite que ela sobreviva à aplicação do herbicida. A exceção feita à capacidade de sobreviver à aplicação do glifosato, a soja OGM em nada difere da convencional na composição química e nutricional, no ciclo de vida e reprodução e nas características físicas. O gen não interfere na carga genética da cultivar na qual foi introduzida, tendo caráter aditivo e conferindo-lhe uma característica específica.

Segundo parecer conclusivo da CTNBio não há evidências de risco ambiental ou de riscos à saúde humana ou animal, em consequência, aprovou o pedido de registro de variedades. Esta decisão deu origem a um processo judicial que perdura até hoje.

Em 2003, foi criado um grupo interministerial através do Decreto nº 4.602, que apresentou ao presidente da República uma proposta para orientar o Executivo na busca de uma saída para a safra transgênica. Em consequência, foi emitida a Medida Provisória 113, depois transformada na Lei nº 10.688, que liberou a comercialização da safra de soja transgênica de 2003.

O Poder Executivo deverá encaminhar, nos próximos dias, um Projeto de Lei para o Congresso Nacional, elaborado pelo grupo interministerial com objetivo de definir e disciplinar a matéria em definitivo.

Um dos benefícios que explica o aumento do cultivo da soja geneticamente modificada no mundo é a redução nos custos e produção como pode ser observado no quadro a seguir, nos três principais países produtores.

1.DA SILVA, José Afonso. Curso de Direito Constitucional Positivo, p 413, 7ª ed. Revista dos Tribunais. 1991.

(em US\$/saca de 60Kg)			
Tecnologia de produção	EUA	Brasil	Argentina
Custos totais na soja convencional	11,86	6,34	8,69
Custos totais na soja transgênica	11,43	5,68	6,74
Vantagem para a transgênica em %	3,6	10,3	22,4

Fonte: USDA, Sagypa e Ocepar.

O Brasil é o único entre os três maiores exportadores de soja que proíbe a variedade geneticamente modificada. Em tese, isso daria ao produto nacional uma vantagem competitiva em relação aos concorrentes, onde

a produção de soja geneticamente modificada é de 68% nos Estados Unidos e 99% na Argentina. Mas, na prática, o que se tem verificado é o aumento das exportações desses países, especialmente da Argentina para Europa e outros países conforme pode se verificar pelos dados dos quadros a seguir referentes à Argentina e Brasil.

As exportações da Argentina de soja em grãos (mil toneladas)				
Destino	1999	2000	2001*	2002
Total da Europa	1.138,4	368,2	705	1.176
Outros países	1.927,0	3.754,8	6.506	4.936
Total	3.065,4	4.123,0	7.211	6.112

As exportações da Argentina de farelo de soja				
Total da Europa	8.439,1	7.846,8	8.217	9.591
Outros países	4.648,5	5.083,9	6.208	6.934
Total	13.087,6	12.930,7	14.425	16.525

Fonte: Oil World - www.oilworld.de

Como se observa, as exportações de soja em grãos da Argentina dobraram nos últimos quatro anos, e

as exportações de farelo cresceram 26%, no mesmo período.

As exportações do Brasil de soja em grãos (mil toneladas)				
Destino	1999	2000	2001	2002
Total da Europa	6.586	6.497	9.701	9.196
Japão	364	530	768	712
China	621	1.819	3.192	4.143
Outros Países	1.346	2.671	2.015	1.919
Total	8.917	11.517	15.675	15.970

As exportações do Brasil de soja em grãos				
Total da Europa	7.091	7.315	9.202	9.366
China	-	-	-	-
Outros Países	3.826	2.212	1.986	3.090
Total	10.917	9.527	11.289	12.517

As exportações do Brasil de soja em grãos para a Europa, Japão, China e outros países cresceram 79%, em quatro anos, enquanto a da Argentina dobrou, e no caso das exportações de farelo de soja, houve um crescimento de 15%, contra 26% na Argentina.

A Europa importou em 2002, 34,78 milhões de toneladas/ano de grãos e farelo de soja. Desse volume o Brasil exportou 18,56 milhões de toneladas (54%), a Argentina 10,76 milhões de toneladas (31%) e os Estados Unidos com 5,45 milhões de toneladas (15%).

A China atualmente é o principal mercado importador de soja em grãos do mundo, com importação de mais 15 milhões de toneladas, fruto de uma política de apoio à industrialização em seu território, com a imposição de elevadíssimas tarifas para a importação de produtos industrializados como farelo e óleo, como resultado o Brasil não exportou nenhuma tonelada de farelo e óleo de soja nos últimos 4 anos para a China. Os investimentos industriais na China foram realizados pelas 4 grandes traders que operam no mercado mundial como a Cargill e ADM dos Estados Unidos, Coinbra Louis Dreyfus da França e a Bunge da Holanda.

A Comissão Europeia decidiu recentemente suspender a moratória que começou em 1998 para transgênicos. Durante quatro anos a União Europeia se recusou a aprovar novos organismos geneticamente modificados. Depois de seis anos de estudos científicos, a Comissão concluiu que não há base científica para a moratória. Mesmo com esse pronunciamento, ficará a cargo de cada país que integra a União Europeia a decisão de suspender ou não sua própria moratória.

Está sendo implementado no Paraná um programa da rastreabilidade e certificação da produção de soja, com objetivo de atender mercados que exigem produto certificado para diversos países, sendo que, não há problema no convívio dos diversos tipos de soja como convencional, transgênica e orgânica.

Em função de toda complexidade que envolve a discussão do assunto e levando em consideração que está em análise ao nível nacional a posição que deverá ser adotada pelo País em relação à questão dos transgênicos, solicitamos em nome do setor que representamos, que sejam aprofundadas as discussões do projeto que trata do assunto junto à Assembléia Legislativa, convidando profissionais especialistas para debaterem com os parlamentares esse importante tema.

Temos certeza de que as contribuições serão de extrema valia para uma definição segura sobre o assunto.

Contando com vossa atenção, agradecemos.

Atenciosamente

(a) JOÃO PAULO KOSLOVSKI

Presidente do Sistema Ocepar”

Porque não é possível nós proibirmos os transgênicos no Estado do Paraná, através desse projeto de lei e tenhamos, não sei se daqui a 3 dias, uma semana, 10 dias, 1 mês o governo federal liberando o plantio, a comercialização, a pesquisa no Brasil.

Então, agora é hora de aguardamos uma posição da lei federal para, daí sim, todos os Estados da nossa Federação, decidirem sobre esta matéria.

Estamos caminhando na contramão da História. Enquanto o mundo inteiro está voltado para o aumento de produtividade, com custo menor, o Estado do Paraná vai votar, no dia de hoje, nós, deputados, um projeto tão polêmico, um projeto tão complexo sem discutir! Se eu perguntar aqui no plenário: “Quem entende de transgênicos?” Garanto que quase a sua totalidade os deputados não sabem o que é, o que está se votando e o benefício que pode trazer para a agricultura do Estado do Paraná.

Baseei-me, senhor presidente, senhores deputados e aos companheiros que estão na Casa no dia de hoje, numa posição que a Ocepar e o sindicato que aglomera todas as cooperativas do Estado do Paraná, encaminhou a mim pedindo para que não seja votado o projeto, e na esperança de Brasília decidir o que vai fazer para, depois, o Estado do Paraná posicionar-se.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Ainda no Pequeno Expediente com a palavra a deputada Luciana Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Cumprimento as lideranças aqui presentes, dirigentes sindicais e agricultores familiares.

Gostaria também de saudar os meus pais, que acompanham a Sessão, nesta tarde; nosso deputado federal da região sudoeste, Assis do Couto.

Senhor presidente, eu ouvi atentamente o pronunciamento do deputado Plauto Miró, e o assunto dos trans-

gênicos tem sido um assunto importante, de importantes debates, e o mais importante desse trabalho todo e desse debate é que existem dúvidas, muitas dúvidas.

Por isso é que é melhor prevenir. Essa foi a frase do nosso governador em exercício, Orlando Pessuti, na reunião que tivemos hoje pela manhã. Não vamos ficar esperando só uma questão nacional. A nível nacional já está proibido. Santa Catarina já votou essa lei, a mesma que estamos votando hoje, e nós podemos também votar e estamos tendo a oportunidade, nesta tarde, de proibir os transgênicos. Ninguém está proibindo que sejam feitos estudos, a pesquisa em si. Somos sim, contra a produção, a comercialização livre dos produtos transgênicos. E estamos falando aqui de produtos agrícolas.

(Lê):

“TRANSGÊNICOS: RESISTIR MESMO QUE...

Mesmo que não fizessem mal à saúde, mesmo que não transgredissem a lei, mesmo que não interferissem no curso natural da vida, mesmo que diminuíssem custos de produção, ainda assim teria um grande motivo para lutar contra a liberalização dos produtos transgênicos. O motivo se chama independência.

Nossa agricultura familiar, já refém da burocracia do crédito, da política de preços, da ausência de uma tecnologia alternativa, do alto custo dos insumos e de um processo de profissionalização de ponta, será transformada em objeto de exploração permanente e legalizado nas mãos de empresas dominadoras de tecnologias de modificação genética.

Haverá um processo de empobrecimento não só econômico, mas também cultural, pois as novas gerações de produtores familiares não dominarão mais o círculo de produção agrícola. O domínio estará nas mãos de poucos e bem pagos técnicos de grandes empresas, e nossos agricultores saberão apenas pagar royalty. Haverá uma grande fragilização sócio econômico das famílias e comunidades rurais, promovendo um empobrecimento histórico no meio rural e uma grande transferência de conhecimento e riqueza para as mãos de empresas multinacionais do porte da Monsanto”.

É falando assim, senhor presidente e senhores deputados, que gostaria que fizessemos uma grande reflexão sobre a importância de votarmos esse projeto neste dia, de votarmos a nossa independência das multinacionais, especialmente aqui falando da Monsanto.

Nós temos o dever, sim, temos o compromisso, sim, de lutarmos pela nossa agricultura familiar. Existem alguns dados, nada comprovados, de que a soja transgênica teria um custo menor, nada comprovado até hoje. Agora, senhores deputados, até quando? E quando tivermos totalmente dependentes deles, qual será esse custo? Quanto vai custar para os pequenos agricultores? Quanto vai custar um saco de semente de soja para os nossos agricultores? Temos essa preocupação, sim, e queremos uma agricultura forte, queremos um Estado do Paraná forte. E temos certeza e ouvimos isso hoje de manhã na

reunião com o governador, que toda a nossa safra de soja está vendida, desde que seja soja tradicional, desde que garantimos para o Chile de que não temos soja transgênica. Aí temos, sim, toda a venda garantida.

É pensando nisso que teremos, e logo mais o nosso líder do Governo deve informar isso, vamos ouvir as cooperativas. Mas temos que ter a nossa posição formada. Temos que saber o que é bom para o Paraná, temos que saber o que é bom para o nosso agricultor. De que adianta as grandes cooperativas dizerem que são responsáveis e que produzem 60% da soja? Mas, se for transgênica, quem vai comprar a soja? É esta a nossa preocupação enquanto os nossos agricultores continuam trabalhando, continuam produzindo. A nossa soja tradicional, nós temos certeza de que será comercializada.

Muito obrigado, senhor presidente e senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra à deputada Elza Correia.

A SRA. ELZA CORREIA

Senhor presidente, senhores deputados, companheiros e companheiras, amigos da imprensa, funcionários, servidores, visitantes que nos honram com a presença, hoje, aqui.

Gostaria, rapidamente, de colocar aqui que estou de volta. Depois de um grande susto, depois de vários dias de hospitalização, incertezas, dúvidas, estamos aqui, graças a Deus, que nos deu mais uma chance para continuarmos nosso trabalho de fazer todo o possível e necessário para ajudar nas proposições, nos projetos, nas ações que melhorem a vida do povo do Paraná, e garantam, efetivamente, os seus direitos que já estão sendo, há muitas décadas, desrespeitados, sistematicamente.

Queria agradecer as manifestações de solidariedade, de amizade, de carinho que recebi de diversos deputados, de servidores, de funcionários, de amigos aqui de Curitiba e que eu não sabia que tinha feito tantos amigos num período tão curto que estou aqui. Quero agradecer e dizer o quanto foram importantes essas manifestações de apoio que recebi dos meus companheiros, deputado e deputadas, naquelas horas difíceis que vivi. Lamento, profundamente, não poder ter estado aqui para algumas discussões que passaram por esta Casa e que foram fundamentais, como o projeto do deputado Ratinho, como vários projetos que trabalharam a questão de proibição da discriminação, projeto do Luciano Ducci, do Renato Gaúcho, do Tadeu Veneri, da Luciana Rafagnin, projetos importantes na direção de garantir os direitos da população.

Lamento muito não poder ter participado de embates importantes que aconteceram aqui na Casa. Mas, mesmo nas horas mais difíceis, a gente acompanhava pelo jornal, sabia notícia através de algum deputado ou deputada que nos ligava a Londrina, nos informando o

que estava acontecendo na Assembléia. E em nenhum momento deixamos de estar pensando e preocupada aqui com a nossa função, com a nossa tarefa. Mas, uma coisa aprendi: nada é mais importante que a nossa saúde. Sem ela a gente não consegue, absolutamente, dar um passo. Então, talvez, tenhamos todos - Luciano Ducci, que aprender a administrar as nossas ansiedades, o nosso estresse, porque se não fizermos isso, não conseguiremos levar avanti a nossa tarefa que é tão importante.

Fico feliz porque estou aqui e posso dizer não aos transgênicos. Acho que é uma discussão polêmica. Mas, como disse, enfaticamente, a nossa companheiro Luciana Rafagnin: "no caso da dúvida é melhor a prevenção". É assim na área jurídica, é assim em todas as áreas. É fundamental que este debate aconteça.

Fizemos uma reunião, hoje, com a base de sustentação de apoio ao governo, mas ouviremos também, as cooperativas para abrir uma discussão democrática. Mas, do ponto de vista ideológico e também pelas informações técnicas que tenho até o momento, evidentemente que não posso ser favorável aos transgênicos.

Lamento, profundamente, que a decisão do governo Lula não tenha sido ainda mais radical do ponto de vista de impedir a comercialização dos transgênicos já produzidos em 2002 e 2003.

E, não sendo possível por várias razões, pressão do FMI, pressão dos bancos internacionais. Penso que essa proibição existe, efetivamente, e aqui no Estado do Paraná igualmente o governo se posiciona politicamente contra os transgênicos e é nessa direção que vamos caminhar. Também estarei, aqui, para discutir a criação de 1400 cargos para agentes penitenciários administrativos, para colocar fim à terceirização no sistema carcerário do Paraná.

A mensagem inclui a criação de 20 cargos de diretoria para seis unidades prisionais do Estado, cujo controle ainda está sob as empresas terceirizadas. Vale lembrar que a Secretaria de Justiça já obteve a autorização do governador Requião para realizar o concurso público para contratação de dois mil, duzentos e trinta e três agentes penitenciários.

Estarei aqui também para discutir a elevação do piso do funcionalismo público estadual de duzentos e trinta para quatrocentos reais. De acordo com o governo, a medida vai beneficiar dezesseis mil servidores da ativa e trinta mil aposentados. O aumento é restrito às áreas de execução e apoio do Poder Executivo. Certamente essas muitas outras mensagens que virão aqui para esta Casa, espero sinceramente poder estar bem e acompanhá-las, e ajudar com o nosso voto, com a nossa opinião, com a nossa discussão naquilo que for mais importante, naquilo que for necessário para continuarmos revertendo esta lógica perversa que pairou sobre o Estado do Paraná, principalmente nos oito últimos anos.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK

Senhor presidente, senhores deputados, mais uma vez subindo à tribuna desta Casa, e subimos aqui sempre com a vontade de defender os interesses do nosso trabalhador e, principalmente do agricultor do Estado do Paraná, que é a razão da existência das cidades. Vemos a força e a pujança da nossa agricultura do Paraná, hoje, através das cooperativas que foram instaladas neste Estado, vemos hoje que não existe mais a sonegação, sabemos que o agricultor, quando vende a sua produção, entrega a uma cooperativa, tem a sua nota fiscal e nós temos os nossos impostos do Estado do Paraná para a saúde, educação e segurança.

E alegre muito quando vemos que o Estado do Paraná, através de uma das maiores cooperativas da América Latina, uma das mais fortes do Brasil, que recebe o título de homem exportador igual é a Cooperativa Agropecuária Mourãoense, é a força de 17.700 agricultores que alavancaram este Estado do Paraná, que ajudaram este Brasil a um superávit hoje que chega quase na casa dos quinze bilhões de dólares, porque nós, senhores deputados, não pagamos a dívida com dinheiro de cada um de nós; pagamos a dívida com o trabalho do povo brasileiro, com a produção dos agricultores.

Por isso, senhores deputados, entramos com um requerimento, e no qual foi aprovado, que dá hoje à Cooperativa Mourãoense aonde só no ano passado exportou trezentos e quinze milhões de dólares, mais de um bilhão de reais de produtos do Estado do Paraná, dos nossos agricultores. E isso para nós é um orgulho.

Hoje nós tivemos uma reunião importante, com o vice-governador, secretário da Agricultura e hoje governador, representando o governador Requião, que é o Orlando Pessuti, que foi um extraordinário deputado nesta Casa, que sempre defendeu os interesses do agricultor, estive ali com várias lideranças, e o líder do Governo, que é o deputado Vanhoni, no qual ficou acertado que, na quarta-feira, nós vamos fazer uma reunião, um encontro de trabalho, não de quem é a favor ou contra os transgênicos, mas nós temos que analisar o que é melhor para o nosso agricultor, o que é melhor para o Paraná e para o Brasil, porque vejam bem, senhores deputados, não são as cooperativas que estão contra os transgênicos. Muitas vezes se acha que são grupos de pessoas, ou é o deputado de determinada Bancada, não! Nós precisamos ter cuidado, porque se o presidente da República aprovar a livre concorrência, aprovar os transgênicos em todo o território brasileiro, e só no Paraná ele for proibido, nós daí teremos um sério problema. O Mato Grosso vai plantar o transgênico e nós vamos plantar o convencional. O convencional custa 246 reais o hectare, o transgênico 34 reais. Como é que vai ficar a nossa exportação?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero alertar os nossos ilustres visitantes, que são bem-vindos a esta Casa, que respeitem o pensamento de cada parlamentar.

O SR. NELSON TURECK

Quer dizer, como é que nós vamos competir com os Estados Unidos, a União Européia e a Argentina?

Eu tenho um exemplo. O Paraná perdeu e muito, porque nós não pudemos competir com eles quando se plantava o algodão, não tinha subsídio para o agricultor. Quantos pais de família estão hoje na miséria em grandes cidades, porque perderam o emprego no campo? Temos que ter esse cuidado e essa atitude, porque nós representamos o povo e, é claro, todas as camadas sociais; eu sou um pé vermelho do interior, já fui vereador, prefeito e terceiro mandato de deputado. O que nós queremos é o melhor para o nosso agricultor, para o povo.

Então é uma ampla discussão e essa discussão foi acertada com o líder do Governo, juntamente com o governador em exercício Orlando Pessuti e os deputados aqui que têm o interesse de resolver esse problema, porque fala da agricultura que é um dos compromissos mais altos que todos nós temos com a sociedade brasileira.

Essas eram as minhas palavras de consideração e respeito de quem é contra e a quem é a favor. Precisamos olhar muito lá na frente e discutir, porque é um projeto muito complexo.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, deputado Neivo Beraldin.

Suspenderemos a Sessão Ordinária agora por 3 minutos, para o Horário da Liderança, conforme requerimento solicitado e aprovado pelo deputado Padre Paulo.

Nós ouviremos o Dr. Milton Manoel Oliveira, presidente da Eletrosul.

(Suspensa a Sessão)

Reabriremos os trabalhos.

Temos a honra de convidar o Dr. Milton Manuel Oliveira, presidente da Eletrosul, que fará um pronunciamento aos senhores parlamentares e aos nossos visitantes.

Para fazer a sua apresentação, deputado Padre Paulo.

O SR. PADRE PAULO CAMPOS

Queremos, em nome de toda a Casa, com muita honra, apresentar o Sr. Milton Manoel de Oliveira, presidente da Eletrosul, bem como a sua equipe: os diretores Ronaldo Custódio e Antônio Valdir Venturini; ainda o gerente regional do Paraná, Jorge Felipe e assistente de relação institucional Antônio Goulart.

O SR. MILTON MANOEL DE OLIVEIRA

Exmo. Sr. presidente; Exmo. Srs. deputados da Mesa Diretora; Exmo. Srs. deputados; senhores representantes da imprensa; lideranças comunitárias, lideranças populares que acorrem nesta sessão.

Quero dizer primeiro da satisfação, da honra de poder estar aqui, falando em nome de uma empresa, a

Eletrosul, que é a maior estatal do Sul do Brasil, que há cinco anos atrás se chamada Centrais Elétricas do Sul do Brasil. Teve alteração do seu nome exatamente por conta da mudança do modelo elétrico. E, sobretudo, porque foi escolhida como exemplo da privatização.

A Eletrosul - Centrais Elétricas foi dividida, pelo modelo elétrico que estava sendo gerado, em duas empresas. Uma concentrando a geração e outra em que era canalizada a transmissão. E aí iniciou-se o processo de privatização, com privatização da parte da geração.

Na realidade a Eletrosul, senhores deputados, nesse processo de privatização, de certa maneira sobrou a transmissão para que, logo em seguida, também pudesse deixar de existir como empresa estatal. Entretanto, por conta da qualificação dos seus quadros, da capacidade profissional dos mais de mil e trezentos trabalhadores, ele deu a volta por cima e a Eletrosul, de certa maneira resuscitou, e hoje é uma empresa muito forte no setor de transmissão.

Para se ter uma idéia, a Eletrosul conta com quase duzentos trabalhadores em todo o Paraná. Temos sete mil torres em todo Paraná, com três mil e quinhentos quilômetros de linhas e sete subestações, uma em Salto Santiago, uma em Salto Osório, outra aqui, pertinho de Curitiba, uma em Ivaiporã, outra em Londrina, uma em Areia e outra em Campo Mourão e ajuda, junto com a Copel, a atender mais de dez milhões de pessoas.

Do ponto de vista da Eletrosul como um todo, ela atende cerca de trinta milhões de pessoas do Mato Grosso do Sul, do Paraná, do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e transmite, transporta energia para cerca de 17% do PIB nacional. É uma empresa que só em quilometragem de cabos dá para dar uma volta e meia no planeta, já teve cerca de seis mil trabalhadores quando ainda agregava a geração, hoje conta com mil trezentos e nove empregados e está num processo de franca expansão.

Na realidade, há cerca de três meses, assinamos quatro contratos de obras novas, envolvendo investimentos de setenta milhões de reais e temos mais doze novos empreendimentos que a ANEEL autorizou a Eletrosul e irá determinar a aplicação de mais cento e sessenta milhões de reais. Tem também um processo extremamente importante de recuperação da empresa, que é a possibilidade de participação nos leilões de linhas de transmissão, porque a Eletrosul quando foi incluída no PND - Programa Nacional de Desestatização, ela, assim como as outras estatais, estava impedida, impossibilitada de participar dos leilões de transmissão e num processo de mudança, evidentemente entendendo que a transmissão é estratégica no sistema elétrico nacional, agora, por determinação do CND, a Eletrosul, assim como a CESP, como a Eletronorte e como Furnas estão autorizadas a participar dos novos leilões de transmissão e iremos na semana que vem, no dia 23 de setembro, que será realizado o primeiro leilão de transmissão. Iremos neste ano participar de três leilões envolvendo três lotes importantes.

Esse é um processo que de certa maneira mexe, sensibiliza toda população do sul do Brasil, porque são quase quarenta anos de história, a Eletrosul foi criada em 1968; vai comemorar no final do ano trinta e cinco anos, são quase quatro décadas numa atividade que efetivamente à custa de muito trabalho foi consolidando a imagem de uma empresa.

Hoje temos duas questões importantes e é por isso que queria exteriorizar a cada um dos senhores deputados, a cada uma das senhoras deputadas que representam as ansiedades da população.

Essa diretoria que assumiu em janeiro e tem dois integrantes da diretoria oriundos dos quadros da empresa, quer dizer, historicamente isso nunca ocorreu, eram sempre diretores com uma ou outra exceção, mas que eram de fora dos quadros da empresa. Nós temos dois diretores, inclusive um paranaense, engenheiro com quase trinta anos de Eletrosul, companheiro Antônio Valdir Venturi, que é diretor de gestão na empresa e se buscam, como eu disse antes, se dar dois enfoques importantes na empresa, o primeiro é dar maior visibilidade à empresa.

Nós consideramos a empresa pública como um instrumento, uma ferramenta de política pública. Ela precisa ser eficiente, precisa atender às necessidades da população do ponto de vista da sua atividade, mas também tem que se integrar, se incorporar na vida das comunidades. Especialmente, aonde ela tem as suas unidades, aonde ela funciona, seja em relação ao meio ambiente, seja em relação às necessidades comunitárias.

Por isso que, nessa gestão, estamos fortalecendo parcerias com entidades da sociedade civil, fortalecendo também uma ONG de empregados da Eletrosul e os mais de vinte projetos que ela, ao longo da sua existência, vem implementando. E hoje estamos fortalecendo essas mais de duas dezenas de projetos. Queria destacar apenas três projetos que nós consideramos importantes, da Eletrosul.

O primeiro projeto é o que nós chamamos de “Eletrosul Vamos Plantar”. Esse projeto está tendo muito apelo, se fortalecendo, crescendo muito especialmente no Paraná. Uma relação com pequenos agricultores, entidades de agricultores familiares, se utilizam também de certa maneira, Secretarias de Agricultura de municípios e também de meios urbanos, como hortas comunitárias, se utilizam as faixas de segurança. Aquelas faixas que estão embaixo das linhas, como mecanismo para plantar, para gerar trabalho, gerar renda e fazer com que a própria população, os pequenos agricultores possam ser também parceiros na proteção e na segurança das próprias linhas de transmissão.

Esse programa “Eletrosul Vamos Plantar”, queremos até o ano que vem, incorporando cerca de 4000 famílias dos quatro Estados do Sul do Brasil.

No Paraná a idéia é que possamos contemplar de 600 a 800 famílias.

O segundo programa importantíssimo que na realidade foi fruto de um convênio com a Secretaria da Educação do Estado do Paraná e Rio Grande do Sul, e nós

pretendemos também aqui no Rio Grande do Sul e no Mato Grosso do Sul, para que possamos implementar o primeiro emprego.

Sabemos que no Brasil, os milhões de desempregados, parcela substancial é de adolescentes e jovens especialmente na faixa de 16 a 24 anos e, sobretudo em relação àqueles que trabalharam, que não tiveram a primeira experiência.

Então, na questão do primeiro emprego ela passa a ser estratégica, essencial, para geração de trabalho e renda num País como o nosso. Para poder integrar o adolescente, o jovem, não apenas no mercado de trabalho, para poder permitir que ele possa ter uma atuação de cidadania na sua inteireza.

A Eletrosul estabeleceu via convênios a possibilidade de até o início do ano que vem, poder garantir 200 vagas para o primeiro emprego, adotando naturalmente o cadastro do Sine. O Sine que já tem todo o cadastro de adolescentes e jovens que não tinham a primeira oportunidade de emprego. E aí adotando via convênio também com as Secretarias de Educação, para permitir que um desdobramento fosse o retorno aos bancos escolares daquele trabalhador.

E o terceiro programa importante é o Programa do Menor Assistido.

Já existe, mas estamos fortalecendo no sentido de poder estabelecer o menor nas faixas permitidas pela legislação, no sentido de garantir uma incorporação na própria sociedade naquele menor que não tem oportunidade, que têm carências.

São programas importantes que nós queremos garantir visibilidade para a Eletrosul.

Mas, ao mesmo tempo estabelecer uma incorporação nas políticas do governo federal.

Por último, eu queria dizer a cada deputado e a cada deputada aqui presente, que nós só vamos poder construir essa visão de empresa pública como instrumento importante na sua atividade, mas também como ferramenta de política pública, se pudermos contar com a parceria dos governos dos quatro Estados. Do Mato Grosso do Sul, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul.

Mas, não apenas dos Executivos, sobretudo do ponto de vista da relação dos Parlamentos desses quatro Estados, do Legislativo que traduz, de certa maneira, a pluralidade, a diversificação que temos na região Sul e pode possibilitar, com a riqueza desse perfil que temos, com a singularidade típica do Mato Grosso do Sul, que se completa com o Paraná, com Santa Catarina e com o Rio Grande do Sul para possibilitarmos, de certa maneira, uma cumplicidade no sentido de fortalecer a empresa pública, mas, ao mesmo tempo, aproveitar essa empresa pública como mecanismo, como forma de utilização perene de satisfação das necessidades do nosso povo.

Quero, em nome não apenas dos 1300 trabalhadores da Eletrosul, mas em nome dos milhões de brasileiros que têm ligações com a Eletrosul, quero agradecer o

espaço que nos foi reservado e colocar a empresa à inteira disposição não apenas deste Poder, o Poder Legislativo, mas também o povo do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Horário das Lideranças, conforme foi estabelecido com as Lideranças de todos os Partidos e da Liderança da Oposição e do Governo, irá fazer uso da palavra o Dr. Maurício Antonio Lopes. O Dr. Maurício Antonio Lopes é engenheiro agrônomo pela Universidade Federal de Viçosa. Minas Gerais, possui mestrado em genética pela Purdue University, dos Estados Unidos, doutor em Genética Molecular pela Universidade do Arizona nos Estados Unidos e chefe da pesquisa e do desenvolvimento da Embrapa do milho e sorgo, de 1994 à 2000, e também chefe do Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa em Brasília, de 2000 a 2003. Eu pediria ao Dr. Maurício Antônio Lopes que fizesse uso da palavra tempo que temos aqui reservado ao Horário das Lideranças.

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES

Senhor presidente, muito obrigado!

Uma boa-tarde aos senhores deputados.

É uma grande satisfação estar aqui! Na verdade, fui convidado a comparecer aqui, hoje, para fazer uma apresentação científica sobre esse tema e discutir aspectos científicos relacionados à questão da biotecnologia no Brasil, relacionados às questões polêmicas que o País tem tido.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Solicito só um minuto, por favor!

Esta Presidência gostaria de comunicar aos deputados, que o Dr. Maurício aqui está para falar sobre a questão da soja geneticamente modificada. Então, que pudéssemos ter essa oportunidade, deputado Nelson Justus, para que tenhamos condições de aprofundar o debate desta questão que está para ser votada. V. Exa. tem a palavra!

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES

Muito obrigado, senhor presidente!

Na verdade, solicitei-me que eu viesse para falar sobre a biotecnologia, quais as bases dessa ciência e não exatamente sobre a questão da soja. Obviamente, temos que tratar a questão da soja, porque ela é uma questão importante no âmbito dessa discussão. Mas, eu gostaria de discutir um pouco a importância dos desenvolvimentos que estão acontecendo no âmbito da biologia avançada e biotecnologia no Mundo e no Brasil.

Nós estamos vivendo um momento, que eu diria, único. Estamos assistindo a avanços tremendos na área de biologia, no campo da tecnologia da informação. E me preocupa, a mim particularmente preocupa muito, o fato dessas duas vertentes no Brasil, estarem sendo trata-

das de forma tão dissociada. A discussão da biotecnologia, da transgenia no Brasil, infelizmente, vem sendo tratada de forma muito dissociada de informação científica, de informação substanciada, que possa efetivamente auxiliar o País a discutir e tomar em relação a essa vertente tecnologia que interessa ao nosso futuro.

Eu tenho participado de vários eventos e discussões relacionados ao tema transgênico e percebo que, infelizmente, a informação é generalizada, desinformação que chega ao ponto de muitos estarem confundindo completamente a transgenia com a biotecnologia, que é um absurdo, e muitas vezes tomando decisões com base em conceitos completamente equivocados. A transgenia não significa biotecnologia. A biotecnologia é muito mais que a transgenia. A transgenia é uma vertente da biologia avançada e da biotecnologia. Nós estamos vendo outras vertentes no campo biotecnológico surgindo de extrema importância para o Brasil, a questão da genômica, a questão das tecnologias reprodutivas avançadas, a questão dos marcadores moleculares que vão dinamizar e capacitar tremendamente os nossos programas tradicionais, especialmente os programas de melhoramento genético.

Então, estamos muitas vezes tomando decisões em relação a uma vertente tecnológica com um viés muito forte causado por toda a discussão e toda polêmica em torno dos organismos geneticamente modificados.

Então, eu gostaria e eu acho importante que o Brasil discuta essa questão e tome as suas decisões com base em informações substanciadas, com base em uma compreensão clara de que vertente tecnológica é essa, se ela realmente tem a capacidade de mudar as vantagens competitivas do nosso País em áreas importantes, e eu acredito que tem. Na área da saúde, a biotecnologia vem produzindo resultados extremamente interessantes que não podem ser desconsiderados por nós. Eu acho que o Brasil está atrasado nesta questão da discussão da biotecnologia aplicada à saúde, dados os problemas que temos em saúde tropical e que nenhum país do Mundo vai resolver para nós. Está havendo uma compreensão muito pobre das perspectivas da biotecnologia nessa área.

Um outro aspecto extremamente importante que eu acho que os nossos dirigentes e líderes não têm conseguido muitas vezes perceber de forma clara, é a multisetorialidade que está nesse tema. Esse não é um tema simples, linear, fácil de ser tratado, o tema "transgênico" - organismo geneticamente modificado, é um tema, por natureza, multisetorial, é um tema que envolve questões extremamente importantes para a vida da nossa sociedade, como a alimentação, como a saúde, como o meio ambiente. Portanto, é uma questão que não pode ser tratada de forma simplista, de forma disciplinar, de forma linear. Nós temos que ter habilidade para mobilizar as competências e temos que ter um sistema de liderança que consiga, através dessas competências, tratar diversas vertentes relacionadas a esse tema.

Acho que essa questão da multisetorialidade, da necessidade de trazer informações científicas consubstanciadas nos campos das várias vertentes afetadas pela inovação tecnológica, no campo da biologia avançada e, em especial da transgenia, é extremamente importante e eu temo que em muitas situações a informação correta não esteja sendo internalizada, não esteja sendo mobilizada.

Outra questão importante é que muitos grupos convencionaram a colocar nos seus discursos que nós não precisamos dessa tecnologia e alguns grupos mais radicais, que nem precisamos de tecnologia. Acho que o Brasil precisa refletir muito cuidadosamente nessa questão da inovação tecnológica, em um mundo tão aberto e complexo. Em um mundo onde a informação flui, em uma velocidade extremamente rápida, temo que ter um cuidado muito grande, na composição das opções tecnológicas, que vão ser necessárias para o nosso futuro e para a nossa competitividade. Estamos trilhando um caminho, na minha maneira de ver, extremamente perigoso, que é o de contrapor vertentes tecnológicas, que vão ser extremamente importantes para o futuro desse País. Eu digo, as suas várias vertentes, com a agroecologia, com os produtos orgânicos, é um perigo o Brasil contrapor a essas vertentes tecnológicas.

O Brasil é um País complexo, diverso e extremamente fragmentado, do ponto de vista do ambiente, social. O País não pode dizer não a nenhuma vertente tecnológica. É óbvio que o País tem que ter a criatividade - ele tem técnicos e instituições competentes para tal -, para usar e adaptar todas essas tecnologia de forma criativa e segura. É extremamente perigoso entrarmos nesse processo de contrapor vertentes tecnológicas, que não são mutuamente exclusivas e não podem ser mutuamente exclusivas. O Brasil vai precisar de todas elas, dos orgânicos e da ecologia, porque há um espaço considerável, para o desenvolvimento de produtos e de negócios, baseados nessas vertentes tecnológicas. Assim como o Brasil não pode dizer não, às vertentes tecnológicas mais avançadas da biotecnologia e da transgenia. É extremamente perigoso que o processo de tomada de decisão, seja baseado ou norteado por esses grupos, com posições - eu diria - irreconciliáveis.

De um lado, as organizações que de forma irresponsável, que andam dizendo por aí que o mundo vai resolver o problema da fome, através da biotecnologia ou da transgenia, que eu acho uma posição irresponsável. É impossível se dizer isso, porque uma vertente tecnológica só, não vai ajudar o mundo a resolver os problemas sérios, que estão a nossa frente. da mesma forma o Brasil não pode se guiar e não pode se tornar por aqueles que levantam a bandeira do não à tecnologia e do não à inovação. O Brasil precisa ter uma posição, independente, eu diria nacionalista, em relação a essa questão tecnológica e, em especial à questão biotecnológica. Vivemos em um mundo aberto, onde não há fronteiras muito claras para a informação. Todos estão vendo a internet, a velocidade com que a informação flui e, dificilmente, vai se construir

fronteiras ou barreiras eficientes contra uma versão tecnológica, que se espalhou pelo mundo todo. O que temos de perguntar: Afinal que inovação é essa. Que significado essa inovação ou esses produtos têm para o Brasil, considerando a nossa realidade, os nossos problemas e a sociedade brasileira. Essa é a pergunta criativa a fazer. Como podemos adaptar ou lidar com essa tecnologia de forma segura? Como podemos alinhá-la ou combiná-la a outras vertentes tecnológicas, para que nós ganhemos competitividade no futuro. Sinto que o Brasil carece de um modelo de liderança e decisão, que nos auxilie, para caminhar essas direções, a contrapor essas posições extremadas e irreconciliáveis, porque elas não interessam absolutamente aos interesses do Brasil.

Esse é o grande desafio: Como é que entramos em um processo de discussão mais substanciada mais substanciada, menos extremada, com informações mais seguras para que nós possamos, de fato, tratar essa questão de uma maneira que interesse ao Brasil e que interesse à nossa sociedade.

Nós estamos vivendo um momento, eu diria, é bastante interessante, porque em função da situação que o atual governo recebeu, na verdade o atual governo está tendo que tratar uma questão que por várias razões é complexa. Eu sinto que essa tal coordenação ou esse processo de discussão de decisão ele começa a despontar porque o governo federal, pressionado pela situação que nós estamos vivendo, especialmente em relação à soja transgênica no sul, está tendo, na verdade, que assumir uma posição de liderança e coordenação, que eu acho extremamente importante que o governo assuma essa posição e me parece que a Casa Civil da Presidência está cumprindo bem este papel, nós estamos prestes a ter um projeto de lei que espero consiga dar um tratamento razoável a todo esse emaranhado legal e normativo que se criou em torno dessa questão nos últimos anos no Brasil. Eu temo que esse projeto de lei, essa discussão acabe sendo contaminada pela questão e pela pressão relacionada à soja transgênica no sul do País, o que seria, na minha maneira de ver, extremamente ruim e pernicioso para o Brasil, porque a questão da biotecnologia, do futuro do sistema de inovação no Brasil é muito maior que a questão da soja - nós temos que pensar num arcabouço legal, numa legislação que prepare ou que dê condições ao País para tratar esta questão, pensando além da soja, pensando além desse mercado, e, portanto, eu tenho esta preocupação.

Também tenho alguma preocupação em relação a essa posição que me parece que ser votado um projeto de lei que proíbe o trânsito, comercialização de transgênico no Estado do Paraná, muito embora haja a previsão para que o processo de inovação e a pesquisa continue e eu, na verdade, gostaria de deixar esta mensagem que é a questão da transgenia, da inovação que este Estado e que o País tanto necessitam, elas precisam ser vistas, eu diria, além da questão pura e simples da soja transgênica. Essa questão é muito maior que a soja transgênica.

E gostaria de estar aqui, de ter, talvez, a oportunidade de discutir, na verdade eu vim preparado para isto, eu tinha uma apresentação em “power point” para tentar apresentar de uma forma mais ordenada e mais objetiva para os senhores deputados, as minhas idéias em relação a esta questão e o ponto central da minha exposição seria exatamente este - tomar decisões sérias que comprometam o desenvolvimento tecnológico, que comprometam a modernização do sistema de inovação no Estado e no País, tomando como referência uma situação que estamos vivendo hoje em relação a um produto que é simplesmente a ponta de um imenso iceberg, que nós ainda não conseguimos enxergar. O que nós temos que fazer é um grande esforço para enxergar que iceberg é este, que tecnologia é esta, que reais possibilidades ela poderá nos trazer e como usar essa tecnologia de maneira segura para a sociedade, para o meio ambiente. E eu sinto profundamente esses anos todos que esta discussão está sendo travada, esse tempo não esteja sendo usado no sentido de pensar essa tecnologia, além desses poucos produtos que estão aí. Porque eu diria para os senhores que dificilmente, não consigo imaginar um futuro sem que esta vertente tecnológica tenha um papel importante, nas economias, na questão da saúde e do próprio meio ambiente.

O que está precisando haver é a compreensão do que é realmente esta vertente tecnológica, que possibilidades ela nos traz e que nós consigamos abstrair além dessa situação complicada de um produto, a soja transgênica que, como cientista, tenho que confessar aos senhores, que não posso ter nenhuma admiração por este produto e pelo processo que foi envolvido no desenvolvimento deste produto. Porque acho que este processo, esta discussão, esta polêmica toda causaram, na verdade um grande deserviço para a Ciência, porque é uma discussão que veio de maneira enviesada, que desconsiderou além dos valores de natureza econômica que a sociedade está cobrando e está ansiosa por ver outros valores considerados no processo de inovação, valores de natureza ecológica, valores do ambiente físico, enfim, é preciso que se pense em inovação numa outra perspectiva. Além do espaço de natureza econômica levando em conta outros conjuntos de valores que são extremamente importantes para a sociedade de hoje que cobra isso dos cientistas, cobra isso do sistema de inovação.

Então é essa a mensagem que eu gostaria de deixar para os senhores nesse momento em que uma decisão importante vai ser tomada no Estado do Paraná em relação à biotecnologia, mais especificamente em relação à soja, que façamos um esforço de abstrair além dos limites deste produto, que no futuro este produto específico vai significar muito pouco ou quase nada frente à possibilidade, às perspectivas que esta frente de inovações nos oferece.

E também é sempre bom que a gente reflita sobre a efetividade de instrumentos que bloqueiem o fluxo da informação, que bloqueiem o fluxo da inovação no

mundo que, de certa forma, já está utilizando esse produto. Então é um pouco complicado nós imaginarmos processos que sejam efetivos e nós temos no Brasil o exemplo que é a questão da entrada da soja no Rio Grande do Sul, isto mostra que é complicado se pensar em barreiras efetivas à mobilidade e ao fluxo da informação e da inovação no mundo de hoje.

Então é mais ou menos esta mensagem que eu gostaria de deixar para os senhores, como eu disse eu havia trazido uma apresentação um tanto detalhada, com imagens, com dados para, de repente, aprofundar um pouco mais esta discussão mas infelizmente eu não estava com a informação correta, não sabia que não era possível fazer uma projeção, uma apresentação para que eu trouxesse dados, informações para substanciar as minhas posições.

Agradeço muito a oportunidade e estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Nós é que agradecemos e eu gostaria que V. Exa. permanecesse aí, para que os deputados pudessem fazer suas perguntas.

Vamos primeiro ao deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, doutor, as minhas perguntas não terão nenhum cunho ideológico e nem técnico, porque técnico também não sou. Vou perguntar com a modéstia de quem quer aprender e quer assim sanar algumas angústias, que me afligem neste momento em que logo mais teremos que votar essa matéria. A liberação ou a proibição dos transgênicos pode trazer algum benefício ou algum prejuízo para a Embrapa, ou para os cientistas na pesquisa, não só da soja, mas de outros produtos?

Outra pergunta é: quais são outros produtos que já existem no mercado e que nós brasileiros consumimos, que são transgênicos e que eu modestamente não tenho conhecimento? Já ouvi falar do arroz, do feijão, da nectarina, mas gostaria de saber com base científica.

A terceira pergunta: se existe comprovadamente, cientificamente algum mal que os transgênicos possam causar para o ser humano, não digo nem para os demais animais, mas para o ser humano? A princípio essas três perguntas.

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES

Obrigado, deputado Durval Amaral. Em relação à primeira pergunta, se haveria um benefício ou algum prejuízo para a Embrapa, caso a soja seja liberada ou proibida. Acho que a posição da Embrapa em relação à questão dos transgênicos é uma posição que tem sido bastante clara. E vocês podem visitar a página da Embrapa, vocês verão qual é o posicionamento da empresa em relação a essa vertente tecnológica. Embrapa, logicamente, como uma empresa líder em inovação para o setor agropecuário no Brasil, ela não poderia ser contra a tecnologia. É óbvio que a empresa, ela

considera essa vertente tecnológica importante estratégia para o Brasil, desde que trata com todo cuidado com todos os critérios mais avançados relacionados à biossegurança. Então, a Embrapa tem um enfoque em desenvolvimento tecnológico, na área da biologia avançada, da transgenia. E vem fazendo um esforço imenso no sentido de desenvolver, de organizar suas unidades para que façamos todas as avaliações e todos os experimentos relacionados a análise de segurança desses produtos que estão sendo desenvolvidos. Tanto do ponto de vista da saúde, quanto do ponto de vista do meio ambiente.

Diria para o senhor deputado, que seria um tanto frustrante para a empresa e para os seus profissionais, que acreditam que essa tecnologia pode ser usada de maneira segura e que ela pode ser um instrumento extremamente importante e estratégico para o País, virem esses produtos simplesmente guardados na prateleira, sem que a sociedade brasileira possa se beneficiar desse esforço. E eu dou 2 exemplos, o feijão que a Embrapa desenvolveu que é resistente ao Mosaico Dourado, que é um problema extremamente sério, que algumas situações afeta tremendamente a produção de feijão, inclusive produtores familiares. E essa tecnologia está praticamente desenvolvida. E é uma grande frustração para os nossos cientistas, com esse produto que pode ajudar o Brasil a resolver um problema sério e simplesmente não virem esse produto fluir para o mercado.

Então, acho que esse seria um grande prejuízo, o desperdício da criatividade, da habilidade das nossas organizações em produzir soluções para o Brasil e para a nossa agricultura. Em relação a produtos transgênicos no mercado existem inclusive informações amplas de que já existem produtos comercializados na prateleira de supermercados. O IDEC tem feito levantamentos regulares acerca de produtos que têm componentes transgênicos como o milho, a soja na sua composição. Mas nós consumimos há décadas produtos que são transgênicos como a insulina, que é um produto farmacêutico usado em medicina, que já é por décadas produzido por processos baseados em transgenia. E da mesma forma coalho de queijos e existem outros produtos que são baseados nessa tecnologia e que já vem sendo utilizado amplamente mundo afora. Com relação à comprovação científica de qualquer dano relacionado a essa tecnologia, não há qualquer informação científica séria, substanciada que mostre de maneira clara e objetiva que essa tecnologia que traz danos para a saúde ou para o ambiente.

Gostaria de citar um dado que a taxa de sucesso, a taxa de desenvolvimento de produtos tecnológicos na transgenia é extremamente baixa. Porque existem processos extremamente cuidadosos para filtrar todos os produtos que possam ter qualquer risco de efeitos danosos para a saúde e para o ambiente. Cada 250 projetos na área biotecnológica apenas um gera um produto com potencial de ir ao mercado. E essa é uma tecnologia extremamente previsível, ela é extremamente detalhada do ponto de vista de identificação do lugar o gene está, de avaliação

das possíveis mudanças no estado desse gene, na planta modificada. Então, é uma tecnologia desenvolvida com extremo cuidado. Não estou dizendo que não haja, por isso risco. Não existe nada neste mundo onde o risco possa ser dito: é zero.

É por isso que temos que ter um cuidado muito grande com a questão da bio-segurança, desenvolvendo metodologia, informação que garanta o uso seguro dessas tecnologias.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Dentro desse teu raciocínio, V. Exa. inclusive falou de independência, na questão do Brasil ser nacionalista nas questões. A patente quem domina são os americanos, no caso da soja, especificamente. Mas não estamos tratando só da soja no projeto nosso. Caberia o ônus da prova o mal à saúde: à Monsanto ou, a nós, adotando o princípio da precaução?

Com relação à vantagem competitiva. Nós estamos ampliando, significativamente, os nossos mercados. O agronegócio tem batido recordes na nossa balança comercial. Os americanos que são nossos maiores concorrentes dominam essa tecnologia. E justamente eles que querem ocupar mais espaço internacional. Nós entendemos que, exatamente por dominarem essa tecnologia, querem nos tornar cada vez mais dependentes tecnologicamente. Quem domina a tecnologia não somos nós, a Embrapa está estudando. Mas até que ponto vamos ser independentes e nacionalistas nessas questões? Aí, sim, poderemos tomar decisões soberanas e não ficarmos reféns de uma tecnologia única.

O medo dos produtores é o seguinte: vamos supor que o deputado Tureck plante milho convencional e eu plante milho transgênico. O pólen do milho, sabemos que voa por centena de metros, essa contaminação não comprometeria? Como é que iríamos controlar essa contaminação?

São questões como essa que preocupam o produtor, como o caso de ter uma semente única, depender de um único herbicida, da resistência que as plantas daninhas poderão ter com o tempo, porque já há indícios disso. A soja "RR", por exemplo, é resistente ao glifosato, por isso que mata folha estreita e folha larga e com o tempo cria resistência e tem que aumentar a dose do glifosato. Então, essas dúvidas é que têm os produtores, podendo, num primeiro momento argumentar que se baixa o custo, mas, num segundo momento, quando se tem o controle absoluto do herbicida e também quem sabe, da semente, ficarmos nas mãos absolutamente de poucos fornecedores tanto de sementes como de herbicidas que, infelizmente, hoje é assim.

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES

O primeiro ponto em relação à independência tecnológica, nós estamos assumindo que os Países desenvolvidos e as grandes corporações elas são as únicas detentoras da tecnologia hoje, e que serão, continuarão

sendo assim no futuro porque nós não queremos que elas entrem aqui para compartilhar conosco a tecnologia, e nós também não queremos desenvolver essa tecnologia, porque estamos inseguros, porque achamos que ela pode ser danosa, pode ser perigosa. A pergunta que o Brasil tem que fazer, e quando eu digo que o País tem que ter uma postura nacional em relação a essa questão é qual é o caminho, qual é a trajetória mais segura para que o País supere essa situação de não ter a tecnologia, de ser dependente da tecnologia, o caminho é fechando as portas e dizendo: “Não me interessa fazer inovação nessa área?” Ou é: preparando-se e apoiando as competências e as instituições que o País tem, que não são poucas, o País é extremamente capaz nessa área, veja, o grande sucesso no Estado de São Paulo com o “genoma da chilela”, que é um programa de descoberta que pode trazer para o País tecnologias extremamente interessantes nesta área biotecnológica.

Eu pergunto: é fechando as portas, é dizendo não, é dizendo não me interessa que um dia eu vou ser independente? Então, essa é uma questão complicada que o Brasil tem que refletir, eu acho que nós passamos por isso há algumas décadas atrás, o Brasil fechou as portas para a informática querendo desenvolver a sua própria indústria, enquanto o mundo foi mais ágil, as coisas aconteceram, e nós nos vimos algum tempo depois completamente desarmados e despreparados.

Então, eu acho que nós temos esse exemplo do passado que o País precisa refletir muito sobre esse exemplo, e perguntar qual a melhor estratégia, será que nós não estamos preparados para interagir com essas empresas que desenvolvem essas tecnologias, e a partir daí começar a desenvolver a nossa própria tecnologia? Eu pergunto: Uma empresa como a Embrapa será que ela não faz interações, ou não tem contratos para internalização de tecnologia na área da aviação civil e é por isso que ela é uma empresa de ponta e que está tendo esse sucesso todo? A Petrobrás? Por que não fazer isso na agricultura?

Então, ter a ilusão de que vamos nos fechar e falar não à tecnologia e um dia vamos conseguir ser competitivos é ilusão, na minha maneira de ver é ilusão, nós temos que fazer uma reflexão mais cuidadosa em relação a essa questão da independência tecnológica; eu pelo menos estou muito seguro que o caminho mais prudente, o caminho mais criativo não é do fechamento total, não é do discurso de que não converso com A ou com B, ou com C, ou não negocio tecnologia, esta não é uma postura adequada para a realidade, para o mundo de hoje.

A questão dos mercados e da competição. Será que o País não pode, a partir de um esforço, eu digo sempre, de um esforço cuidadoso, de lidar com essa tecnologia, será que o nosso País não pode desenvolver estratégias criativas de lidar com os conceitos de rastreabilidade, de certificação, que nos permita garantir diferentes nichos de mercados? Porque quando a gente fala: “não, vamos garantir que a nossa soja esteja alcançando mercados, que

a valorizem, que paguem mais por ela”. Eu pergunto: por quanto tempo, será que vamos conseguir fechar as nossas fronteiras a uma tecnologia que está sendo usada em cinquenta milhões de hectares mundo a fora, será que esse é o caminho mais criativo? O caminho mais criativo provavelmente é o de aprender a lidar com a tecnologia, porque tudo o que a gente vê por aí mostra que a tecnologia é inevitável; a não ser que a gente mude, deixe de ser capitalista, feche as nossas fronteiras e nos isolemos do mundo.

A questão do fluxogênico, o nobre deputado colocou a preocupação com a minha, absolutamente correto. O pólen do milho pode migrar até 400 metros do ponto de origem, o risco de contaminação, inclusive, de variedades locais pode ser significativo. Isso é uma questão que tem que ser considerada. Para a soja esse problema não existe, porque a soja é uma espécie que não cruza com outras espécies no País. Não há essa possibilidade de fluxo gênico é uma espécie domesticada que não vive sem o homem, se o homem pára de plantar a soja some. O mesmo não é verdadeiro com o milho, o mesmo não é verdadeiro com o sorgo, o mesmo não é verdadeiro com o algodão. Nós temos para essas culturas que fazer zoneamentos adequados para evitar que o fluxo gênico acabe por contaminar os cultivos importantes, cultivos tradicionais, variedades locais dos agricultores familiares que nós queremos manter porque são extremamente importantes.

A última questão que o nobre deputado coloca é a questão da resistência herbicida, da dependência, do uso excessivo de um herbicida só, eu volto novamente ao ponto que eu insisti muito, nós não podemos discutir essa tecnologia do ponto de vista de um produto. Essa não é uma tecnologia, de uma alternativa de um produto. Nós estamos olhando nobres deputados, para a ponta do iceberg, então eu não consigo visualizar um futuro aonde a gente tenha eternamente soja RR. Outros produtos virão, outras possibilidades virão, nós temos que pensar também nessa perspectiva e não tomar decisões considerando que esse produto será eterno ou que será só ele, o que não é absolutamente verdadeiro.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Peço às galerias a compreensão, vocês são muito bem-vindos à nossa Casa, a Casa é de vocês também e gostaríamos que respeitassem o pronunciamento do Pesquisador Maurício Antônio Lopes.

Pela ordem o deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (**Pela Ordem**)

A maior parte das perguntas que eu queria fazer já foram esclarecidas aqui, pelos companheiros que lhe dirigiram a palavra. Eu não sei se esta foi feita porque eu não estava aqui, no Plenário, eu estava ali atrás. Com relação à saúde humana, os produtos transgênicos têm comprovação que faz mal à saúde humana?

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES

Obrigado pela pergunta, nobre deputado Plauto.

De novo eu gostaria de mencionar que não há qualquer dado substanciado, científico, que prove ou comprove que qualquer dos produtos desenvolvidos e comercializados possam causar mal à saúde humana.

Há uma crença que eu gostaria de mencionar rapidamente, as pessoas têm uma preocupação muito grande que os genes inseridos nessas espécies eventualmente sejam transferidos para o seu próprio organismo, o que é uma crença absolutamente infundada. Nós consumimos DAN desde que nascemos. Praticamente todos os alimentos que consumimos têm DNA. Então, se fosse tão fácil a transferência do DNA de uma planta transgênica para um organismo humano, o homem não seria mais homem, porque quando comemos uma banana, outra fruta ou uma carne, nós estamos ingerindo uma quantidade imensa de DNA. Então, se fosse tão fácil o DNA dos alimentos serem inseridos no nosso próprio DNA, nós não seríamos mais humanos, seríamos totalmente amorfos, porque o DNA desses organismos todos que nós consumimos viriam para o nosso organismo.

Do ponto de vista do produto transgênico é que eu disse, há todo um critério, todo um elenco de procedimentos e de normas para avaliação de segurança, para determinação da equivalência essencial desses produtos. Ou seja, para determinação de que o produto transgênico é essencialmente igual ao produto não transgênico. Enquanto não se faz essa comprovação o produto não é autorizado para a comercialização, o que nós dá segurança em relação a este aspecto.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

A produtividade, a soja transgênica, os produtos transgênicos produzem mais que os outros produtos. Na questão soja tem custo menor e produção maior? Qual é essa co-relação?

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES

Gostaria de dizer, e é preciso que fique bem claro que essa tecnologia não é uma tecnologia para aumentar a produtividade de soja. Ela é direcionada para facilitar o manejo da cultura da soja. Esse gene inserido, por si só, não foi inserido com esse objetivo de fazer com que a soja produza mais. A soja pode produzir mais, porque num sistema de manejo mais adequado, com estímulo da utilização do plantio direto e práticas de manejo mais eficientes, faz com que a produção seja elevada.

Os ganhos dessa tecnologia não são exatamente baseados em ganhos de produtividade. É baseado em ganho de efetividade. O produtor usa melhor os seus recursos e gasta menos no seu programa de controle de plantas daninhas. É óbvio, existem tecnologias que são para aumentar a produtividade, mas esta não é. Pode aumentar de forma indireta. O ganho da tecnologia vem como ganho no manejo da cultura.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Gostaria de fazer uma pergunta: está proibido no Brasil. Ok! O Paraná está dentro do Brasil. Então, aqui está proibido também?

O que levou a essa confusão toda foi o Governo Federal ter autorizado a comercialização de 10 milhões e meio de toneladas que já foram cultivadas na transgenia.

Creio que o Brasil poderia ter até uma posição de vanguarda nesse sentido, estudando tecnicamente com cuidado. Tanto que aqui no Paraná a safra 2003/2004 está garantida a comercialização. Mesmo que se aprove uma lei aqui. A lei aqui é mais uma demonstração de vontade política, para que tenhamos o Estado livre da transgenia.

O que significa a aprovação de uma lei como esta aqui, já que no Brasil está proibido, está garantida a comercialização até janeiro de 2004. O que significa para os meios científicos, principalmente para os nossos agricultores, na sua opinião?

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES

Creio que, pelos termos da legislação que está sendo proposta, do ponto de vista científico, talvez não signifique problemas extremamente complicados. Porque, me parece que o projeto de lei prevê um espaço para que se continue buscando a inovação tecnológica nessa área.

Temo, nobre deputado, que ao passar legislações como essa, acabemos por desgastar todo o processo de discussão em torno dessa tecnologia.

Preocupa-me a afirmação que o deputado fez, porque já sabemos de antemão que não tem jeito. Já sabemos de antemão que vai entrar. Com a legislação queremos marcar uma posição. Preocupa-me essa postura, porque acho que essa postura acaba por desgastar o processo legislativo. Acaba por desgastar um sistema que precisa conquistar um espaço de liderança importante nessa discussão. Então, temo que ao passar uma lei que nós, de antemão, sabemos que não será efetiva, que é uma lei não factível, temo que o Legislativo, não só aqui como em qualquer outro Estado que assuma essa postura, defenda essa postura e eventualmente aprove essas legislações, acabe se desgastando num momento, na minha maneira de ver, extremamente importante, em que as Casas Legislativas devam assumir uma posição efetiva de liderança de discussão substanciada e de busca de caminhos reais para essa questão.

Então, nobre deputado, sou obrigado a dizer com muita sinceridade que temo que uma legislação desse tipo acabe por desgastar o esforço legislativo, porque a sociedade começa a se perguntar: “afinal, a Lei vai ou não ser cumprida? É ou não possível cumprir essa lei?”. Então, fazer lei por fazer, ainda mais sabendo de antemão que a lei não será implementada, acho que é uma coisa um pouco complicada, especialmente numa questão tão polêmica em que a sociedade está aguardando do Governo, do Legislativo, uma postura efetiva de liderança, de discussão substanciada para que o Brasil tome

as decisões que interessam ao Brasil e a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Deputada Luciana. Depois, encerrando os questionamentos, o deputado Barbosa Neto.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Obrigada, senhor presidente!

Gostaria de dizer que achei as colocações do companheiro bem ponderadas, mas quero deixar claro, como nós da Bancada do PT é que apresentamos esse projeto e defendemos esse projeto, que o projeto prevê a continuidade das pesquisas, prevê que se continue estudando, sem problema nenhum. Nós queremos isso agora, queremos que o nosso Estado realmente seja rotulado como um Estado livre dos transgênicos até que tenhamos certeza de tudo isso que foi colocado, pois por enquanto nada se comprova.

Gostaria de deixar até um questionamento. Não sei se V. Sa. tem esse dado ou não, mas eu não tenho esse dado: quantos anos levou para comprovar que o cigarro fazia mal e matava pessoas?

Acho que temos que fazer estudos, sim, pesquisas, mas precisamos que o nosso Estado, por enquanto, fique livre dos transgênicos. Vamos deixar livre a comercialização. Falávamos há pouco na tribuna que esse é um pedido do governador, porque tem um comércio garantido com a China da nossa soja, mas se for livre dos transgênicos, se for no modelo tradicional. Queremos essa lei, sim! Em nível nacional é proibida a comercialização dos transgênicos, e queremos que nosso Estado seja rotulado como um Estado livre dos transgênicos.

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES

Obrigado, nobre deputada!

Só gostaria de fazer um comentário, que a deputada tocou na questão do cigarro e dos perigos relacionados a ele e acho que uma questão que seria extremamente interessante para discussão no Brasil e que vejo essa questão muito pouco discutida, é sobre o conceito de risco *versus* perigo. Temos que ter consciência de que todo esforço relacionado à discussão da segurança dessa tecnologia tem que ser direcionada no sentido de que se faça um levantamento cuidadoso dos perigos relacionados à tecnologia. E por perigo, eu entendo, a possibilidade da tecnologia gerar impactos negativos e persistentes, seja no meio ambiente, seja na saúde das pessoas. Portanto, eu vejo que muitas vezes estamos nos referindo a risco, confundindo risco com perigo. Riscos são incertezas que ainda existem acerca da tecnologia, quando todos os perigos potenciais já foram tratados e eliminados. Ou seja, as possibilidades de que a tecnologia promova ou provoque uma mudança permanente no ambiente ou na saúde das pessoas.

Gosto muito de dar um exemplo. Todos os senhores já ouviram falar do famoso produto botox, que as pes-

soas injetam na face para eliminar as rugas. E os senhores certamente sabem que o botox é uma das toxinas mais potentes que o homem já conseguiu isolar. Que é uma toxina de um microorganismo chamado "*Clostridium botulinum*" que causa o botulismo. Então, a minha pergunta é: por que as pessoas concordam em serem injetadas com um veneno tão potente para resolver o problema de rugas?

Então, essa questão de risco e perigo está muito relacionada aos desejos e às necessidades das pessoas da sociedade. Por que as mulheres aceitam serem injetadas com botox? Por que elas sabem que os perigos relacionados à toxina estão eliminados naquele produto. Ou seja, passados alguns dias, aqueles efeitos da queda da pálpebra, dor de cabeça e todo o mais passa e as pessoas ficam com o rosto lindo, sem rugas.

É exatamente esse o esforço que se faz com cada produto. É o tal caso a caso, de se avaliar com muito cuidado e com muito critério quais são os perigos, quais são os riscos reais de o produto causar um dano permanente no ambiente ou na saúde das pessoas. E é por isso que grande parte dos projetos de pesquisa nessa área não gera produtos comerciais. Porque todos aqueles onde se detecta perigos reais ou potenciais, são imediatamente terminados.

Então, nobre deputado, eu acho que precisamos talvez discutir um pouco mais essa questão de risco x perigo. Trago esse exemplo, peço que os senhores reflitam sobre ele a questão do botox. Porque ninguém se assusta, porque ninguém aventa com o princípio da precaução em relação ao botox. E lembrem-se: é um dos venenos mais potentes que o homem já conheceu.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Último deputado inscrito, Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO

O gabinete da deputada Arlete Caramês solicitou uma consulta a um especialista, em alguns dados em tópicos que foram sintetizados, realmente chama a atenção e gostaria de saber se há possibilidade do senhor nos esclarecer esses dois pontos e aproveito inclusive para colocar um comentário. Já que mesmo tendo engenheiros agrônomos entre deputados, agricultores, demonstra claramente a nossa desinformação em relação a um tema tão palpitante e importante para todos nós.

Por isso que nós precisamos realmente nos aprofundar ainda mais nessa questão antes de votá-la no dia de hoje.

Só gostaria de saber se realmente o senhor confirma esse dado aqui: o Brasil é o único fornecedor de soja convencional do mundo. Se o Brasil adotar a transgenia na produção de soja, por exemplo, nós vamos fechar o mercado para a soja brasileira?

Outra questão importante, a Monsanto cobra royalties nos Estados Unidos de cerca de vinte e quatro dólares

por hectare de área plantada de soja. O Brasil plantando hoje 18 milhões de hectares, teria que deixar para os Estados Unidos, centenas de milhões de dólares anualmente. Há veracidade nessas duas colocações que fiz ao senhor?

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES

Obrigado, deputado Barbosa Neto!

Em relação à sua primeira questão, que o Brasil é o único grande fornecedor de soja convencional no mundo, eu diria que essa afirmativa talvez fosse verdadeira há algum tempo e hoje talvez não seja tão verdadeira mais, considerando o fato que o Brasil, hoje, depois da MP nº 113 passou a ser, talvez, o terceiro ou quarto maior produtor de soja geneticamente modificada no Mundo. Nós não podemos negar que a legalização da safra 2002/2003 no Sul do País colocou o País na posição de, pelo menos nesse período em que soja produzida é legal, como um produtor de soja transgênica. Então, não somos tão livres assim de soja transgênica no Brasil.

Agora, se perderíamos mercado no futuro em aprovando ou legalizando esse produto, é difícil imaginar. Não consigo lhe dar uma resposta objetiva para essa questão, mas suspeito que, considerando que os outros dois grandes produtores, que são Estados Unidos (o primeiro) e Argentina (o terceiro), já tendo os Estados Unidos cerca de 65% da sua área e a Argentina cerca de 90% da sua área, fica complicado imaginarmos um futuro em que o Brasil perca mercado, incorporando essa tecnologia. Mas, teríamos que esperar para ver; não posso lhe dar uma resposta absoluta em relação a essa questão!

Com relação à questão de royalties, os senhores bem sabem que o Brasil, em função de acordos no âmbito da organização mundial do comércio, depois da rodada GAT, depois do acordo TRIPS o Brasil entrou em um processo de definição do arcabouço legal para a proteção do conhecimento do País. Então o Brasil, ao longo de alguns anos, na segunda metade da década passada, discutiu a sua lei de patentes, a Lei de propriedade industrial e a sua lei de proteção de cultivares. E isso, na verdade, coloca o País em situação de ter que ser cumpridor de acordos internacionais, acordos muitos deles que prevêm o pagamento de royalties sobre aqueles produtos ou processos protegidos mundialmente e isso, imagino, não seria absolutamente diferente com a questão da soja, uma vez que esse produto foi desenvolvido por uma empresa multinacional e tem patente internacional.

Mas, volto a dizer que se não desenvolvemos as nossas próprias alternativas, se não fazemos pesquisas para desenvolver os nossos produtos e inclusive para ganhar patentes lá fora para também recebermos royalties, vamos ficar, provavelmente, eternamente nas mãos dessas grandes corporações que usam o desenvolvimento tecnológico como uma forma também de domínio econômico e tecnológico. Mas, certamente, aprovado o plantio comercial da soja no Brasil, o País se veria, de imediato, obrigado a pagar os royalties devidos em função do uso.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Queremos agradecer a contribuição que o ilustre palestrante deu aos senhores parlamentares hoje! Com certeza o seu pronunciamento vai enriquecer os nossos debates junto ao projeto aqui apresentado e receba os nossos agradecimentos em nome da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná!

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES

Sou eu quem agradeço!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 senhores deputados.

Sobre a mesa, Indicação nº 089/2003, de autoria do deputado Cleiton Kielse, constante do expediente, propondo a doação de veículo para a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância- APMI de Ortigueira. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Indicação nº 090/2003, de autoria do deputado Cleiton Kielse, constante do expediente, propondo a doação de veículo para a Associação de proteção à Maternidade e Infância - APMI de Farol. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Indicação nº 091/2003, de autoria do deputado Cleiton Kielse, constante do expediente, propondo a doação de Veículo marca Kombi, Placa AKH-4065, ano de fabricação 2002, para a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI de Jaguariaíva. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Indicação nº 092/2003, de autoria do deputado Nelson Justus, constante do expediente, propondo a criação da Ciretran de Piraí do Sul. **À Comissão de Segurança Pública.**

Indicação nº 093/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente, propondo a transferência da jurisdição do município de Santo Antonio do paraíso da Ciretran de Assaí para a Ciretran de Cornélio Procopio. **À Comissão de Segurança Pública.**

Projeto de lei de autoria do deputado Vanderlei Iensen, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº 02 (dois) de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº 02 (dois) de autoria da deputada Elza Correia, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Pastor Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Rafael Greca, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 327/2003, de autoria do deputado Jocelito Canto, que fica declarada de Utilidade Pública a Associação Água Boa Rio Baio, com sede e foro no município de São João do Triunfo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 420/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública o Lions Clube Apucarana Vitória Regia, com sede e foro no município de Apucarana. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 431/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi, concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao deputado Nivaldo Passos Krüger. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada a emenda.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 434/2003, de autoria da deputada Elza Correia, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Professora Etelvina Cordeiro Ribas, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 441/2003, de autoria do deputado Duílio Genari, declara de Utilidade Pública a Associação dos Músicos do Médio Oeste do Paraná- AMA, com sede e foro no município de Assis Chateaubriand. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 458/2003, de autoria do deputado Duílio Genari, declara de Utilidade Pública a Acine - Associação Comercial, Industrial, Agropecuária de Profissionais Liberais e de Pessoas Físicas dedicadas à atividade empresarial de Nova Esperança e Região, com sede e foro no município de Nova Esperança. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 306/2003, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, que dispõe sobre a criação de cargos no quadro de pessoal do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 306/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam criados, no âmbito do Ministério Público do Estado do Paraná, 200 (duzentos) cargos de Oficial de Promotoria Nível I para compor o quadro de servidores efetivos da instituição.

Art. 2º - Fica o Ministério Público do Paraná autorizado a regulamentar a lotação e movimentação dos servidores em razão da necessidade do serviço.

Art. 3º - A investidura no cargo efetivo, criado na forma do artigo 1º, dependerá de aprovação prévia em concurso público, considerando-se os requisitos essenciais definidos em lei e regulamentação específica.

Art. 4º - Os vencimentos dos servidores que preencherão os cargos criados na forma do artigo 1º desta Lei, são os constantes da Tabela Única, Anexo I.

Art. 5º - Os cargos criados na forma do artigo 1º serão providos na medida da necessidade do serviço e da disponibilidade orçamentária do Ministério Público, passando os nomeados para ocupá-los a integrar o Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, sendo regidos pela lei respectiva.

Art. 6º - O provimento do cargo na forma do artigo 1º desta lei dar-se-á no nível de vencimento do Grupo Ocupacional Básico 1, Anexo I.

Art. 7º - Quanto aos critérios de progressão do servidor na carreira, aplica-se o disposto no artigo 5º, incisos I e II, da Lei nº 11.455, de 10 de julho de 1996.

Art. 8º - A descrição das tarefas, atribuições e especificações do cargo de que trata o artigo 1º, serão definidas em regulamento, a ser expedido pelo Procurador-Geral de Justiça.

Art. 9º - As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Ministério Público do Estado do Paraná.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.05.2003.

(a) PROCURADORIA - GERAL DE JUSTIÇA
JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto propõe a criação de 200 (duzentos) cargos de Oficial de Promotoria nível I para compor o Quadro de servidores efetivos do Ministério Público do Paraná, com atribuições de executar diligências de busca de elementos informativos e provas necessárias às atividades das Promotorias, de acompanhar o Promotor de Justiça em qualquer diligência e ato processual, bem como de realizar tarefas de apoio nas atividades meio a fim das Promotorias, cujos cargos serão providos mediante habilitação em concurso público, por candidatos que comprovarem no mínimo ter concluído o Ensino Fundamental ou equivalente.

É relevante informar que o Quadro dos Servidores do Ministério Público é um quadro extremamente reduzido, congregando atualmente 395 (trezentos e noventa e

cinco) servidores ativos para o atendimento de todo o Estado; quadro este insuficiente para atender com qualidade, celeridade e eficácia todas as áreas de atividades meio e fim, quer em relação a serviços auxiliares, quer na atividade de apoio administrativo do Ministério Público no âmbito estadual.

A proposta de criação dos referidos cargos é plenamente justificada pelo reconhecido aumento das demandas sociais que buscam no Ministério Público o primeiro caminho de acesso à Justiça e, por conseguinte, impactando também no aumento das atribuições do Ministério Público a partir da Lei Complementar Federal nº 40/81 (Lei Orgânica do Ministério Público) e, ainda mais intensamente, após a promulgação da Constituição Federal de 1988. A atuação do Ministério Público em áreas como a proteção ao patrimônio público, ao meio ambiente, à infância e juventude, à saúde pública, à educação, ao consumidor, aos direitos humanos e às pessoas portadoras de deficiência, assim como nas questões fundiárias, entre outras, bem refletem a necessidade absoluta de dotar a Instituição de recursos humanos e materiais adequados às demandas sociais e a manutenção de um satisfatório nível de desempenho e produtividade perante os órgãos judiciais e à sociedade.

O impacto da presente proposta, que terá efeito financeiro a partir do mês de julho do corrente ano, totalizará o valor de R\$611.468,00 (seiscentos e onze mil, quatrocentos e sessenta e oito reais), a ser suportado pelo orçamento próprio do Ministério Público, não comprometendo o limite de gastos com pessoal e encargos da Instituição, de acordo com o que preceitua a Lei Complementar 101/2000 - LRF, passando a despesa total para algo em torno de 1,60% (um vírgula sessenta por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto abaixo do limite prudencial definido pela referida Lei de Responsabilidade Fiscal (1,90%, cf. artigo 22, parágrafo único).

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
ANEXO
TABELA DE VENCIMENTOS

TABELA ÚNICA		TABELA ÚNICA	
GRUPO OCUPACIONAL BÁSICO I OFICIAL DE PROMOTORIA		GRUPO OCUPACIONAL BÁSICO I OFICIAL DE PROMOTORIA	
NÍVEL	VALOR	NÍVEL	VALOR
1	470,36	12	651,08
2	484,47	13	670,61
3	499,00	14	690,73
4	513,97	15	711,46
5	529,39	16	732,80
6	545,27	17	754,78

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
ANEXO
TABELA DE VENCIMENTOS

7	561,63	18	777,43
8	578,85	19	800,75
9	595,83	20	824,77
10	613,71	21	849,51
11	632,12	22	875,00

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
SETOR FOLHA DE PAGAMENTO

QDE.	GRUPO OCUPACIONAL	NÍVEL	VENC. BÁSICO	TOTAL MENSAL	Nº DE MESES	TOTAL ANUAL (1)	13º SALÁRIO	TOTAL ANUAL (2)	Nº DE CARGOS	TOTAL ANUAL (3)
200	BÁSICO 1	1	470,36	470,36	6	2.822,16	235,18	3.057,34	200	611.468,00
TOTAIS						2.822,16	235,18	3.057,34	200	611.468,00

Notas Explicativas:

Total Anual (1) - soma das seis parcelas mensais da remuneração de cada novo servidor.

Total Anual (2) - seis parcelas mensais, acrescidas do 13º Salário de cada servidor.

Total Anual (3) - custo ano/cargo x número de cargos.

Não foi considerado 30% de Gratificações de Produtividade.

Não foi considerado o pagamento do terço constitucional de férias.

Curitiba, 23 de maio de 2003.

(aa) ANGELA TEREZINHA MEIRA FARIAS

Coordenadora Setor Folha de Pagamento

FABIANO SALDANHA SALES DA SILVA

Vice-Diretor do DRH/PGJ

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 306/2003

P A R E C E R :

Do Relatório

O Projeto de Lei nº 306/2003, encaminhado a esta Assembléia Legislativa na forma de Anteprojeto pela Exma. Maria Tereza Uille Gomes. MD Procuradora Geral da Justiça do Estado, que tem por escopo dispor sobre a criação de cargos no quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências, pretendendo-se criar no âmbito do Ministério Público do Estado do Paraná 200 (duzentos) cargos de Oficial de Promotoria Nível I para compor o quadro de servidores efetivos da Instituição.

Da Fundamentação

Diante da síntese supra e chamada esta Comissão a manifestar-se de acordo com o artigo 128 parágrafo 4º do

Regimento Interno desta Casa de Leis, cumpre salientar que a proposição encontra-se em consonância com preceitos constitucionais e legais, respeitando os ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal a qual disciplina os limites de despesas com pessoal.

Conota-se ainda que a Constituição Estadual em seu artigo 114 parágrafo 2º assegura a autonomia funcional e administrativa a saber:

Art. 114 -...

§ 1º -...

§ 2º - Ao Ministério Público é assegurado autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira.

Desta forma, encontram-se amparo constitucional para prosseguimento, cabendo também mencionar que as atividades meio e fim e de apoio administrativo ficarão certamente de mais fácil desempenho. Ademais, o aumento das demandas sociais e por consequência da população que buscam no Ministério Público o pronto

atendimento para o acesso à justiça, bem como a vasta atribuição constitucional do Ministério Público faz com que a proposta em análise seja salutar e prioritária.

Em última análise, encontra-se devidamente amparada pela Lei Orçamentária Anual nº 13.980 de 26 de dezembro de 2002 que planificou os possíveis gastos do Estado para o exercício corrente.

Da Conclusão

Diante do exposto, o presente projeto não encontra óbice para a sua normal tramitação e conseqüente análise pelas Comissões competentes regimentalmente a se manifestarem sobre a aprovação do mesmo, diante do que esta Comissão apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 306/2003.

Sala das Comissões, em 02.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 306/2003

P A R E C E R :

O presente plano de lei de autoria da Procuradoria Geral de Justiça - Ofício nº 1.136, de 23 de maio de 2003, que objetiva dispor sobre a criação de cargos no Quadro Geral de Pessoal do Ministério Público do Paraná, conforme especifica.

Como podemos observar a Comissão de Constituição e Justiça, já emitiu, quanto à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, o devido parecer favorável.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o artigo 33 em seu parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, ao analisar a matéria consta que as despesas orçamentárias para o atendimento do objeto legislativo proposto, assim como, o impacto financeiro, já se encontram previstos na Lei Orçamentária Anual nº 13.980/2002 e no próprio orçamento do referido órgão.

Desta forma, emitimos nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.09.2003.

(a) ELIO RUSCH - Presidente e Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 307/2003, de autoria do deputado André Vargas e outros, que veda o plantio, a semeadura, o cultivo, a importação, o transporte e a comercialização de Organismos Geneticamente Modificados (OGM's) no Estado do Paraná, indica ao Poder Executivo Estadual a criação, no âmbito da Governadoria do Estado, do Conselho Técnico Estadual de Biossegurança - CTEBio e dá outras providências. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. (Publ. no DA nº 040/2003, de 28/05/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 307/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 307/2003, de autoria da Bancada do Partido dos Trabalhadores - PT, que “veda o plantio, a semeadura, o cultivo, a importação, o transporte e a comercialização de Organismos Geneticamente Modificados (OGM's) no Estado do Paraná, indica ao Poder Executivo Estadual a criação, no âmbito da Governadoria do Estado, do Conselho Técnico Estadual de Biossegurança - CTEBio e dá outras providências”.

Quanto ao aspecto sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

Chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei, na forma do substitutivo geral.

Sala das Comissões, em 19.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
ANTONIO ANIBELLI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 307/2003

Art. 1º - Fica vedado o cultivo, a manipulação, a importação, a industrialização, o transporte e a comercialização de Organismos Geneticamente Modificados (OGM's) destinados à produção agrícola, alimentação humana e animal no Estado do Paraná, exceto para fins de pesquisa científica, conforme o disposto nesta lei, visando proteger a vida e a saúde do homem, dos animais e das plantas, bem como o meio ambiente.

Art. 2º - Aplica-se para os efeitos desta lei o conceito de Engenharia Genética e Organismos Geneticamente Modificados constantes na Lei Federal nº 8.974 de 5 de janeiro de 1995 ou outra que vier substituí-la.

Art. 3º - Esta lei não se aplica quando a modificação genética for obtida através das seguintes técnicas, desde que não impliquem a utilização de OGM como receptor ou doador:

I - mutagênese;

II - formação e utilização de células somáticas de hibridoma animal;

III - fusão celular, inclusive a de protoplasma, de células vegetais, que possa ser produzida mediante métodos tradicionais de cultivo;

IV - autoclonação de organismos não-patogênicos que se processe de maneira natural.

Art. 4º - Fica vedada a comercialização de produtos que em sua composição contenham substância proveniente de OGMs, e que tenham como destino à alimentação humana ou animal.

Parágrafo Único - a violação deste artigo sujeita o infrator às penalidades previstas na Lei.

Art. 5º - Todas as empresas ou organizações públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, que desenvolvam no Estado do Paraná pesquisas, testes, experiências e outras atividades na área da biotecnologia e engenharia genética, envolvendo Organismos Geneticamente Modificados (OGM's), bem como os produtos advindos desta tecnologia, deverão notificar o Conselho Técnico Estadual de Biossegurança - CTEBio.

§ 1º - A notificação de que trata este artigo, será acompanhada dos seguintes documentos;

I - pareceres técnicos federais que autorizam as pesquisas, os testes, as experiências e outras atividades em Engenharia Genética ou Organismos Geneticamente Modificados (OGM's), conforme instruções normativas da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTN-Bio;

II - Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB, concedido pela CTNBio referentes às instalações onde são desenvolvidas as pesquisas, os testes, as experiências e outras atividades, que envolvam OGM's ou derivados;

III - carta comprovando a designação de responsável técnico para a área, sendo indispensável seu credenciamento junto a sua entidade profissional;

IV - estudo prévio de Impacto Ambiental - EIA e Relatório de Impacto Ambiental - Rima, relativo às atividades desenvolvidas;

V - informação escrita sobre a localização da área, as quantidades cultivadas e colhidas e o local onde os produtos se encontram armazenados.

Art. 6º - O descumprimento ao disposto no artigo anterior, será fato impeditivo à continuidade das atividades ali descritas, devendo o Conselho Técnico Estadual de Biossegurança - CTEBio - tomar as providências cabíveis.

Art. 7º - É vedado às instituições financeiras operadoras do sistema de crédito rural aplicar recursos no financiamento do cultivo ou manipulação em desacordo com a legislação em vigor.

Art. 8º - Fica criado o Conselho Técnico Estadual de Biossegurança - CTEBio, vinculado à Casa Civil ou à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral que, conjuntamente com os órgãos de fiscalização da Secretaria de Estado da Saúde, da Agricultura e do Abastecimento, do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, caberá, dentre outras, as seguintes funções:

I - propor a Política Estadual de Biossegurança;

II - autorizar testes, experiências, e outras atividades relacionadas à engenharia genética ou a organismos geneticamente modificados, observados a legislação aplicável;

III - fiscalizar e monitorar todas as atividades e projetos relacionados a engenharia genética ou organismos geneticamente modificados, através dos órgãos competentes do Estado;

IV - publicar no Diário Oficial do Estado, previamente ao processo de análise, extratos dos pleitos que lhe forem submetidos à aprovação, o resultado dos processos a seu julgamento, bem como a conclusão do parecer técnico;

V - manter cadastro atualizado de todas as instituições e profissionais que realizem atividades e projetos relacionados à engenharia genética e organismos geneticamente modificados;

VI - cobrança de taxa para avaliação dos Cadastros de OGM's;

VII - fiscalizar o funcionamento das Comissões Internas de Biossegurança - CIBios, no âmbito de cada empresa ou instituição, previstos no Decreto Presidencial nº 1.752 de 20 de dezembro de 1995 (alterado pelo Decreto nº 2.577, de 30 de abril de 1998);

VII - emitir parecer técnico final conclusivo sobre as experiências, testes, atividades, e projetos por ela autorizados e acompanhados;

IX - elaborar seu Regimento Interno de funcionamento.

Art. 9º - O CTEBio, composto por 17 membros efetivos e 17 membros suplentes, designados por ato do governador do Estado, será constituído por:

I - dois efetivos e dois suplentes, indicados pelo Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, sendo um da área animal e outro da área vegetal;

II - um efetivo e um suplente, indicados pelo Secretário de Estado da Saúde;

III - um efetivo e um suplente, indicados pelo Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos;

IV - um efetivo e um suplente, indicados pelo Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;

V - um efetivo e um suplente, indicados pela Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - Ocepar;

VI - um efetivo e um suplente, indicados pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP;

VII - um efetivo e um suplente, indicados pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná - Fetaep;

VIII - um efetivo e um suplente, indicados por associações legalmente constituídas, representativas do setor empresarial de biotecnologia;

IX - um efetivo e um suplente, indicados por entidades legalmente constituídas de defesa do meio ambiente;

X - um efetivo e um suplente, indicados pela Federação do Trabalhadores da Agricultura Familiar - FETRAF-Sul;

XI - um efetivo e um suplente, indicados pelos movimentos sociais e trabalhadores rurais organizados;

XII - um efetivo e um suplente, indicados por entidades legalmente constituídas de defesa do consumidor;

XIII - um efetivo e um suplente, indicados pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Paraná - CREA-PR;

XIV - um efetivo e um suplente, indicados pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Paraná - CRMV-PR.

XV - um efetivo e um suplente, indicados por entidades legalmente constituídas ligadas à pesquisa científica;

XVI - um efetivo e um suplente, indicados pelas entidades legalmente constituídas pelos produtores de sementes;

§ 1º - Os componentes da CTEBio serão indicados pelas entidades de acordo com critérios de experiência e conhecimento na área de biossegurança, relacionadas à questão vegetal, ambiental, à saúde humana ou animal.

§ 2º - A indicação será feita no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta lei, e será endereçada ao governador do Estado, que fará publicar no Diário Oficial ato designando a constituição do Conselho.

Art. 10 - O mandato dos membros do Conselho Técnico Estadual de Biossegurança - CTEBio, será de três anos, permitida uma recondução.

Parágrafo Único - A cada três anos a composição do CTEBio será renovada, ao menos, em um terço de seus membros.

Art. 11 - O presidente do CTEBio será eleito pelos demais membros do Conselho, para exercer mandato de dois anos, sendo vedada a recondução, e sua nomeação para o cargo será através de ato do governador do Estado.

Art. 12 - As funções e atividades desenvolvidas pelos membros do CTEBio serão consideradas de alta relevância, devendo o Governo do Estado, através dos órgãos competentes, apoiar o seu pleno funcionamento.

Art. 13º - Ante a caracterização de fraude, irregularidade ou qualquer outra infração a esta lei, o conselho adotará as seguintes medidas, conforme a gravidade:

I - advertência;

II - multa diária a partir de 16.110,86 UFIR ou outro indicador fiscal que vier substituí-la;

III - apreensão do produto;

IV - suspensão do projeto ou atividade;

V - interdição total ou parcial do laboratório, instituição, empresa responsável, ou propriedade particular;

VI - condenação dos campos, viveiros e/ou produtos com organismos geneticamente modificados e derivados;

VII - destruição dos produtos geneticamente modificados, e seus derivados;

VIII - cancelamento do registro ou amortização para funcionamento.

§ 1º - A multa será aplicada diariamente no caso de infração continuada, em dobro no caso de reincidência e assim sucessivamente.

§ 2º - O CTEBio contará com uma Secretaria Executiva, que proverá o apoio técnico e Administrativo ao Conselho.

Art. 14 - Os recursos decorrentes da aplicação desta lei serão destinados ao Fundo de Equipamento Agropecuário - FEAP, que os destinará para apoio às atividades voltadas à biossegurança, de acordo com o plano de aplicação aprovado pelo Conselho Técnico Estadual de Biossegurança - CTEBio.

Art. 15 - As entidades que estiverem desenvolvendo atividades reguladas por esta lei na data de sua publicação, deverão adequar-se às suas disposições no prazo de cento e vinte dias, contados da publicação do decreto que a regulamentar, bem como apresentar relatório circunstanciado dos produtos existentes, pesquisas ou projetos em andamento envolvendo OGMs, autorizados pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio.

Art. 16 - Esta lei será regulamentada por decreto do governador do Estado no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 17 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 19.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

Em votação.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Antes de V.Exa. encaminhar, deputado José Maria, há um requerimento do deputado Elio Lino Rusch pedindo a retirada do projeto da presente Sessão Ordinária. Terei que colocar o requerimento em votação.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, eu só gostaria então de encaminhar o requerimento no sentido de que a bancada de apoio ao governo votasse contra o requerimento, porque nós já fizemos o entendimento com a bancada que hoje vamos votar apenas a constitucionalidade, vamos trazer

para a discussão, abrir o espaço, ampliar o leque de discussão e de compreensão.

Por isso, eu pediria ao deputado Elio Lino Rusch que, em função desta disposição da própria bancada discutir mais a questão, ele retirasse o requerimento que está sobre a mesa para que nós pudéssemos entender.

O SR. ELIO RUSCH (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhores deputados.

Tínhamos a presença agora há pouco de um cientista e de um especialista da Embrapa, que fez à Assembléia Legislativa uma exposição ampla daquilo que envolve os transgênicos e a pesquisa, tanto nacional como internacional. Eu, com toda a honestidade, sou leigo e não me considero apto para votar uma matéria de tamanha relevância, que envolve não só a produção do Paraná, do Brasil, mas envolve a economia mundial. Acho que a Assembléia Legislativa carece de um esclarecimento muito mais amplo, para que nós, aqui, como deputados, possamos na hora de votar essa matéria tão importante, tenhamos alguns dados mais consistentes. Porque tenho recebido em meu gabinete e acredito todos os parlamentares devem ter recebido inúmeras satisfações, principalmente, das cooperativas, que são as grandes responsáveis pelo desenvolvimento tecnológico e agrícola do Estado do Paraná e do Brasil, quando pedem que a Assembléia Legislativa não deva, nesse momento, se manifestar em relação aos produtos transgênicos, uma vez que o governo federal também não está ainda convicto de qual seria a melhor solução, em relação aos produtos transgênicos no nosso País.

Tanto é que existe uma legislação, que parece que proíbe essa comercialização. Por outro lado, o próprio governo federal libera a comercialização e uma certa quantidade dessa produção, muito bem lembrada, aqui, pelo deputado Augustinho Zucchi. Deputado José Maria, eu entendo que foi feito o entendimento entre a bancada que dá sustentação ao governo, aqui, na Assembléia Legislativa. Mas, nós, deputados, da oposição, principalmente, eu - consultei agora o nosso líder deputado Durval Amaral e ele me comunicou, que apenas foi comunicado e que não participou dessa discussão. Não que sejamos contra ou a favor, mas entendo que temos que discutir muito mais esse assunto, com pessoas especializadas, técnicos que saibam exatamente se isso pode ou não trazer prejuízo. Como é que nós deputados vamos aprovar um projeto desse tamanho, aqui, na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, proibindo não só comercialização, o transporte, enfim, tudo isso que está no bojo do projeto.

Nada melhor que retirarmos esse projeto. Porque não adianta votarmos, hoje, a constitucionalidade e amanhã ou depois tirarmos o projeto. Então, não vamos nem votar a constitucionalidade hoje. Acho que a Assembléia e nós, deputados que não somos dessa área, temos que nos assessorar e pegar argumentos e dados, ouvir os seus favoráveis e contrários. Eu estava ouvindo outros deputa-

dos, agora, há pouco: existem no trânsito algumas placas nas rodovias, que dizem que na dúvida não ultrapasse. Na dúvida não vamos aprovar agora. Vamos dar um tempo. Não vamos rejeitar, mas não vamos aprovar. Vamos dar um tempo, para que nós, deputados, nos munirmos e com mais dados. Eu diria: na dúvida, não ultrapasse. Esperamos!

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Deputado Elio Rusch, nós não estamos votando o mérito. Estamos votando a constitucionalidade. O projeto é constitucional. a Lei nº 10.688 lhe dá essa condição e lhe assegura. Esse projeto é redundante, em função da realidade de hoje. É apenas um posicionamento político, que o governo do Paraná está tomando. O que estamos votando, hoje, deputado Elio Lino Rusch, não é mérito, é a constitucionalidade. E constitucional e legal, ele é. Não podemos tirar por outro lado, o direito do parlamentar de apresentar o projeto. O projeto é legal, constitucional e, e inclusive, redundante. Porque a própria Lei nº 10.688, já impede a sementeira, o transporte, a comercialização e o esmagamento.

Neste caso esse projeto é apenas redundante. O que estamos votando hoje é a constitucionalidade. Eu peço mais uma vez.... o voto da Bancada do Governo, de apoio, que vote pela manutenção da votação de constitucionalidade e na terça, na quarta, nós haveremos de ter reunião, inclusive com as cooperativas, com os setores técnicos, e aí sim nós vamos ter uma definição sobre o mérito.

Este é o encaminhamento que a Liderança do Governo pretendia fazer.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Em votação, o Requerimento nº 2030, de autoria do deputado Elio Rusch, com apoio dos deputados Ademar Traiano, Durval Amaral e Fernando Ribas Carli, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 307/2003, constante na Ordem do Dia da presente sessão.

Rejeitado.

Em votação a constitucionalidade do projeto, fazendo uma retificação que o projeto é de autoria do deputado Elton Velter, e com apoio dos demais deputados do PT. Mas também quero afirmar que não houve erro da nossa assessoria, porque quem assinou realmente em primeiro lugar o projeto foi o deputado André Vargas.

Está em votação a constitucionalidade do projeto. Em discussão.

O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhores deputados, em primeiro lugar quero louvar a iniciativa do deputado Elton, dos deputados da bancada do PT, por apresentarem este projeto. Claro que eu tenho insistido neste tese de que a Assembléia não pode se abster de discutir os grandes temas que envolvam os interesses do Estado do Paraná.

Constitucional ou não a Assembléia tem que debater, como tem que debater a questão do desarmamento, como tem que debater a questão dos transgênicos, enfim, a Assembléia se fortalece, a sociedade se fortalece quando ela discute temas tão importantes como esse, como o Luz Fraterna, enfim, tantos temas que nas últimas três semanas têm vindo à Assembléia Legislativa.

Quero cumprimentar também a iniciativa do deputado José Maria e outros deputados que se posicionaram buscando entendimento, buscando um acordo, porque entendem que a matéria é extremamente complexa e eu não sei de quem. Presidente Hermas, foi a iniciativa de trazer o Dr. Maurício aqui, mas quero cumprimentar também, porque confesso que é preciso numa questão tão polêmica como esta nos aprofundarmos ao máximo na discussão. Talvez fosse só uma questão de tempo, deputado, Nelson Justus, deputado Elio Rusch. Vamos discutir e votar a constitucionalidade hoje ou não vamos discutir hoje. O mais fundamental é a discussão sobre os genéricos. Tenho para mim que a postura do deputado Elio, neste momento, é correta. Se vamos e se a Bancada governista, independentemente de ser governo ou Oposição, já entende que é necessário se aprofundar muito mais na questão dos transgênicos, não seria mais cauteloso, não seria mais prudente, então, adiarmos esta votação para que todos os parlamentares pudessem se inteirar totalmente sobre as implicações?

Eu confesso que fiz três perguntas ao Dr. Maurício, cientista da Embrapa, que não o conhecia e não o conheço, exceto no dia de hoje - a primeira pergunta, se a proibição poderia trazer transtornos, obviamente para a pesquisa científica - e ele, na terceira resposta me disse que se fez um estudo, se faz um estudo muito avançado na Embrapa sobre o feijão transgênico e que seria de uma frustração muito grande se os pesquisadores da Embrapa não pudessem avançar, não pudessem evoluir nesta e em outras pesquisas sobre os transgênicos.

Fiz uma outra pergunta: se os transgênicos, se existe algum estudo com comprovação científica, não só brasileira, mas mundial, possa fazer mal, não digo nem ao meio-ambiente, mas ao ser humano - ele foi categórico aqui dizendo que não - que muito pelo contrário. Na segunda pergunta que fiz sobre a utilização de transgênicos que estejam no mercado, ele falou inclusive sobre a insulina que faz muito bem para aquelas pessoas que dela dependem. E que existe não só esta opção da soja mas o milho, o feijão enfim outros produtos mais. Razão pela qual, não com uma discussão de cunho ideológico, não pela discussão da paixão mas acho que seria muito prudente continuarmos discutindo esta matéria, encarecermos por mais que sejamos uma pequena minoria, deputado Rossoni, que pudéssemos continuar discutindo. E aliás é uma proposta brilhante, tendo que enaltecer, do deputado José Maria, vota-se em 1ª mais discute-se à exaustão a matéria como também disse o deputado Anibelli. Mas, deputado Anibelli, já que vamos discutir mesmo, vamos adiar, inclusive a constitucionalidade para

que cada um possa votar com total isenção, preparado, sem a pressão ideológica, sem a pressão das cooperativas, enfim que não fiquemos isolados do resto do País, porque me parece que o próprio Presidente Lula tem uma posição muito avançada em relação a esta questão. Apesar da lei que existe ele tem colocado que os cientistas vão se posicionar, que o governo brasileiro vai rever essa questão no Congresso Nacional, uma ampla discussão, o que me parece extremamente prudente, pensando no País como um todo, na geração de empregos, enfim, pensando no País como um todo.

Então a posição nossa, a minha posição pessoal e quero crer da maioria dos deputados de Oposição é pelo adiamento desta 1ª discussão, dessa 1ª votação, senão houver este entendimento, claro entendemos e aí não nos restará outra alternativa a não ser marcar posição, neste momento, contrária, até que o assunto seja amplamente discutido, debatido e que cada um tenha convicção absoluta no exercício do seu voto.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, o mérito, de certa forma já foi discutido, de certa forma matéria vencida, agora vamos votar a constitucionalidade. Mas o deputado que me antecedeu falou do técnico da Embrapa, nós não estamos proibindo a pesquisa, de forma alguma, o Projeto está muito claro: - permite a pesquisa e autoriza o Conselho de Biosegurança no Estado do Paraná. É o princípio da cautela, o princípio da segurança, o princípio da soberania que está sendo defendido no projeto, é isso que queremos aprovar! Naturalmente que já há um entendimento prévio para que discutamos ainda mais, que Vsa. Exas. a partir da questão da constitucionalidade se vá mais a fundo nesta questão porque o próprio pesquisador da Embrapa falava que o Brasil tem que tomar uma decisão soberana e independente e o Paraná também.

O SR. NELSON JUSTUS

Senhor presidente, quero fazer um esclarecimento, uma manifestação que eu acho que é importante, porque nós vamos discutir exaustivamente este assunto, eu não tenho dúvida porque o tema é apaixonante e nós temos o dever de discutir este assunto. Mas não se pode negar o direito dos deputados que apresentarem este projeto que se vote quanto à constitucionalidade. O projeto é constitucional, vai ser apresentado emenda, a súmula está, a meu modo de ver, equivocada, portanto serão apresentadas emendas a este projeto. Serão convidados técnicos sim, para discutir, agora o que não podemos aqui é proibir o proibido, não podemos aqui proibir o jogo do bicho na Favela da Rocinha, é um absurdo, não vamos conseguir isso nunca! Agora precisamos sim, temos o dever de discutir esse assunto!

Por isso, senhor presidente, senhores deputados, acho que de bom alvitre que aprovemos a constitucionalidade do projeto, amanhã mesmo que sejam apresentadas emendas em 2ª discussão este projeto volta a CCJ, serão

convidados técnicos como o Dr. Maurício que aqui veio para que nós possamos votar, até porque eu não me sentiria a vontade para votar, nem a favor nem contra. Por isso não encaminhei nem a favor nem contra porque não tenho condições de votar, em absoluto!

Por esta razão a favor da constitucionalidade eu aceito, ao mérito jamais.

Obrigado.

O SR. ELIO RUSCH

Presidente, não muito mais a acrescentar do que falei antes quando encaminhei o requerimento que visava a retirada desse projeto, até que tivéssemos ao menos uns esclarecimentos maiores por quem de direito. Mas como vamos votar a constitucionalidade, tenho minhas dúvidas com relação a constitucionalidade também. Por esse motivo, me permito votar contra o projeto.

Por quê? Porque temos o Porto em Paraná, temos o Porto em Santos, que serve de exportação dos produtos, não só do Brasil, mas de outros países como por exemplo o próprio Paraguai, não sei se a Argentina utiliza. Mas o Paraguai usa exclusivamente o Porto de Paranaguá para exportar a sua produção para o exterior. E o projeto, tanto o projeto quanto o próprio substitutivo, ele proíbe o transporte dos produtos.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Há uma emenda já nesse sentido, deputado Elio, tirando a proibição do transporte.

O SR. ELIO RUSCH

É emenda. Eu sei que é constitucionalidade, mas como o projeto, eu vejo que ele no seu artigo 1º, ele tem esse dispositivo e me permite votar contra, porque é um direito que me assiste. E entendo que ele é inconstitucional. Ele pode ser corrigido depois com uma emenda. Mas para mim ele é inconstitucional. E por isso mesmo eu voto contra.

Deputado Anibelli, se tivéssemos retirado o projeto da Ordem do Dia, sei que é assunto vencido, não se fala mais sobre isso. Mas acredito que pouquíssimos deputados com raras exceções dos 54 deputados que estão, aqui, na Assembléia Legislativa que tenha conhecimento e que possa dizer eu domino o assunto sobre transgênicos. Por isso mesmo que pedi a retirada desse projeto da pauta, para que nós deputados não votássemos uma matéria tão importante que tem dúvida em relação a todos nós parlamentares.

Então nada mais justo do que retirar, foi matéria vencida. Agora, votamos a constitucionalidade, voto contra.

O SR. RAFAEL GRECA (Para Encaminhar)

Senhor presidente e senhores deputados. Não se pode negar a qualidade desse projeto, no sentido de se tentar criar um selo orgânico para o produto paranaense. O que vai embutido de interesse econômico para o Estado

nesse projeto é a abertura do grande mercado chinês para a soja paranaense.

É esse o grande objetivo estratégico do governador Roberto Requião. A maior parte dos grandes jornais do mundo dizia diante do noticiário do ano passado de que a China exigiria a rotulação da soja entre transgênico e não transgênico, que a China não conseguiria parceiros para a produção e o fornecimento de soja orgânico, ou de soja não transgênico. Ora, se o Paraná transforma-se no grande parceiro da República Popular da China, o Paraná ganha um mercado que é o maior mercado do mundo. E não ganha só para a soja, ganha para outros produtos seus. Já imaginaram se os chineses passam a tomar chá de erva mate. O que nós podemos fazer com o dito corredor da fome, onde há a mata sombreada das Araucárias. Então, me parece que em um momento que grande corporações como a Nestlé, a Unilever, a Kraft, a Danone, a Kelloggs, a Marks Spencer, começam a fechar o seu mercado para produtos transgênicos.

Nós também podemos começar a pensar nisso. É claro que o projeto precisa ser aperfeiçoado. Por exemplo, a restrição ao transporte pode significar uma restrição ao estopim do porto. Então o Porto de Paranaguá tem vantagens como a exportação da soja paraguaia. Talvez isso tenha que ser revisto. Há, também, no meu ponto de vista, que tem que ser considerada a questão do cultivo que, no meu ponto de vista, deveria ser só restrito aos alimentos. Porque, por exemplo, eu apreciaria muito ver os ônibus urbanos de Curitiba com biodiesel, com soja e para colocar no tanque do ônibus, da gasolina do futuro, não faz mal que seja um combustível transgênico. Também não faz mal se a toalha ou o lençol for feito de fibra sintética ou transgênica.

Então há um admirável mundo novo embutido no bojo desse processo. Mas sobretudo há uma força muito grande de se proteger o cultivo convencional, de se proteger a gente mais fraca, a gente do campo contra os que podem comprar tecnologia. Nesse ponto acho que a Assembléia tem que dar um voto de confiança ao governador, tem que dar um voto de confiança ao deputado Elton e não há nada de inconstitucional num governo e num parlamento defenderem o seu povo e aprovarem neste primeiro momento esse projeto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Para encaminhar, concedo a palavra ao deputado Plauto Miró.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados. Para mim é claro: ninguém entende nada com profundidade, nesta Casa, por votar um projeto tão importante que é a proibição do comércio, do plantio, do transporte dos produtos transgênicos no Estado do Paraná. Já tem uma lei federal que proíbe, que está pres-tes a ser discutida em Brasília, já está sendo discutida pelo

presidente, o Poder Executivo está coordenando essa discussão e talvez possamos até ver modificação nessa legislação que proíbe os transgênicos no Brasil. Por que é que vamos nos antecipar proibindo os transgênicos no Estado do Paraná? Não é certo. Quem está falando, está falando sem conhecimento. É mais uma posição política, ideológica que está sendo tomada nesta Casa.

Quem ouviu, o cientista da Embrapa, que ficou claro para mim as colocações que aqui ele deixou, de que o Brasil se não utilizar os produtos transgênicos ficará atrasado num futuro próximo. Então, ficou claro: temos que discutir, mas com profundidade, sem essa coisa superficial como nós estamos ouvindo.

A China importa 15 milhões de toneladas de soja, não compra um grão do Brasil. Então está claro, está aqui no documento Rafael e eu vou te passar, da Ocepar - Organização das Cooperativas do Estado do Paraná. Temos que nos aprofundar.

Voto contrário porque, na minha avaliação, é inconstitucional, tem uma legislação federal e nós estamos aqui tomando uma decisão que, na minha maneira de ver, não deveria ser tomada. Vamos aguardar a lei federal, não vamos fazer besteira. Vamos discutir com conhecimento, não com palavras ao vento como estou vendo aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Para encaminhar, concedo a palavra ao deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, acho que o que vamos votar hoje, aqui, é a constitucionalidade. Portanto, até aí estamos preparados e naturalmente o projeto não fere a Constituição. Mas, a partir de agora o que temos de fomentar aqui, no Estado, é o debate técnico. Porque essa questão dos transgênicos tem que ter um debate eminentemente técnico. Assim se posicionou o presidente da República há poucos dias em Porto Alegre, quando disse que não iria tratar essa questão partidariamente ou ideologicamente.

O que vemos é que a China aceita transgênicos. O que ela exige é que seja notificado o que é transgênico. Agora, o que eu vejo na China é a industrialização da nossa matéria prima, que mandamos para lá com o incentivo da Lei Kandir. O Brasil incentiva a exportação da soja, grão, do farelo, da nossa matéria prima, e não incentiva a exportação do agronegócio, ou seja, da agroindústria.

Bom, essa questão dos transgênicos é uma questão que evidentemente começa hoje aqui no Paraná um debate mais acentuado, e nesse debate hoje o meu voto é favorável.

O SR. RAFAEL GRECA (**Pela Ordem**)

Só para esclarecer ao deputado Plauto, a Ocepar informa no seu relatório de 2002 que a China comprou

quatro milhões, cento e quarenta e três mil toneladas de soja em grão do Brasil. Então, não é verdade que a China não compra do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Em votação.

Senhores deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Os deputados que aprovam o projeto queiram levantar-se.

Podem sentar, por favor.

Os deputados que rejeitam o projeto queiram levantar-se.

Aprovado o projeto.

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Presidente, apenas para registrar o voto contrário dos deputados Durval Amaral e Fernando Ribas Carli.

Senhor presidente, para justificar o voto contrário, porque nós entendemos que a matéria é muito complexa, nós já havíamos solicitado a retirada do projeto da Ordem do Dia, e registramos o voto contrário, porque entendemos que tem vícios de inconstitucionalidade dos deputados Luiz Carlos Martins, Valdir Rossoni, Ademar Traiano, Plauto Miró Guimarães, Fernando Ribas Carli, Durval Amaral, Elio Rusch e Barbosa Neto.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Agradecemos o deputado Elio Rusch.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 325/2003, de autoria do deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a doar à Assistência e Promoção Social Exército da Salvação "Lar Oricena Vargas", imóvel situado no município de Piraí do Sul. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. (**Publ. no DA nº 043/2003, de 03/06/2003**)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 325/2003

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do deputado Nelson Justus, o presente projeto autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à Assistência e Promoção Social Exército da Salvação "Lar Oricena Vargas", situado na zona urbana do município de Piraí do Sul, constituído pelo lote B, com 426,87m², na forma do matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Piraí do Sul, sob nº 2917. O imóvel

deverá ser utilizado como abrigo, semi-abrigo e creche do Lar Oricena Vargas.

Fundamentação

A Constituição Estadual, em seu artigo 10, cita que os bens imóveis do Estado só podem ser doados mediante lei se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos declarada de Utilidade Pública. Tal proposição está, também, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, inexistindo, assim, qualquer óbice de natureza constitucional, legal e regimental.

Conclusão

Isto posto, somos pela aprovação do projeto de lei em epígrafe.

É o parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 325/2003

P A R E C E R :

Do Parecer

A entidade “Assistência e Promoção Social Exército da Salvação - Lar Oricena Vargas”, de natureza religiosa, sem fins lucrativos, com certificado de entidade de fins filantrópicos - Resolução 063 de 17 de março de 1999, publicada no DOU de 18 de março de 1999, solicita a doação do imóvel matrícula 2917, lote B, com 426,87m2, contendo ainda no lote uma construção de alvenaria coberta de telhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pirai do Sul. O referido imóvel de propriedade do Estado do Paraná.

O Lar Oricena Vargas, está atualmente situado na Rua XV de Novembro, 178, em Pirai do Sul, e suas atividades se desenvolveram a partir de 12 de fevereiro de 1958, atendendo a população carente com atividades de educação e assistência social. O Lar atende cerca de 200 (duzentos) crianças/adolescentes em regime de internato ou semi-internato.

O pedido do imóvel se funda no fato de que a entidade necessita organizar o processo de formação e atendimento das crianças, separando-as por gênero, conforme atesta através do expediente acostado nos Autos.

Do Voto

A douta Comissão de Constituição e Justiça se manifestou favoravelmente pela lavra do eminente deputado Ademar Luiz Traiano, que concluiu:

“A Constituição Estadual, em seu artigo 10, cita que os bens imóveis do Estado só podem ser doados mediante lei se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua admi-

nistração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de Utilidade Pública. Tal proposição está também gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, inexistindo qualquer óbice de natureza constitucional, legal e regimental.”

No referente ao mérito, objeto de análise desta Comissão, o nosso voto é favorável à tramitação e aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 02.09.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
RATINHO JÚNIOR - Relator

Em votação

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

Senhor presidente, não posso conceber que alguém aqui da tribuna comece a fazer gestos obscenos a esta Assembléia. Não permito, jamais. Você ponha esse dedo aonde você quiser e não para mim; mostre para a sua mãe, para o seu pai, para a sua família.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

A Mesa vai pedir para as galerias se manterem em silêncio.

Deputado Elio Rusch, a Mesa já tomou as providências. Peço às galerias que se mantenham em silêncio para continuarmos a votação.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Olha, a democracia é muito bonita, a manifestação e a presença popular é mais bonita ainda. Agora, o que se observou aqui depõe, joga aqueles que estão a favor das boas idéias, do progresso, à baixaria. Então, que os presentes não aplaudam esse gesto desse cidadão. Olha que eu votei a favor, mas esta manifestação tem que ser dada em nome do respeito.

Enquanto o representante eleito pelo povo não for respeitado, nós não podemos querer que os nossos irmãos nos respeitem. Temos que respeitar o Poder Legislativo. Portanto, é preciso, sobretudo da população que vive os grandes dramas da vida nacional, que adotem em primeiro lugar o respeito. Não é o que vi aqui por parte desse cidadão.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

O rapaz já se retirou e a galeria já entendeu e está solidária aos deputados.

Aprovado o Projeto de Lei nº 325/2003.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 332/2003, de autoria do deputado Nelson Garcia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Indianópolis, o terreno nº 6, quadra 01 situado no perímetro urbano da cidade de Indianópolis. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 044/2003, de 04.06.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 332/3002

Relatório

De autoria do deputado Nelson Garcia, o presente projeto autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Indianópolis, situado na zona urbana do município, constituído pelo terreno nº 06, Quadra 01, com área de 523,00m², contendo uma edificação de 165,35m², na forma do matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cianorte, sob nº 5768, fls. 01, Livro 2. O imóvel continuará a ser utilizado pela prefeitura municipal para abrigar as divisões do Setor de Assistência Social do município.

Fundamentação

A Constituição Estadual, em seu artigo 10, cita que os bens imóveis do Estado só podem ser doados mediante lei se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgãos ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos declarada de utilidade pública. Tal proposição está, também, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, inexistindo, assim, qualquer óbice de natureza constitucional, legal e regimental.

Conclusão

Isto posto, somos pela aprovação do projeto de lei em epígrafe.

É o parecer favorável.

Sala das Comissões, em 05.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 332/2003

P A R E C E R :

De autoria do deputado Nelson Garcia, o projeto em epígrafe tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Indianópolis imóvel, de propriedade do Estado do Paraná, destinando a abrigar exclusivamente as divisões do Setor de Assistência Social daquele município.

Pelo exame da documentação acostada ao projeto, verifica-se que o referido imóvel, matriculado sob nº 5.768 no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Cianorte, era de propriedade do município de Indianópolis e foi doado ao governo do Estado, o qual, posteriormente, por meio da Lei nº 9.758/91, autorizou cessão de uso do mesmo imóvel para a prefeitura daquele município, que nele fez instalar o seu Serviço de Assistência Social.

Considerando esse fato e que a Coordenadoria do Patrimônio do Estado, de acordo com a Informação nº 091/2003 que acompanha o projeto, não se opõe à doação pretendida, manifestando-se favoravelmente ao presente projeto.

Entretanto, entendemos que se faz necessária a alteração da proposta original para correções de ordem técnico-redacional e a fim de possibilitar que a prefeitura do município de Indianópolis, uma vez reintegrando o imóvel ao seu patrimônio, possa utilizá-lo em quaisquer de seus serviços e não apenas na área da Assistência Social, de acordo com o interesse público local. Por isso propomos a aprovação do projeto na forma do Substitutivo Geral que acompanha este parecer.

Sala das Comissões, em 02.09.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
ELZA CORREIA - Relatora

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 332/2003

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu, governador sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Indianópolis o imóvel, de propriedade do Estado do Paraná, localizado na data 06 (seis) quadra 01 (um) do perímetro urbano daquele município, com área de 523,00m², contendo uma edificação de 165,35m², matriculado sob nº 5768, fls. 01, livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Cianorte, com as seguintes divisas e confrontações: "Com a Avenida Chavantes ao N.O. numa frente de 18,00 metros; com a data nº 07 ao N.E. na distância de 40 metros; com parte da data nº 16 ao S.E. com 8,07 metros, e, finalmente com a data nº 5 ao S.O. numa extensão de 40 metros".

Art. 2º - O imóvel a que se refere o artigo 1º desta lei será utilizado para fins próprios da administração do município de Indianópolis, ficando gravado com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Parágrafo Único - O descumprimento do disposto neste artigo fará com que o imóvel e as benfeitorias nele edificadas revertam automaticamente e de pleno direito do patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a ressarcimento, independente de notificação judicial ou extrajudicial.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05.08.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
ELZA CORREIA - Relatora

Apoiamento:

Rafael Greca. Favorável à Relatora.

Francisco Bühner, Elton Carlos Welter, Dobrandino da Silva.

ITEM 11

DISCUSSÃO ÚNICA DA INDICAÇÃO Nº 024/2003 de autoria do deputado Geraldo Cartário, que sugere a regulamentação da Lei nº 13.561, que concedeu auxílio transporte aos integrantes das Polícias Civil e Militar, da ativa e inativa. **PARECER FAVORÁVEL DA SP. Aprovado. (Publ. no DA nº 033/2003, de 14.05.2003).**

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 24/2003

P A R E C E R :

Na forma do *caput* do artigo 128 do Regimento Interno da Assembléia “é a proposição de qualquer deputado, sugerindo a manifestação da Assembléia ou de suas Comissões sobre determinado assunto de competência do Poder Legislativo”.

A matéria sob análise limita-se a indicar ao governador que regulamente uma lei já aprovada pelo Legislativo Estadual.

A eficácia legislativa de uma indicação é limitadíssima e, quando se trata de indicar a regulamentação de uma lei, os limites ficam ainda maiores.

Editar decretos ou outros instrumentos está dentro do Poder Regulamentar da Administração Pública. Presume-se que o Executivo sempre regulamentará as leis que assim exijam. A proposta sob análise tem o mérito de lembrar ao chefe do Executivo de que a Lei 13.561 ainda não foi regulamentada.

A Comissão de Segurança não deve analisar o mérito do Decreto Regulamentar que será editado, portanto, não analisaremos questões relacionadas à matéria tributárias e a isonomia entre todos os servidores públicos.

Por se tratar de uma indicação com a limitada eficácia legislativa já mencionada, não há nada que obste a tramitação regimental e seu encaminhamento ao Executivo Estadual.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.09.2003.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente
TADEU VENERI - Relator

ITEM 12

DISCUSSÃO ÚNICA DA INDICAÇÃO Nº 033/2003 de autoria do deputado Alexandre Curi, que sugere a inclusão dos municípios de Califórnia, Mauá da Serra e Rio Bom na área de abrangência da Diretran do município de Marilândia do Sul. **PARECER FAVORÁVEL DA SP. Aprovado. (Publ. no DA nº 036/2003, de 20.05.2003).**

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 33/2003

P A R E C E R :**Relatório**

De autoria do senhor deputado Alexandre Curi, o presente projeto de lei tem por finalidade sugerir a inclu-

são dos municípios de Califórnia, Mauá da Serra e Rio Bom na área de abrangência da Ciretran do município de Marilândia do Sul.

Fundamentação

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública entende que a presente proposição muito contribuirá para que a população dos referidos municípios possam solucionar a regularização da documentação de seus veículos sem precisarem se deslocar em um percurso maior.

Conclusão

Diante do exposto, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.09.2003.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 13

DISCUSSÃO ÚNICA DA INDICAÇÃO Nº 052/2003 de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que sugere a criação de programa especial de atendimento à saúde da mulher e do homem, após os 40 anos de idade, denominado de Saúde e Cidadania. **PARECER FAVORÁVEL DA CSP. EM ANEXO PROJETO DE LEI Nº 021/2003. (Publ. no DA nº 001/2003, de 18.02.2003 - Projeto de Lei nº 021/2003).**

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
INDICAÇÃO Nº 052/2003

P A R E C E R :**Relatório**

A presente Indicação, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, sugere ao Governador do Estado a criação de Programa de Saúde e Cidadania especial de atendimento à saúde da mulher e do homem, após os 40 anos de idade.

Tal proposição visa prevenir doenças como o câncer de mama na mulher e câncer de próstata no homem, através de orientação e atendimento adequados.

Pretende-se, com a criação do programa, proporcionar um atendimento adequado, mediante desenvolvimento de ações para a orientação das pessoas com mais de 40 anos, através de grupos de auto-ajuda, oficinas, boletins informativos e conferências. Combinando uma série de ações técnicas com um custo baixo e com ótimos resultados.

Fundamentação

A proposição em tela foi inicialmente apresentada na forma de projeto de lei autorizatório, sendo substituída pela Comissão de Constituição e Justiça por indicação.

Instada a opinar a Comissão de Saúde não encontrou nenhum óbice à sua regular tramitação.

Conclusão

Sendo assim, a Comissão de Saúde Pública apresenta parecer favorável a indicação na forma apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 04.09.2003.

(aa) DOUTOR LUCIANO - Presidente
PADRE PAULO CAMPOS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 021/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que autoriza o Poder Executivo a criar um programa especial de atendimento à saúde da mulher e do homem, após os 40 anos de idade.

Trata-se de projeto de lei que visa criar programa especial de saúde voltado para as pessoas com mais de 40 anos.

O projeto de lei apesar de sua alta relevância, fere o inciso VI, do artigo 66 da Constituição Estadual, que diz:

Art. 66 - Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

VI - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Assim, diante do óbice apontado o projeto de lei apresenta-se ilegal e inconstitucional, sendo nosso parecer Contrário, e como forma de preservar os nobres objetivos da deputada autora, toma a iniciativa esta relatoria de apresentar a Indicação em anexo, que será encaminhada ao Exmo. Sr. governador Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Saúde, se aprovado for pelo Plenário, desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 03.06.2003.

(aa) HERMES DA FONSECA - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

Em votação:

A SRA. LUCIANA RAFAGIN (**Para encaminhar**)

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Gostaria de pedir o voto favorável dos senhores deputados nesse projeto. É um projeto importante ele prevê a criação de um programa especial de atendimento à saúde da mulher e do homem, após os 40 anos. É importante frisar que muitas pessoas às vezes por falta de uma informação maior, de uma orientação maior, muitas vezes quando vão ao médico já estão com o problema já mais sério, mais grave, de doenças que surgem com mais frequência após os 40 anos de idade.

Por isso esse projeto vai trabalhar numa linha de orientação, vai trabalhar com grupos de auto-ajuda, oficinas informativas, com boletins de orientação e trabalho também claro, no sentido do tratamento com consultas sistemáticas com o SUS, com o acompanhamento periódico do médico, trabalha na linha de exames de próstata, exame preventivo de câncer de mama, do colo de útero, combate às doenças crônicas degenerativa, tratamento terapêutico e de transtornos emocionais e atendimento odontológico.

É um programa importante para as pessoas após os 40 anos, tanto homem como a mulher. Nós gostaríamos de pedir o voto favorável de todos os senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Encerrada a discussão, em votação. **Aprovada.**

ITEM 14

DISCUSSÃO ÚNICA DA INDICAÇÃO nº 056/2003, de autoria do deputado Delegado Bradock, que sugere a construção em caráter emergencial da terceira faixa na PR 092 no trecho compreendido entre Curitiba e Rio Branco do Sul. **PARECER FAVORÁVEL DA COPTC. Aprovada. (Publ. no DA. nº 048/2003, de 16.06.2003).**

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
INDICAÇÃO Nº 056/2003

P A R E C E R :

O elevado número de acidentes 301 (trezentos e um), com 207 (duzentos e sete) feridos e 19 (dezenove) mortos em 3 (três) anos na PR-092, sua expressão econômica admirável, seu contexto de via metropolitana, tornam oportuna, necessária, e estratégica a indicação do nobre deputado Delegado Bradock.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 02.09.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
RAFAEL GRECA - Relator

ITEM 15

DISCUSSÃO ÚNICA DA INDICAÇÃO Nº 057/2003, de autoria do deputado Delegado Bradock, que sugere que os veículos de proprietários de baixa renda que se encontrem apreendidos nos pátios das unidades do Detran e da Polícia Militar, sejam dispensados do Programa de Estadia. **PARECER FAVORÁVEL DA SP. Aprovada. (Oubl. no DA. nº 049/2003, de 18.06.2003).**

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
INDICAÇÃO Nº 57/2003

P A R E C E R :

A indicação apresentada pelo deputado Delegado Bradock, e nesta Comissão de Segurança Pública para parecer, tem por objetivo sugerir sejam dispensados do pagamento da Taxa de Estadia, os proprietário de baixa renda, cujos veículos encontrarem-se apreendidos nos pátios das unidades do Detran e da Polícia Militar, neste Estado, ressaltando todavia, a obrigação de pagamento das multas devidas, vinculadas ao veículo.

Para justificar a medida proposta argumenta que os locais em que são depositados os veículos não têm estrutura que possibilite a segurança e conservação em bom estado dos veículos, vindo a acarretar ainda mais prejuízo aos respectivos proprietários sem recursos para liberar seus veículos, além da falta de espaço para manter tais bens apreendidos.

Comugando com a motivação da Indicação em apreço esta Comissão de Segurança Pública emite seu

parecer Favorável à Indicação apresentada pelo ilustre Parlamentar.

Sala das Comissões, em 09.09.2003.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 16

DISCUSSÃO ÚNICA DA INDICAÇÃO Nº 058/2003, de autoria do deputado Delegado Bradock, que sugere a implantação de um posto de atendimento permanente da Polícia Civil na Ilha do Mel. **PARECER FAVORÁVEL DA SP. Aprovada. (Publ. no Da. nº 049/2003, de 18.06.2003).**

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
INDICAÇÃO Nº 058/2003

P A R E C E R :

A indicação apresentada pelo nobre deputado Delegado Bradock, sob exame nesta Comissão de Segurança Pública, tem por escopo sugerir ao chefe do Poder Executivo que providencie a implantação em caráter permanente, de um posto de atendimento da Polícia Civil, vinculado à 2ª Subdivisão Policial do Interior do Paraná.

Justifica a medida proposta, entre outros fatos que expõe, o crescimento populacional dos ilhéus, que é hoje de aproximadamente 1.500 pessoas, sem contar com a população flutuante dos finais de semana que alcança cerca de 6.000 e na temporada de veraneio, 150.000 pessoas, quando então multiplicam-se proporcionalmente os problemas que necessitam da interferência policial.

Diante dos fatos e da premente necessidade de implantação da medida que propõe o parlamentar em prol do interesse público, esta Comissão de Segurança Pública manifesta seu parecer favorável à Indicação apresentada para que, encorpada pela aprovação plenária deste Poder seja posta em prática pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 09.09.2003.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 17

DISCUSSÃO ÚNICA DA INDICAÇÃO Nº 062/2003, de autoria da deputada Cida Borghetti, propõe a criação do Programa Escolar de Acompanhamento Domiciliar. **PARECER FAVORÁVEL DA CECE. EM ANEXO PROJETO DE LEI Nº 105/2003. Aprovada. (Publ. no DA. nº 005/2003, de 11.03.2003 - Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO À INDICAÇÃO Nº 062/2003

P A R E C E R :

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte é solidária à preocupação da nobre deputada Cida Borghetti que prima em apresentar um programa relevante que

ultrapassa os limites dos muros escolares, refletindo no seio da sociedade paranaense.

Seguindo o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que propõe à indicação ao Exmo. senhor secretário de Estado da Educação a criação do Programa Escolar de Acompanhamento Domiciliar, somos de parecer favorável à proposição da nobre deputadas.

Favorável é o parecer.

Sala das Comissões, em 27.08.2003.

(aa) TADEU VENERI - Presidente
FRANCISCO BÜHRER - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 105/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela de autoria da deputada Cida Borghetti, que cria o Programa Escolar de Acompanhamento Domiciliar.

Trata-se de projeto de lei que visa criar programa, objetivando a aprimorar o processo de aprendizagem através de melhoria das relações familiares.

O projeto de lei apesar de sua alta relevância, fere o contido nos artigos 66, IV, e 133, I, parágrafo 1º, da Constituição Estadual, que diz:

Art. 66 - Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do governador do Estado as leis que disponham sobre

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 133 - Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - Plano plurianual;

§ 1º - A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá de forma regionalizada as diretrizes, objetivos e metas da administração pública direta e indireta, abrangendo os programas de manutenção e expansão das ações do governo.

De acordo com o teor do projeto, vemos que se trata de matéria de competência privativa do Poder Executivo, devendo, assim, ser encaminhado na forma de indicação.

Assim, diante do óbice apontado o projeto de lei apresenta-se ilegal e inconstitucional, sendo nosso parecer contrário, e como forma de preservar os nobres objetivos da deputada autora, toma a iniciativa esta relatoria de apresentar a indicação em anexo, que será encaminhada ao Exmo. senhor governador do Estado e a Secretaria de Estado da Educação, se aprovado for pelo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 17.06.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

ITEM 18

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 063/2003, de autoria da deputada Cida Borgetti, que propõe a criação

de Programa Força Voluntária. COM PARECER FAVORÁVEL DA CDHC. EM ANEXO O PROJETO DE LEI Nº 198/2003. **Aprovada. (Publ no DA nº 017/2003, de 09/04/2003 - Projetos de Leis).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 198/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela de autoria da deputada Cida Borghetti, que cria o Programa Força Voluntária.

Trata-se de projeto de lei que visa criar programa força voluntária, objetivando a incentivar o trabalho voluntário em órgãos públicos e dá outras providências.

O projeto de lei apesar de sua alta relevância, fere o contido nos artigos 66, IV, e 133, I, parágrafo 1º, da Constituição Estadual, que diz:

Art. 66 - Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do governador do Estado as leis que disponham sobre

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 133 - Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - Plano plurianual;

§ 1º - A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá de forma regionalizada as diretrizes, objetivos e metas da administração pública direta e indireta, abrangendo os programas de manutenção e expansão das ações do governo.

De acordo com o teor do projeto, vemos que se trata de matéria de competência privativa do Poder Executivo, devendo, assim, ser encaminhado na forma de indicação.

Assim, diante do óbice apontado o projeto de lei apresenta-se ilegal e inconstitucional, sendo nosso parecer contrário, e como forma de preservar os nobres objetivos da deputada autora, toma a iniciativa esta relatoria de apresentar a indicação em anexo, que será encaminhada ao Exmo. Sr. governador do Estado e a Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, se aprovado for pelo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 17.06.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA
PROJETO DE LEI Nº 198/2003

P A R E C E R :

Relatório

Visa o Projeto de Lei nº 198/2003, a criação do Programa Força Voluntária, no âmbito do Setor Público Estadual.

Fundamentação

Existe um potencial muito grande em termos de pessoas que podem exercer algum tipo de trabalho voluntário.

Sem adentrar ao mérito do parecer da nobre Comissão de Constituição e Justiça quanto à atribuição de iniciativas, somos de parecer que a idéia original do projeto deve prosperar, seja na forma do indicativo proposto ou até na elaboração de projeto de lei com o mesmo objetivo por parte do Executivo Estadual.

Sala das Comissões, em 27.08.2003.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

ITEM 19

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 064/2003, de autoria da deputada Cida Borghetti, que propõe a criação do Programa Estadual de Saúde Vocal do Professor da Rede Estadual de Ensino. COM PARECER FAVORÁVEL DA CECE. EM ANEXO O PROJETO DE LEI Nº 261/2003. **Aprovada. (Publ no DA nº 032/2003, de 13/05/2003 - Projetos de Leis).**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
INDICAÇÃO Nº 064/2003

P A R E C E R :

Em que pese o vício de iniciativa apontado pela Comissão de Constituição e Justiça há que se reconhecer o mérito do projeto de lei que visa criar o Programa Estadual de Saúde Vocal da Rede Estadual de Ensino. A melhoria contínua da qualidade do ensino, deve ser objeto de busca permanente como forma de contribuir para o exercício pleno da cidadania.

Somos favoráveis ao indicativo proposto pela Comissão de Constituição e Justiça como forma de atingir os objetivos originalmente propostos no Projeto de Lei nº 261/2003.

Sala das Comissões, em 27.08.2003.

(aa) TADEU VENERI - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 261/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela de autoria da deputada Cida Borghetti, que cria o Programa Estadual de Saúde Vocal do Professor da Rede Estadual de Ensino.

Trata-se de projeto de lei que visa criar programa, objetivando a prevenção e correção de disfonias em professores.

O projeto de lei apesar de sua alta relevância, fere o contido nos artigos 66, IV, e 133, I, parágrafo 1º, da Constituição Estadual, que diz:

Art. 66 - Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do governador do Estado as leis que disponham sobre

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 133 - Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - Plano plurianual;

§ 1º - A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá de forma regionalizada as diretrizes, objetivos e metas da administração pública direta e indireta, abrangendo os programas de manutenção e expansão das ações do governo.

De acordo com o teor do projeto, vemos que se trata de matéria de competência privativa do Poder Executivo, devendo, assim, ser encaminhado na forma de indicação.

Assim, diante do óbice apontado o projeto de lei apresenta-se ilegal e inconstitucional, sendo nosso parecer contrário, e como forma de preservar os nobres objetivos da deputada autora, toma a iniciativa esta relatoria de apresentar a indicação em anexo, que será encaminhada ao Exmo. senhor governador do Estado e a Secretaria de Estado da Saúde, se aprovado for pelo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 17.06.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

ITEM 20

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 068/2003, de autoria da deputada Arlete Caramês, que propõe a inclusão de ensinamentos referentes a substâncias entorpecentes nos cursos de formação de professores e pede outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA CECE. **Aprovada. (Publ no DA nº 057/2003, de 06/08/2003).**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
INDICAÇÃO Nº 068/2003

P A R E C E R :

A presente indicação, de autoria da senhora deputada Arlete Caramês que tem por escopo propor a inclusão de ensinamentos referentes a substâncias entorpecentes nos cursos de formação de professores, e pede outras providências.

A justificativa está fundamentada na Lei Federal nº 6368/76 (Lei de Entorpecentes), a qual torna obrigatório que sejam ministrados nos cursos de formação de professores ensinamentos referentes a substâncias entorpecentes, possibilitando que estes repassem tais ensinamentos a seus alunos, podendo assim, prevenir e alertar os jovens com respeito aos malefícios das drogas.

Diante desta situação, este parlamentar manifesta-se de modo favorável em vista da constitucionalidade e oportunidade da matéria, seguindo o procedimento apropriado para tal intento.

Sala das Comissões, em 27.08.2003.

(aa) TADEU VENERI - Presidente

ALEXANDRE CURI - Relator

ITEM 21

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 069/2003, de autoria do deputado Padre Paulo Campos, que propõe a participação de mulheres em concursos públicos para ingressar no Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA SP. **Aprovada. (Publ no DA nº 057/2003, de 06/08/2003 - Projetos de Leis).**

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
INDICAÇÃO Nº 069/2003

P A R E C E R :

Relatório

Sugere a participação de mulheres em concursos públicos para ingressar no Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná.

Fundamentação

A cada ano as mulheres se enquadram por completo ao mercado profissional, nas mais diversas áreas e atribuições.

O Comando do Corpo de Bombeiros já aprovou a idéia e o perfeito desempenho destas para desempenhar as atividades emergenciais de pronto-socorrismo nas guarnições de Comando, Exploração e Salvamento. O referido projeto apenas oferece o direito do concurso público, já que a aptidão já foi comprovada, assegurando a igualdade entre homens e mulheres.

Conclusão

Somos, portanto, integralmente favoráveis ao indicativo proposto e esperamos que o governo o coloque em prática.

Sala das Comissões, em 09.09.2003.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

ITEM 22

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 073/2003, de autoria do deputado Delegado Bradock, que sugere a criação da Delegacia da Mulher na cidade de Telêmaco Borba. PARECER FAVORÁVEL DA SP. **Aprovada. (Publ. no DA nº 062/2003, de 20/08/2003)**

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 73/2003

P A R E C E R :

Relatório

O Indicativo 73/2003 sugere a criação de uma Delegacia da Mulher na cidade de Telêmaco Borba.

Fundamentação

Muitos crimes praticados contra a mulher deixam de ser comunicados pela ausência de delegacias especializadas no atendimento à mulher. Estas, muitas vezes, sentem-se constrangidas e intimidadas em prestar queixa nas delegacias comuns.

Conclusão

Pelo relevante alcance da indicação do nobre deputado, somos de parecer favorável à sua indicação.

Sala das Comissões, em 04.09.2003.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

ITEM 23

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 074/2003, de autoria do deputado Delegado Bradock, que sugere a criação do Instituto Médico Legal na cidade de Telêmaco Borba. PARECER FAVORÁVEL DA SP. **Aprovada.** (Publ. no DA nº 062/2003, de 20/08/2003)

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 74/2003

P A R E C E R :

Relatório

Indicação nº 74/2003, que sugere a criação do Instituto Médico Legal de Telêmaco Borba.

Fundamentação

A região de Telêmaco Borba, pela sua importância sócio-econômica e pela grande extensão territorial dos municípios que a compõem justificam plenamente a criação do Instituto Médico Legal tal como sugere o indicativo do nobre deputado Delegado Bradock.

Conclusão

Na esperança que o Executivo Estadual aceite e execute a sugestão de elevada relevância e alcance social, somos favoráveis à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 04.09.2003.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1971, de autoria do senhor deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. ANTÔNIO ANIBELLI

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Verificação de votação.

Deputados que aprovam queiram levantar-se.

Rejeitado.

O SR. ELIO RUSCH

Quero registrar quem votou a favor.

Deputados: Valdir Rossoni, Ademar Traiano, Durval Amaral, Fernando Ribas Carli, Plauto Miró Guimarães, Barbosa Neto, Doutor Luciano, Luiz Carlos Martins e Elio Ruch.

Requerimento nº 2016, de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, com apoio dos senhores depu-

tados Elio Rusch, Durval Amaral, Ademar Traiano e Barbosa Neto, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. RAFAEL GRECA

Eu votei contra!

O SR. ANTÔNIO ANIBELLI

Verificação de votação, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Verificação de votação. Deputados que aprovam queiram levantar-se.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senhor presidente, eu estava pedindo, infelizmente, o som do microfone não chegou, eu repeti diversas vezes e pedi a V. Exa. Para Discutir.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Agora já passou, deputado Cartário.

O SR. VALDIR ROSSONI

Eu também estava aqui e os microfones estavam mudos e eu gostaria de ler na íntegra o meu requerimento e não tive oportunidade.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

A Mesa vai abrir encaminhamento já que foi feito pedido de verificação de votação. Um de cada lado.

O SR. ANTÔNIO ANIBELLI

Verificação de votação, senhor presidente!

O SR. DURVAL AMARAL

Para discutir adia-se na forma regimental, senhor presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI

Eu apenas, senhor presidente, como o deputado Cartário vai pedir para discutir será adiado para amanhã, eu gostaria de pedir ao 1º secretário que lesse o meu requerimento para sabermos o que estamos adiando.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Solicito ao 1º secretário que proceda à leitura na íntegra do requerimento.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Pedro Ivo Ilkiv**)

(Procede à leitura do requerimento)

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Mantida a verificação de votação. Os deputados que são favoráveis...

O SR. VALDIR ROSSONI

O deputado Geraldo Cartário pediu para discutir transferindo para o dia de amanhã.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senhor presidente, eu não posso ser prejudicado por um problema técnico como esse.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Quero solicitar ao pessoal do som se estava cortado o som no Plenário?

Não estava cortado!

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, ou V. Exa. acredita no parlamentar ou acredita no som!

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senhor presidente, se V. Exa. duvidar da minha palavra eu lhe entrego a minha carteira de deputado agora mesmo!

O SR. VALDIR ROSSONI

Eu entrego a minha junto, porque é a palavra do parlamentar que me valhe.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Não vou poder perder dois brilhantes deputados, vou abrir uma defesa contra e uma favorável, na ordem.

O SR. RAFAEL GRECA

Esse é um momento de alegria do suplente!

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Vamos discutir a matéria!

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Não vamos não, senhor presidente! V. Exa. está infringindo o Regimento desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

O senhor não está encaminhando a matéria?

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Vossa Excelência está infringindo o Regimento desta Casa, o Parlamentar tem o direito de pedir para discutir, se adia a votação para um dia após, que será amanhã.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, vamos adiar para amanhã a votação.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Está acatado o pedido de discussão.

Requerimento nº 1970, de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1972, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1973, de autoria do senhor deputado Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1974 e 2023, de autoria do senhor deputado Duílio Genari, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1980 e 2000, de autoria do senhor deputado Elio Rusch, constantes do expedientes. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1981, de autoria do senhor deputado Elton Carlos Welter, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1982, de autoria do senhor deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimento nº 1983, de autoria do senhor deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1990, de autoria do senhor deputado Delegado Bradock, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1991, de autoria do senhor deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1992, de autoria do senhor deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1993, de autoria do senhor deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 1994, de autoria do senhor deputado Natálio Stica, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1995, de autoria do senhor deputado Fernando Ribas Carli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1998, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2002, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2004, de autoria do senhor deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2005, de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2006 a 2010, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2013, de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2015, 2017, 2018, 2022 e 2024, de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2026 a 2028, de autoria do senhor deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2003, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. **À Presidência.**

Conforme requerimento do deputado Jocelito Canto, a Sessão do dia 16 de setembro, amanhã, será uma Sessão Solene, às 14h30min. Comemoração aos 168 anos da Revolução Farroupilha.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Solene para terça-feira, dia 16, à hora regimental, comemorativa aos 168 anos da Revolução Farroupilha.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para quinta-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 008/2003.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 103, 163, 164, 173, 185, 188, 189, 212, 241 e 419/2003.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 306, 325 e 332/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 033 e 070/2003.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Pela ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

Apenas para saber de V. Exa.: amanhã haverá Sessão Solene? Não haverá Sessão normal então?

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Sessão normal, quarta-feira.

Agradeço a presença de todos.

Levanta-se a Sessão.

Atas de Comissões:

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e três, reuniu-se na sala de reuniões das comissões, a

Comissão de Saúde Pública presidida pelo senhor deputado Doutor Luciano e contando com a presença dos seguintes deputados: Vanderlei Iensen, Alexandre Curi, Duílio Genari, Padre Paulo Campos e Nelson Justus. Havendo número legal o senhor presidente deu por aberta a presente reunião passando à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 176/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano. Parecer FAVORÁVEL do deputado Vanderlei Iensen - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 163/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano. Parecer FAVORÁVEL do deputado Alexandre Curi - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 294/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 04) Indicação de autoria da deputada Luciana Rafagnin, ex-Projeto de Lei nº 21/2003. Parecer FAVORÁVEL do deputado Padre Paulo Campos - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim, Osmar Prestes, secretário desta Comissão.

(a) DOUTOR LUCIANO - Presidente

Osmar Prestes - Secretário

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e três, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, sob a presidência do senhor deputado Plauto Miró Guimarães e com a presença dos seguintes deputados: Artagão Júnior, Ratinho Júnior, Miltinho Pupio, Pedro Ivo Ilkiv, Vanderlei Iensen e Francisco Bühner. Havendo número legal o senhor presidente deu por aberta a presente reunião com o fim específico de proceder a eleição para vice-presidente, onde constatou-se a maioria dos votos no nome do senhor deputado Miltinho Pupio. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Maria Angélica Bellani, secretária desta Comissão.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente

Maria Angélica Bellani - Secretária

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e três, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, sob a presidência do senhor deputado Plauto Miró Guimarães e com a pre-

sença dos seguintes deputados: Artagão Júnior, Ratinho Júnior, Miltinho Pupio, Pedro Ivo Ilkiv, Vanderlei Iensen e Francisco Bühler. Havendo número legal o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 082/2003, de autoria do senhor deputado Natálio Stica. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Ratinho Júnior - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Maria Angélica Bellani, secretária desta Comissão.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente
Maria Angélica Bellani - Secretária

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de junho do ano de dois mil e três, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, sob a presidência do senhor deputado Plauto Miró Guimarães e com a presença dos seguintes deputados: Artagão Júnior, Ratinho Júnior, Miltinho Pupio, Pedro Ivo Ilkiv, Vanderlei Iensen e Francisco Bühler. Havendo número legal o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Indicação Legislativa nº 05/2003, de autoria do senhor deputado Delegado Bradock. Parecer FAVORÁVEL da senhora deputada Cida Borghetti - APROVADO. 02) Indicação Legislativa nº 050/2003, de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL da senhora deputada Cida Borghetti - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Maria Angélica Bellani, secretária desta Comissão.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente
Maria Angélica Bellani - Secretária

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e três, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, sob a presidência do senhor deputado Plauto Miró Guimarães e com a presença dos seguintes deputados: Artagão Júnior, Ratinho Júnior, Miltinho Pupio, Pedro Ivo Ilkiv, Vanderlei Iensen e Francisco Bühler. Havendo número legal o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à

Ordem do Dia: 01) Indicação Legislativa nº 59/2003, de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Ratinho Júnior - APROVADO. 02) Indicação Legislativa nº 65/2003, de autoria da senhora deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Ratinho Júnior - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Maria Angélica Bellani, secretária desta Comissão.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente
Maria Angélica Bellani - Secretária

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de agosto do ano de dois mil e três, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, sob a presidência do senhor deputado Plauto Miró Guimarães e com a presença dos seguintes deputados: Artagão Júnior, Ratinho Júnior, Miltinho Pupio, Pedro Ivo Ilkiv, Vanderlei Iensen e Francisco Bühler. Havendo número legal o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 173/2003, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Maria Angélica Bellani, secretária desta Comissão.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente
Maria Angélica Bellani - Secretária

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de setembro do ano de dois mil e três, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, sob a presidência do senhor deputado Plauto Miró Guimarães e com a presença dos seguintes deputados: Artagão Júnior, Ratinho Júnior, Miltinho Pupio, Pedro Ivo Ilkiv, Vanderlei Iensen e Francisco Bühler. Havendo número legal o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 304/2003, de autoria do senhor deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Miltinho Pupio - APROVADO. 02) Indicação Legislativa nº 050/2003, de autoria da

senhora deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Miltinho Pupio - APROVADO. 03) Indicação Legislativa nº 067/2003, de autoria do senhor deputado Hermes Fonseca. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Vanderlei Iensen - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Maria Angélica Bellani, secretária desta Comissão.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente
Maria Angélica Bellani - Secretária

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e três, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, sob a presidência do senhor deputado Plauto Miró Guimarães e com a presença dos seguintes deputados: Artagão Júnior, Ratinho Júnior, Miltinho Pupio, Barbosa Neto e Nelson Tureck. Havendo número legal o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 307/2003, de autoria do senhor deputado André Vargas e outros. Parecer contrário do senhor deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO. 02) Indicação Legislativa nº 088/2003, de autoria do senhor deputado Hermes Fonseca. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Miltinho Pupio - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Maria Angélica Bellani, secretária desta Comissão.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente
Maria Angélica Bellani - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
22ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e três, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Hermes Fonseca e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Gernari, Antonio Anibelli, Elton Carlos Welter, Doutor Luciano, Delegado Bradock, Pastor Edson Praczyk, José Maria Ferreira, Chico Noroeste, Marcos Isfer e Neivo Beraldin. Havendo número legal o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da reunião anterior em votação, após solicitação de dispensa da leitura pelo deputado Antonio Anibelli -

APROVADA. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 362/2003, de autoria do senhor deputado Doutor Luciano. Parecer CONTRÁRIO do deputado Marcos Isfer, encaminhando para Indicação Legislativa - APROVADO, 02) Projeto de Lei nº 376/2003, de autoria do deputado Waldyr Leite. O deputado Elton Carlos Welter SOLICITA VISTAS. CONCEDIDA pelo presidente; 03) Projeto de Lei nº 396/2003, de autoria do deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 08/2003, de autoria do deputado Geraldo Cartário. Parecer do deputado Elton Carlos Welter, FAVORÁVEL às emendas nº 01 e 03 e CONTRÁRIO à emenda nº 02 de Plenário na forma do substitutivo anexo - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 354/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin. O presidente solicita o envio do voto em separado do deputado José Maria Ferreira para o deputado Nelson Justus, relator da matéria; 06) Projeto de Lei nº 391/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão. O deputado Antonio Anibelli SOLICITA VISTAS - DEFERIDO pelo presidente; 07) Projeto de Lei nº 418/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do deputado Durval Amaral, na forma da emenda substitutiva anexa, lido pelo deputado Duílio Genari - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 424/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do deputado Durval Amaral, na forma da emenda substitutiva anexa, lido pelo deputado Duílio Genari - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 433/2003, de autoria dos deputados Waldyr Leite, Marcos Isfer, Arlete Caramês e Ratinho Júnior. Parecer FAVORÁVEL do deputado Durval Amaral, lido pelo deputado Duílio Genari - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 451/2003, de autoria do deputado Rafael Greca. O deputado Delegado Bradock SOLICITA RETIRADA de pauta - DEFERIDO pelo presidente; 11) Projeto de Lei nº 329/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do deputado Delegado Bradock, na forma da emenda substitutiva anexa - APROVADO, com voto CONTRÁRIO do deputado Elton Carlos Welter; 12) Projeto de Lei nº 70/2003, de autoria do deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 480/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 497/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão. O presidente submete a apreciação da Comissão a inclusão da matéria nesta pauta - APROVADO. Os deputados Delegado Bradock, Elton Carlos Welter e Tadeu Veneri SOLICITAM VISTAS - DEFERIDO pelo presidente; 15) Projeto de Lei nº 365/2003, de autoria do deputado Pedro Ivo Ilkiv. O presidente submete a apreciação da Comissão a inclusão da matéria nesta pauta - APROVADO. O deputado Elton Carlos Welter, relator, REQUER DILIGÊNCIA - DEFERIDO pelo presidente. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos

senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(a) HERMES FONSECA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária
Maria Angélica Bellani - Secretária

COMISSÃO DO MERCOSUL
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e três, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão do Mercosul, sob a presidência do senhor deputado Fernando Ribas Carli e com a presença dos seguintes deputados: Artagão Júnior, Doutor Luciano, Plauto Miró Guimarães, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira e Ademair Traiano. Havendo número legal o senhor presidente deu por aberta a presente reunião com fim específico de proceder a eleição para vice-presidente, onde constatou-se a maioria dos votos em nome do senhor deputado José Maria Ferreira. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Rodrigo Barbosa Neto, secretário desta Comissão.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI - Presidente
Rodrigo Barbosa Neto - Secretário

Errata:

As Atas da Comissão do Mercosul estão sendo republicadas por terem saído com incorreções no Diário nº 026, de 30.04.2003.

COMISSÃO DO MERCOSUL
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
1ª REUNIÃO ORDINÁRIA¹

Aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e três, reuniu-se na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, a Comissão do Mercosul da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sob a presidência do senhor deputado Fernando Ribas Carli e com a presença dos senhores deputados Hermes Fonseca e José Maria Ferreira. Com o objetivo de participar da reunião da Assembléia Geral do Bloco Parlamentar Brasileiro da União dos Parlamentares do Mercosul, a presente reunião transcorreu conforme programa e relatórios anexos. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Fábio Martins Ribas, secretário desta Comissão.

(aa) FERNANDO RIBAS CARLI - Presidente
Fábio Martins Ribas - Secretário²

1. Onde está: 1ª SESSÃO ORDINÁRIA
Leia-se: 2ª SESSÃO ORDINÁRIA

COMISSÃO DO MERCOSUL
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
2ª REUNIÃO ORDINÁRIA³

Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e três, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão do Mercosul, sob a presidência do senhor deputado Fernando Ribas Carli e com a presença dos seguintes deputados: Artagão Júnior, Doutor Luciano, Plauto Miró Guimarães, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira e Ademair Traiano. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião com o fim específico de proceder à eleição para vice-presidente, onde constatou-se a maioria dos votos no nome do senhor deputado José Maria Ferreira. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Fábio Martins Ribas, secretário desta Comissão.

(aa) FERNANDO RIBAS CARLI - Presidente
Fábio Martins Ribas - Secretário⁴

COMISSÃO DO MERCOSUL
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
3ª REUNIÃO ORDINÁRIA⁵

Aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e três, reuniu-se na cidade de Buenos Aires - Argentina, a Comissão do Mercosul da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sob a presidência do senhor deputado Fernando Ribas Carli e com a presença dos senhores deputados Hermes Fonseca e José Maria Ferreira. Com o objetivo de participar da Assembléia Geral da União dos Parlamentares do Mercosul para propor algumas alterações estatutárias, criando novos cargos para melhor adequar a entidade às atuais políticas na América do Sul, a presente reunião transcorreu conforme programa anexo. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Flávio Martins Ribas, secretário desta Comissão.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI - Presidente
Fábio Martins Ribas - Secretário⁶

2. Onde está Fábio Martins Ribas - Secretário
Leia-se - Rodrigo Barbosa e Silva - Secretário
3. Onde está: 2ª SESSÃO ORDINÁRIA
Leia-se: 3ª SESSÃO ORDINÁRIA
4. Onde está Fábio Martins Ribas - Secretário
Leia-se - Rodrigo Barbosa e Silva - Secretário
5. Onde está: 3ª SESSÃO ORDINÁRIA
Leia-se: 4ª SESSÃO ORDINÁRIA
6. Onde está Fábio Martins Ribas - Secretário
Leia-se - Rodrigo Barbosa e Silva - Secretário